



Instituto Politécnico
de Castelo Branco
Escola Superior
de Artes Aplicadas



Faculdade de Belas-Artes
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Habitação Quinhentista

Design de Interiores inserido na recuperação de espaços antigos

Sérgio Alves de Oliveira

Mestrado em Design de Interiores

Orientadores

Professor Nelson Antunes

Professor Jorge Melo

Relatório de Estágio apresentado à Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco do Instituto Politécnico de Castelo Branco e Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design de Interiores, realizada sob a orientação científica dos Professores Nelson Antunes e Jorge Melo, do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Junho de 2013

Composição do júri

Presidente do júri

Especialista, Joaquim Bonifácio

Vogais

Especialista, Nelson Antunes

Professor adjunto, Instituto Politécnico de Castelo Branco

Doutor, Bartolomeu Paiva

Professor, Instituto Politécnico de Coimbra

Especialista, Luís Lança

Mestre

Nada disto seria possível sem o apoio inconformável da pessoa que é mais importante para mim que a própria vida, que me educou sempre para que pudesse caminhar sobre montanhas, me educou para remar contra o mar turbulento, lutadora, mulher de armas, desdobrando-se em mil para ajudar e querendo sempre o melhor para mim, dando sempre tudo, ficando por vezes sem nada e no fim pedindo só uma coisa em troca “ a minha felicidade...” OBRIGADO é muito pouco para agradecer tudo o que fazes e fizeste MÃE.

Agradecer também á minha Querida Avó que sempre me acompanhou e encorajou para que o sucesso fosse o meu maior objetivo, sem ela nada disto seria possível. Tiveste sempre uma janela e uma porta aberta para eu entrar. Muito OBRIGADO avó querida....

Minha irmã, não poderias de todo ficar fora deste leque de pessoas, além da distância física, sempre tiveste presente para me apoiar e dar aquela palavra que caia sempre bem. Tua vida não foi fácil mas isso fez de ti uma mulher corajosa e forte para enfrentar todos os obstáculos que te vão surgindo.... És e serás sempre aquele exemplo a seguir... OBRIGADO.

Amigos, aqueles que durante todo o meu percurso académico sonharam, viveram, choraram e riam a meu lado. Apoiando-me sempre sem pedir nada em troca, aqueles que mergulhavam comigo sem medo do desconhecido, que partiam nas aventuras sem ter destino, a todos um bem-haja por aquilo que são, pois sem vocês o meu percurso em Castelo Branco nunca teria sido a mesma coisa e a pessoa que sou hoje também se deve em muito a todos vós. OBRIGADO.

Por último mas não menos importantes encontram-se os orientadores e toda a comunidade Esartiana que me aturaram e me iam dando diretrizes para chegar ao destino pretendido, OBRIGADO por fazerem de mim o profissional que sou hoje.

Resumo

Este relatório é o culminar de todo o trabalho efetuado no estágio curricular, consumado no Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco (Gabinete), no âmbito do Mestrado em Design de Interiores, lecionado na Escola Superior de Artes Aplicadas.

A opção deste estágio deve-se ao facto de cada vez mais o design intervir em áreas distintas e ser de interesse para trabalhar, nomeadamente na reabilitação e conservação de áreas com dimensões e ângulos invulgares, criando espaços funcionais com equipamento específico desenhado para cada caso.

Inicialmente passou por se fazer um estudo de regulamentos da zona histórica, cartas, legislações, termos técnicos entre outros aspetos. Foi apresentado todo o perímetro da zona histórica para que houvesse uma noção exata do espaço que o Gabinete entrevia. De seguida fez-se o conhecimento das ruas mais importantes da zona histórica, que permitiu a visualização de um modo de construir, modos de habitar, tipologias e espaços envolventes.

Foi apresentado o projeto principal a desenvolver, a intervenção no âmbito da reabilitação do edifício habitacional devoluto que apresenta um grau elevado de degradação situado na rua do Arressário nº 34 e na Travessa da rua Nova nº 7/9. Trata-se de uma habitação unifamiliar com elementos característicos que a datam para o século XVI. Esta apresenta-se distribuída por dois pisos com entradas distintas (acesso por duas ruas), no entanto possui acesso interior entre eles, bem como uma área exterior. Este projeto destinado para um casal jovem com mobilidade reduzida, desenvolveu-se por variadas fases: reconhecimento do espaço e levantamento fotográfico, medições e triangulações, análise do espaço tendo em conta o que poderia ser demolido ou não, pesquisa, desenvolvimento de soluções, desenhos técnicos e pormenorização, projeto tridimensional, criação de equipamento a aplicar, orçamento e folder.

O projeto final é constituído por dois pisos e por um logradouro. No piso 0 existe uma sala para receber família e amigos, uma casa de banho de serviço e um escritório. No piso 1, zona privada, existe o quarto de casal com casa de banho privativa, um hall que poderá ser transformado num quarto sempre que se pretenda e a cozinha que dá acesso ao logradouro.

O conceito deste projeto é: Origens e o tema é: tabique

A par com este projeto principal, desenvolveram-se outros trabalhos, nomeadamente: As medições da muralha junto ao Cije; o panfleto quinhentista, onde consta a informação de todos os pontos e aspetos turísticos que o turista pode encontrar se quiser visitar a zona histórica da cidade de Castelo Branco e as medições feitas no Jardim do Paço.

Palavras-chave:

Adaptação; Manutenção; Reconstrução; Conservação; Restauro.

Abstract

This report is the culmination of all the work done in Internship, consummated in the Office of Rehabilitation of the historic center of Castelo Branco, under the Master in Interior Design, taught at the School of Applied Arts.

The reason for this choice of study is due to the fact that design is increasingly used in distant working areas such as rehabilitation and preservation of areas with awkward angles and dimensions, creating functional spaces with special equipment designed for each case. Initially I started by studying the historic district regulations, letters, laws, technical terms, among other aspects. The perimeter of the historic order was then represented to have a clear understanding of the exact space that the Office controlled. After this I pointed out the most important streets of the historic area, which permitted us to visualize the building structures, ways of living, typologies and surrounding areas.

The main project was then presented developing an intervention in the rehabilitation of a vacant residential building that offers a high degree of degradation situated at the Arressário street No. 34 and New Lane Street No. 7/9. This is a single family dwelling with characteristic elements that date back to the sixteenth century. This presents itself spread over two floors with separate entrances (access by two streets), however has indoor access between them, as well as an outdoor area. This project was aimed for a young couple with reduced mobility, developed for various stages: recognition of space and photographic survey, measurement and triangulation, space analysis taking into account what could be demolished or not, researching, developing solutions, drawings technical and detailing, three dimensional design, creation of equipment to apply budget and folder.

The final design consists of two floors and a patio. At level 0 there is a room to receive family and friends, a bathroom and an office service. On the first floor, private area, there is a double bedroom with a suite bathroom, a hall that can be transformed into a room whenever they want and the kitchen that gives access to the patio.

The concept of this project is Origins and the theme is tabique. Along with this major project, I developed other tasks, such as: Measurements of the wall next to CIJE; the sixteenth Flyer, which contained information from all points and tourist aspects that can be found if you want to visit the historic area of Castelo Branco's city and measurements made in the Garden of the Palace.

Keywords:

Adaptation, Maintenance, Rebuilding, Conservation, Restoration

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem (se algum houve), as saudades.
O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E, em mim, converte em choro o doce canto.
E, afora este mudar-se cada dia,
outra mudança faz, de mor espanto,
que não se muda já como soía. “*

Luís Vaz de Camões

Índice geral

Resumo	V
Abstract	VI
Índice geral	VIII
Índice de Figuras	X
1. Introdução	1
2. Objetivo do Estágio	2
3. Metodologia Projetual	3
4. Estado da reabilitação (estado da arte)	5
5. Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco	11
5.1 Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco	14
5.2 O Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico	16
5.3 O que é Património Cultural?	17
6. A Reabilitação e Manutenção de Edifícios	19
7. O papel do Design de Interiores na Reabilitação	24
8. Design Inclusivo: Porquê?	27
9. Design Inclusivo: Para Quem?	28
10. Design Inclusivo: Como?	29
11. Design Inclusivo: os Princípios	30
12. Espaços intervencionados pelo Gabinete de Reabilitação	32
12.1. Miradouro	32
12.2. Praça Luís Vaz de Camões	33
12.3. Miradouro do Castelo	34
12.4. Miradouro do S. Gens	36
12.5. Largo da Macaca	38
12.6. Arruamentos	39
13. Projetos Complementares desenvolvidos no Estágio	42
13.1 – (1º Projeto) Exposições	42
13.2. (2º Projeto) Levantamento de troço de muralha	44
13.3. (3º Projeto) Passadiço do Jardim do Paço	47
13.4. (4º Projeto) Panfleto Quinhentista	51
14. Análise da Zona Histórica de Castelo Branco	62
14.1. As origens de Castelo Branco	62
14.1.1. Os Templários	63
14.1.2. O Modelo Dionisino	64

14.1.3. O Traçado Viário	64
14.2. Análise da Evolução Urbana de Castelo Branco	65
14.3. Análise comparativa da planta antiga/atual de Castelo Branco (percursos, estradas, ruas)	68
15. Tipologia e Caracterização das casas existentes na Zona Histórica de Castelo Branco	72
15.1. As Fachadas da zona histórica	74
15.2. Os Beirais da zona histórica	75
15.3. As portas da zona histórica	76
15.4. As janelas da zona histórica	78
15.5. Os Materiais da zona histórica	79
15.6. Exemplos de fachadas e respetivas cores da zona histórica	80
15.7. Exemplos de cozinhas da zona histórica	81
16. Patologias em Edifícios Antigos	83
17. Identificação dos principais danos	86
17.1. Danos associados a problemas estruturais	86
17.2. Danos decorrentes da ação da água, humidade ou condensações	87
17.3. Danos associados às madeiras	87
18. Materiais e técnicas em Portugal	89
19. Projeto Final – Projeto de Reabilitação da Habitação na rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7 /9	94
19.1. Enquadramento na Zona Histórica	94
19.2. Levantamento do Espaço	95
19.3. Pesquisa para a definição de conceito e tipologia	107
19.4. Painel de Conceito	110
19.5. Legislação Aplicável	111
19.6. Pontos de Interesse á volta da habitação	112
19.7. Esboços e Concepções de Percurso	113
19.8. Explicação das opções tomadas no interior	116
19.8.1. Piso do rés-do-chão	117
19.8.2. Piso um	119
19.8.3. Logradouro	124
20. Conclusão	126
21. Bibliografia	129
22. Web grafia	132
23. Definições	134
24. Anexos	138

Índice de Figuras

Figura 1 – Delimitação e caracterização da área de intervenção do centro histórico de Braga.....	6
Figura 2 – Fachada do Antigo edifício dos CTT onde funciona o gabinete de Reabilitação socio habitacional do centro histórico e da devesa de Castelo Branco.....	11
Figura 3 – Zona de trabalho do Gabinete.....	12
Figura 4 – Equipa de trabalho do Gabinete	12
Figura 5 – Zona de Intervenção (z1) conduzida pelo Gabinete na cidade de Castelo Branco.....	12
Figura 6 – Oficina-escola do bordado.....	13
Figura 7 – Sala de exposições temporárias.....	13
Figura 8 – O Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico.....	16
Figuras 9 e 10 - Imagens do miradouro da rua de Santa Maria atualmente após intervenção.....	32
Figuras 11 e 12 - Imagens do miradouro da Rua de Santa Maria atualmente após intervenção.....	33
Figuras 13 e 14 - Imagens da praça de Camões, antiga praça velha.....	33
Figuras 15 e 16 - Imagens de pormenores de edifícios situados na praça de Camões.....	34
Figuras 17 e 18 - Imagens do espaço existente no miradouro do Castelo	34
Figuras 19 e 20 - Imagens do espaço existente no miradouro do Castelo	35
Figura 21 - Imagem antiga dos excedentes existentes antes da intervenção da DGEMN.....	35
Figura 22 - Imagem antiga dos excedentes existentes antes da intervenção da DGEMN.....	36
Figuras 23 e 24 - Imagens do miradouro no seu ano de construção em 1941.	37
Figuras 25 e 26 - Imagens do miradouro atualmente após intervenção	37
Figuras 27 - Imagem do pequeno largo existente com o jogo tradicional da macaca	38
Figuras 28 - Imagem do pequeno largo existente com o jogo tradicional da macaca	38
Figuras 29, 30 e 31 - Imagens de exemplos de tipos de arruamentos existentes atualmente.....	39
Figuras 32, 33 e 34 - Imagens de algumas situações ocorrentes em locais distintos.....	40
Figuras 35, 36 e 37- Imagens de algumas situações ocorrentes em vários locais.....	40
Figuras 38 e 39- Imagens da desmontagem de uma exposição.....	43
Figura 40- Imagens de uma exposição	43
Figura 41 - Imagens de uma exposição	43
Figuras 42 e 43 - Medição da muralha com auxílio de um metro de madeira.....	44
Figura 44 - Vista do miolo central da muralha	45
Figura 45 – Planta da muralha e respetiva envolvente com desenho de curvas de nível	45
Figura 46 – Representação dos alçados planificados da muralha, divididos por segmentos, onde corresponde uma fotografia real do local.....	46
Figuras 47 e 48 – Alçado sul e Norte do troço da Muralha	46
Figuras 49 e 50 – Fotografia antiga e atual do Passadiço do Jardim do Paço	48
Figuras 51 e 52 – Aspeto geral do Jardim do Paço	48

Figuras 53– Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço	49
Figura 54– Página do Jornal “Reconquista” de 9 de Fevereiro de 2012, representando as intervenções feitas pelo Gabinete.....	50
Figuras 55, 56 e 57 – Marcas cruciformes e Mezuzah existentes na zona histórica de Castelo Branco	52
Figuras 58 – Mezuzah existente na rua D’Ega em Portado do Século XV	52
Figuras 59 – Menorá danificada, situada na Rua D’Ega nº 10	53
Figuras 60, 61 e 62 – Exemplos de Lintéis em Habitações na zona histórica	53
Figura 63– Planta original fornecida pelo Gabinete	54
Figura 64– Maquete da zona histórica onde estão representadas todas as habitações quinhentistas, existente e feito no Gabinete de Reabilitação socio Habitacional do centro histórico pela estagiária de Arquitetura Raquel Lourenço	55
Figura 65– Desenhos de edifícios relevantes da Cidade, para inserção no mapa. (Sé, Câmara Municipal, Igreja da Graça, Antiga Camara Municipal, Igreja de Santa Maria, Torre do Relógio). Autora: Sara Oliveira.....	56
Figura 66– Marca do Cruciforme e da Mesuzha	57
Figura 67– Marca da Menorá e Arranhados	57
Figura 68 – marca das Inscrições, do Brasão e dos Lintéis	57
Figura 69 – Primeiras Experiências de diferenciação de elementos no mapa e respetivas legendas	58
Figura 70 – Rascunho utilizado para identificar os Cruciformes nas respetivas ruas da zona Quinhentista.	58
Figura 71 – Pormenor da proposta de alteração da planta	59
Figura 72 – Pormenor do desenho tridimensional da muralha	59
Figura 73 – Proposta de alteração do mapa	59
Figura 74 – Desdobrável desenvolvido para a Cidade Quinhentista de Castelo Branco	60
Figura 75 – Pormenor do Desdobrável desenvolvido para a Cidade Quinhentista de Castelo Branco	60
Figura 76 – Localização da zona histórica de Castelo Branco na Carta Militar de Portugal.....	62
Figura 77 – Identificação das entradas existentes na zona histórica de Castelo Branco.....	63
Figura 78 – Modelo Dionísio.....	64
Figura 79 – O tratado de Viário	64
Figura 80 – Eixos compositivos radiais que partem da Alcáçova, como se fosse o posicionamento de uma mão a sair desta.....	65
Figura 81 – Largura de ruas: medidas e hierarquias.....	66
Figura 82 e 83 – Arruamentos na zona histórica.....	67
Figura 84 – Largura de ruas: medidas e hierarquias	68
Figura 85 – Mapa Contemporâneo do centro histórico de Castelo Branco.....	68
Figura 86 – Imagem da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha	70

Figura 87 – Imagem da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha	70
Figura 88 – Tipologia habitacional da zona histórica.....	73
Figura 89 – Fachada tipo da zona histórica.....	74
Figura 90 e 91 – Lintéis existentes na zona histórica de Castelo Branco.....	74
Figura 92 e 93 – Imagens dos beirados da zona histórica de Castelo Branco.....	75
Figura 94 – Beirado triplo e Beirado duplo.....	75
Figura 95 – Beirado assente em cimalha em alvenaria de pedra.....	75
Figura 96 e 97 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.....	76
Figura 98 e 99 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.....	77
Figura 100 e 101 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.....	77
Figura 102 – Exemplos de janela – janela Guilhotina.....	78
Figura 103 – Exemplos de janela.....	78
Figura 104 – Exemplo tipo das vigotas e vigas em madeira.....	79
Figura 105 – Exemplo tipo das paredes interiores duma habitação.....	79
Figura 106 e 107 – Exemplo tipo de pinturas de fachadas	80
Figura 108 e 109 – Exemplos de cozinhas das casas da zona histórica.....	81
Figura 110 – Exemplo duma cozinha em estado devoluto.....	81
Figura 111 – Casa da Rua das Olarias	83
Figura 112 – Casa da rua do Arressário 34 e trav. da rua Nova 7 e 9.....	83
Figura 113 e 114- Interior da casa da rua do Arressário 34 e Trav. da rua Nova 7 e 9	84
Figura 115- Casa da rua da Olarias	84
Figura 116- Casa da Rua do Arressário 34 e Trav. da Rua Nova 7 e 9	84
Figura 117- Bloco de terra comprido á mão	89
Figura 118 – Aplicação do Adobe, como revestimento.....	89
Figura 119 e 120- Alvenaria de pedra, parede exterior e interior, respetivamente	90
Figura 121 – Parede de Tabique ao descoberto na Casa da Rua do Arressário 34 e Trav. da rua nova 7 e 9.....	91
Figura 122 – Preparação da construção de uma parede feita a partir de uma técnica construtiva- A Taipa.....	91
Figura 123 – Preparação da construção de uma parede feita a partir de uma técnica construtiva- A Taipa.....	92
Figuras 124 e 125 – Fachadas da habitação na Rua do Arressário nº 34 e Travessa da rua Nova nº 7/9.....	94
Figuras 126 – Excerto da planta da zona histórica com a localização da habitação	94
Figuras 127 – Desenho recorrendo á memória visual/fotográfica do espaço (Travessa da Rua Nova).....	95
Figura 128 – Entrada principal pela Travessa da Rua Nova	96
Figuras 129 – Vista Interior da entrada do Rés- do – chão	96
Figuras 130 – Zona mais baixa do Rés- do – chão.....	96
Figuras 131 – Passagem que leva á sala da Tulha no Rés- do – chão.....	97

Figuras 132 – Pequena Janela que conduz á sala da Tulha no Rés- do – chão.....	97
Figuras 133 – Tulha existente no Rés- do – chão.....	97
Figuras 134 – Parede que divide as escadas que dão acesso ao primeiro andar.....	97
Figuras 135 – Escadaria que dá acesso ao primeiro andar - vista por baixo.....	97
Figuras 136 – Pequena sala, a mais escura da cave.....	98
Figuras 137 – Vista interior do primeiro andar – as Namoradeiras (Rua do Arressário)	98
Figuras 138 – Vista interior da cozinha do primeiro andar (Rua do Arressário)	98
Figuras 139 – Vista interior do primeiro andar – Armários Embutidos (Rua do Arressário).....	99
Figuras 140 – Vista interior do primeiro andar – Escadaria para o r/chão (Rua do Arressário).....	99
Figuras 141 – Vista interior do primeiro andar – Casa de Banho (Rua do Arressário).....	99
Figuras 142 – Desenho recorrendo á memória visual/fotográfica do espaço (Rua do Arressário).....	99
Figuras 143, 144 e 145 – Imagens das diferentes tipologias de portas existentes na habitação.....	100
Figura 146 – Imagem da porta adulterada de entrada – rés-do-chão	100
Figura 147 – Imagens duma janela de inox que é “ilegal” segundo o regulamento da zona histórica.....	100
Figura 148 – Imagens da única porta que está de acordo com as normas da zona histórica	100
Figuras 149 e 150 – Imagens da fachada da habitação, vista pela Travessa da Rua Nova	101
Figura 151 – Imagem da porta de entrada pela Rua do Arressário com a inscrição de um dos presumíveis habitantes.....	101
Figura 152 – Levantamento da Fachada da Travessa da Rua Nova nº 7 e 9.....	102
Figura 153 – Levantamento da Fachada da Rua do Arressário nº 34	102
Figura 154 – Levantamento rigoroso do Rés-do-chão.....	103
Figura 155 – Triangulações feitas para chegar ao levantamento rigoroso do Rés-do-chão.....	103
Figura 156 – Levantamento rigoroso do Primeiro Andar	104
Figura 157 – Levantamento Métrico do piso Inferior.....	105
Figura 158– Levantamento Métrico do piso Inferior.....	105
Figura 159, 160 e 161 – Imagens do logradouro	105
Figura 162,163,164,165,166 e 167 – Cortes do existente.....	106
Figura 168– Corte do existente	107
Figura 169 – Painel de Conceito – ORIGENS	108
Figura 170 e 171 – Desenhos de estudo da distribuição do espaço	113
Figura 172 – Planta do piso O atual	113
Figura 173 – Planta do piso O inicial	113
Figura 174 – Planta do piso 1 atual.....	114
Figura 175 – Planta do piso 1 inicial	114
Figura 176 – Planta Final do piso O.....	115
Figura 177 – Planta Final do piso 1	115

Figura 178 – Proposta da planta do piso zero.....	117
Figura 179 – imagem da entrada do piso zero	117
Figura 180 – imagem da sala de estar no piso zero	118
Figura 181 – imagem da janela da sala.....	118
Figura 182 – imagem da porta de entrada do piso zero	118
Figura 183 – imagem da zona de trabalho do piso zero	118
Figura 184 – Proposta da planta do piso um.....	119
Figura 185 – Imagem do hall de entrada do piso 1	119
Figura 186 – puxadores em porcelana	119
Figura 187 – Azulejos contemporâneos do Afonso Gil	119
Figura 188 – Imagem da hall com vista para o logradouro.....	120
Figura 189 – Imagem da hall com vista para o rés-do-chão	120
Figuras 190, 191, 192 e 193 – Imagens do quarto existente no piso 1	120
Figura 194– Imagem a partir do quarto de toda a estrutura do teto	122
Figura 195– Imagem da cozinha, vendo o jardim interior	122
Figura 196 – Imagem da cozinha, vendo o Logradouro.....	123
Figura 197 – Imagem da cozinha, vendo toda a área de confecção	123
Figuras 198 e 199 – Imagens do logradouro	124

“Todos podemos fazer alguma coisa,
E o que fazemos agora conta mais do que em qualquer outro momento da história”

John Elkington e Julia Hailes

1. Introdução

Este documento é uma reflexão sobre a importância do património, e sobre documentos nacionais e internacionais existentes no âmbito da proteção do mesmo, tais como cartas, normas e legislações

Diariamente confrontados com situações em que não se consegue executar, sem dificuldade, uma determinada tarefa. Em qualquer momento da vida, sofre-se de circunstâncias que condicionam a nossa mobilidade física (seja por doença temporária ou permanente, gravidez, velhice, entre outros). Apenas quando se está perante essa condicionante de mobilidade, é que nos apercebemos que nem todos (ou será mais correto dizer a maioria?) os objetos estão aptos para serem utilizados por qualquer indivíduo. Trata-se da despropositada exclusão social, problema que os designers da atualidade confrontam todos os dias, quando concebem novos objetos que, para além de terem que ser originais, também têm que abranger o máximo de utilizadores possível.

Deste modo, o design inclusivo procura, acima de tudo, contribuir para a não discriminação e inclusão social de todos os indivíduos através do meio que os envolve.

Neste trabalho de pesquisa o que se pretende abordar é a forma como os designers de interiores e equipamento influenciam o trabalho de reabilitação, pois a ideia que se tem é que só os arquitetos e engenheiros são necessários para este tipo de trabalhos. Nesta análise, tento demonstrar as várias formas que um designer é útil para um projeto de reabilitação, seja a nível de divisões de espaço, criação de ambientes agradáveis para quem lá vai habitar e adequação de equipamento para os móveis que nem sempre têm as medidas standard e apresentam compartimentos com ângulos, cortes e espaços extremamente pequenos que atualmente não poderiam ser autorizados devido a variadas normas e leis que nos regem.

Castelo Branco é uma das muitas cidades Portuguesas ricas em património, isto faz com que seja uma referência na área de intervenção e reabilitação. Existem inúmeros elementos característicos ao longo da zona interior às muralhas (área que se encontra protegida e em vias de classificação como património) que poucos têm conhecimento da sua história, mas que representam tesouros históricos. É o caso de portais manuelinos, namoradeiras, tipologias de casa, ruas, entre outros.

O Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco atua no âmbito da reabilitação, regendo-se sempre pelo regulamento do plano de pormenor da zona histórica e da devesa de Castelo Branco.

O trabalho desenvolvido neste estágio, divide-se em várias etapas, iniciando-se com uma apresentação do Gabinete e dos profissionais que lá trabalham, partindo para uma primeira pesquisa aprofundada sobre o património e reabilitação em Portugal, destacando as vantagens de conservar espaços históricos e a manutenção dos mesmos. Seguiu-se um estudo sobre as diversas cartas¹, materiais utilizados que permitem fazer uma análise aprofundada sobre a zona histórica da cidade de Castelo Branco.

Numa fase conclusiva, é apresentado o projeto final de habitação situada na rua do Arressário nº34/ Travessa da rua Nova nº7,9 destinado a albergar um casal com mobilidade reduzida.

Inserido no trabalho está também a apresentação dos trabalhos desenvolvidos para a cidade no âmbito de estágio para o Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco.

¹ Carta de Atenas, Carta de Veneza, Carta Europeia do Património Arquitetónico, Carta de Florença, Carta de Villa Vigoni, Carta de Cracóvia 2000 e Carta Internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas - Icomos

2. Objetivo do Estágio

Escolher um estágio curricular de mestrado num Gabinete, pretende-se ter o primeiro contacto com o mundo do trabalho, com horários definidos, prazos e com a entidade patronal. Aprender as metodologias a levar a cabo nas intervenções de reabilitação, ter contacto com projetos realizáveis, mesmo limitando a criatividade, tentando responder sempre que possível às exigências do cliente, ter a oportunidade de intervir na reabilitação de variados espaços, sejam individualmente ou em grupo, aprendendo com os técnicos do Gabinete e tentando de uma forma humilde transmitir-lhes e dar-lhes a conhecer os conhecimentos adquiridos da área do Design de Interiores e Equipamento. O objetivo principal é arrecadar o máximo de aprendizagem e prática, não só em áreas da minha formação, como adquirir os conhecimentos necessários em outras áreas. É nestas duas vertentes que se inserem diferentes tipos de conhecimentos teórico/práticos que permitem um enriquecer do percurso profissional e humano. O gosto pela reabilitação em zonas históricas e a possibilidade de desenvolver e executar projetos reais. O fascínio por monumentos em ruínas que constituem um “nada” para um indivíduo comum, que apenas visualiza um “amontoar” de pedregulhos, algo sem qualquer significado, para mim um sonhar desmedido, nunca pondo de parte o contexto histórico da mesma.

Outro fator positivo neste estágio curricular, é o caso de focar aspetos que não foram abordados ou tão trabalhados durante a licenciatura ou mesmo do mestrado e que trarão novas competências para a minha formação, sendo estes apresentados de uma forma profissional, defendendo sempre a boa imagem do Gabinete. Ter a oportunidade de crescer como pessoa e adquirir experiência profissional, permitindo encarar o futuro emprego de uma forma mais confiante e otimista. Algumas metas a atingir foram:

- Leitura e análise de legislações e normas existentes na área, bem como a aplicabilidade para os casos em concreto;
- Capacidade de trabalhar em grupo com profissionais de diferentes áreas de trabalho;
- Realização das várias fases de um projeto, nomeadamente: reconhecimento do projeto, captura fotográfica do espaço, levantamento do espaço, medições, triangulações, desenho técnico, elaboração do projeto 3D, orçamentação e folder;
- Questionários locais para perceção das necessidades do local, esboçando mentalmente o projeto final;
- Contacto com novas realidades de construção e tipologias diferentes;
- Trabalho em equipa e com profissionais distintos;
- Exercício visual de modo a fomentar a criatividade para a aplicabilidade correta de conceitos e ideias de Design de Interiores.

Com a conclusão do estágio, verifica-se que os objetivos estabelecidos foram na generalidade executados, aplicados nos diversos trabalhos elaborados no Gabinete. Para além destes, adquiriu-se mais um, que acaba por ser a base de todos os outros, obtenção de uma sensibilidade para toda a zona histórica, tendo em atenção pequenos pormenores que no passado eram ignorados, e que atualmente e futuramente poderem ser utilizados e aplicados no meio profissional.

3. Metodologia Projetual

O trabalho de projeto é um método particular de planificação, organização e realização de uma tarefa. Embora esteja mais associado ao projeto de design, a metodologia do projeto e o seu método podem ser aplicados a muitas outras áreas do conhecimento onde se procura resolver um determinado problema. A metodologia projetual indica assim um caminho de passos em sequência, desde a definição do problema inicial até à solução final, no fundo é a construção de uma estrada que nos faz chegar ao destino pretendido.

A minha metodologia de trabalho centrou-se na procura intensiva de livros, teses, jornais, revistas e artigos em formato eletrónico pesquisados na internet assim como idas à biblioteca Municipal de Castelo Branco e Santa Maria da Feira. Extraí uma grande diversidade de fontes, procurei explorar, construir e articular adequadamente, de forma a ter um maior entendimento na matéria, assim como, uma maior solidez no trabalho final.

É importante seguir-se rigorosamente a metodologia de trabalho que se predefiniu no início do mesmo, para que o resultado final seja devidamente exercido e todas as soluções sejam as desejadas.

A metodologia projetual que delinee para o meu trabalho de estágio foi a seguinte:

- Caso de Estudo

Definir qual o espaço a intervir avaliando toda a matéria subjacentes ao mesmo.
(habitação da rua do Arressário nº 34 / Travessa da rua Nova nº 7 / 9)

- O Problema

Identificação e definição de uma necessidade/oportunidade de projeto, análise das tipologias a aplicar, qual a época de construção do edifício, os tipos de intervenção, que áreas contem, levantamento fotográfico do espaço, pormenores e tipo de soluções possíveis para o mesmo. Mas para perceber ao certo o espaço tendo de lado o levantamento fotográfico efetuado é necessário perceber quais os materiais utilizados, o estado do espaço, o equipamento existente, as marcas históricas que possam existir, a localização, custos e perceber se o espaço está de acordo com as normas atuais ou se existem pormenores que terão de ser repensados.

- Recolha de Dados

Nesta fase é necessário fazer um levantamento do que já foi feito a nível de reabilitação de espaços, tipos de soluções, materiais utilizados, o que se conserva e elementos técnicos utilizados, nomeadamente iluminação e acabamentos. Esta fase foi mais fácil pois estando a projetar para a zona histórica de Castelo Branco, o contacto com outras intervenções já feitas era mais fácil, falando com os técnicos do gabinete também se obteve a informação desejada para poder ter uma ideia real do que se utiliza e se faz nesta realidade em concreto.

- Investigação

Ver e analisar quais as necessidades, fazer inquéritos e perguntas à população envolvente para melhor perceção do projeto a realizar, definição da ideia e conceito para o projeto.

- Desenvolvimento de Ideias

Perceção mais aprofundada do espaço a intervir, o que se pode demolir, onde construir, como construir, o que conservar e reaproveitar, surgem as primeiras soluções para o espaço dando resposta ao nosso problema.

- Seleção de Ideias

Nesta fase, como o próprio nome indica é necessário fazer-se uma seriação de ideias para que o projeto final tenha uma sequência lógica e tenha harmonia visual e técnica. É nesta fase também que por vezes se chegam a soluções irrealizáveis por razões de budget, materiais ou até técnicas, sendo necessário fazerem-se alterações até que se chegue à solução mais viável.

- Materiais e Equipamentos

Depois de ter feito todo o planeamento da ideia, é necessário fazer-se uma recolha de materiais a utilizar, nunca esquecendo as legislações existentes sendo esta uma intervenção inserida na zona histórica. Recolha de informações a marcas e empresas que trabalham com soluções pretendidas para o projeto em causa, materiais possíveis de utilizar e aplicar no exterior e interior, não danificando a fachada e toda a história implícita à construção. Que isolamentos acústicos e térmicos a utilizar, a recuperação e conservação de lintéis, pedras e madeiras, que tipos de caixilharia são possíveis de utilizar e tantos outros aspetos que se tem de ter em conta nesta fase.

- Desenvolvimento

Todas as fases e procedimentos tidos anteriormente vão ser utilizados nesta etapa, fazendo com que a apresentação da proposta para o cliente ou outra pessoa que se interesse pelo mesmo, mas que não esteja corrente do projeto, consiga perceber de forma clara e concisa a ideia a transmitir. Todos os esboços de ideias são elaborados para de seguida se passar para o formato digital, onde as plantas e alçados ganham forma dando posteriormente lugar a uma construção tridimensional. São demonstradas soluções desenvolvidas para as diferentes áreas e o conceito aplicado é finalmente visível. A elaboração do folder de materiais e equipamento e o orçamento são uma peça fulcral para melhor entendimento do projeto.

- Avaliação e Testagem

São experimentadas as funcionalidades dos equipamentos, visto ser um projeto de interiores ainda por iniciar. É importante a testagem dos materiais para se ter mais dados concretos a acrescentar ao projeto. Nesta etapa podem surgir protótipos para comprovar as técnicas e materiais a utilizar e testam-se os encaixes e funcionalidades.

Todas estas fases de metodologia projetual apresentadas são importantes e devem de ter sempre uma ligação entre elas, pois cada uma funciona como um ingrediente que ao serem todos juntos darão sabor à iguaria final que neste caso é o projeto de reabilitação.

4. Estado da reabilitação (estado da arte)

A reabilitação é um processo demorado e complexo. Hoje, por toda a Europa, tornou-se uma prática corrente que engloba variados técnicos de áreas distintas que trabalham em conjunto com objetivos comuns. A reabilitação constitui uma política de intervenção relativamente inovadora e bastante recente, sendo os centros históricos uma questão prioritária.

A reabilitação apresenta algum desnível entre as necessidades e as possibilidades, dado que é um processo bastante dispendioso e que por vezes se prefere demolir do que propriamente reconstruir o que se encontra devoluto. A atuação ao nível da reabilitação do património deverá contribuir para a salvaguarda da imagem urbana e das heranças culturais.

A reabilitação urbana visa recuperar áreas degradadas, que são espaços consolidadas que se tornam “obsoletas” ou que nunca estiveram consolidadas, é um conceito bastante abrangente que abarca os centros históricos.

O conceito de centro histórico tem uma forte carga simbólica, relacionando-se muitas vezes com a identidade da própria cidade, acaba por se tornar um ponto de referência para o “desconhecido”.

Uma simples passagem por um espaço, onde abundam ruas, praças, variados imóveis e construções com um passado extenso, prolongado e encantador, vou deambulando e vendo pormenores que nunca imaginei existir em Castelo Branco, facto que passa ao lado da correria desenfreada do dia-a-dia de muitos indivíduos, apenas preocupados em chegar ao seu destino passando pelas ruas da zona histórica e nunca reparando na riqueza existente.

Não sabem eles o panorama espetacular que perdem! Tudo acaba por ter um encanto especial; os movimentos, as fachadas, os pormenores, as calçadas, os pavimentos... Uma paleta de sensações.

Os centros históricos são agora vistos como um lugar onde se pode encontrar autenticidade, originalidade e uma certa qualidade de vida, que não se constata, muitas vezes, em novos espaços urbanos. O ser humano é movido por modas, e a verdade é que os centros históricos estão atualmente na “boca do povo”, desta forma é fácil perceber a vontade dos indivíduos na reabilitação arquitetónica.

Os centros históricos adquirem por parte dos seus “amantes”, estima e dedicação. Tendo em conta que estes conjuntos arquitetónicos fascinantes são de raiz, maioritariamente, populares dos nossos antepassados.

A humanidade tem tomado consciência de uma forma progressiva, dos invulgares valores humanos, considerando os monumentos antigos como uma “herança comum”, tomando noção da sua responsabilidade na cautela e proteção desses centros históricos. Isto para que haja um testemunho para as gerações futuras das maravilhas arquitetónicas de que somos dotados e o seu contínuo trabalho e responsabilidade.

Conservar os centros históricos traduz-se, de maneira comum, em sustentar, aperfeiçoar e embelezar a imagem da cidade, transformando-a em atrativa para a visita e não esquecendo, de igual importância o seu nível de segurança.

Conservar é transformar, visto que, não se pode reconstituir algo se não o classificarmos como degradado, com necessidade de um novo uso, de nova transformação; mantendo claramente todos os princípios básicos e característicos a que essa construção foi dotada.

A intervenção justifica-se por se reconhecer que estas áreas apresentam fatores de degradação ao nível do espaço urbano e do edificado mas, também, porque esta degradação surge acompanhada de decadência social e económica, pelo envelhecimento, empobrecimento e abandono progressivo das populações residentes

Cada vez mais investem-se mais em Gabinetes que se dedicam á proteção e reabilitação de centros históricos e outras áreas que possuem características a preservar. Cada Gabinete atua na sua área, sendo estipulado para cada zona um regulamento de intervenção.

“O centro histórico de Braga não difere deste diagnóstico, tanto do ponto de vista dos problemas que o afetam, quanto da resposta que o município adotou nos últimos anos, que procura

estimular outros agentes públicos e privados no desenvolvimento de projetos tendentes recuperar a atratividade desta área.

Trata-se de um espaço urbano de grande valor patrimonial, com importância reconhecida num espaço geográfico alargado e com uma área de atracção de proximidade que se estende a todo o noroeste da Península Ibérica, onde residem cerca de 6500 habitantes, ou seja, 10% da população residente na área central da cidade (que, no seu todo, tem uma dimensão funcional que ultrapassa os 100 mil habitantes).

Nesta área, a Câmara Municipal de Braga tem desenvolvido uma intervenção sustentada e sistemática de reabilitação do centro histórico, materializada através da atribuição, já em 1979, do estatuto de área crítica de recuperação e reconversão urbanística. A área tem sido objeto de intervenções estruturadas no quadro dos programas de reabilitação de áreas urbanas degradadas (PRAUD) e de reabilitação urbana (PRU), a partir do meio da década de 1990, com apoio do estado Português e da União Europeia e nela foram desenvolvidos dois programas de urbanismo comercial (PROCOM e URBCOM) em parceria entre a Câmara Municipal e a associação comercial de Braga.”²

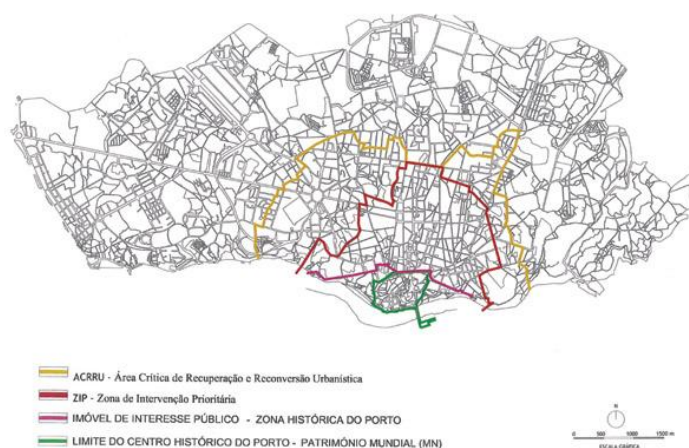


Figura 1 - Delimitação e caracterização da área de intervenção do centro Histórico de Braga

Interessa distinguir, os vários processos que estão ligados á valorização do património cultural construído, pois existe uma enorme confusão em distinguir os diversos conceitos que por vezes são bastante semelhantes. São eles:

Conservação

“Artigo 4º - A conservação dos monumentos exige, antes de tudo, manutenção permanente.

Artigo 5º - A conservação dos monumentos é sempre favorecido pelo destino a uma função útil à sociedade; tal finalidade é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes.

² PARCERIA PARA A REGENERAÇÃO URBANA CENTRO HISTÓRICO DE BRAGA PROGRAMA DE ACÇÃO Outubro de 2008

Artigo 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas.

Artigo 7º- O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, excepto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional.

Artigo 8º - Os elementos de escultura, pintura ou decoração que são parte integrante do monumento não lhes podem ser retirados a não ser que essa medida seja a única capaz de assegurar sua conservação. “³

Preservação

“Artigo 12º - A preservação limita-se à proteção, à manutenção e à eventual estabilização da substância existente. Não poderão ser admitidas técnicas de estabilização que destruam a significação cultural do bem.”⁴

Reconstrução

“Artigo 17º - A reconstrução deve ser efetivado quando constituir condição sine qua non de sobrevivência de um bem cuja integridade tenha sido comprometida por desgastes ou modificações, ou quando possibilite restabelecer ao conjunto de um bem uma significação cultural perdida.

Artigo 18º - A reconstrução deve se limitar à colocação de elementos destinados a completar uma entidade desfalcada e não deve significar a construção da maior parte da substância de um bem.

Artigo 19º - A reconstrução deve-se limitar à reprodução de substâncias cujas características são conhecidas graças aos testemunhos materiais e/ou documentais. As partes reconstruídas devem poder ser distinguidas quando examinadas de perto.

Artigo 20º - A adaptação só pode ser tolerada na medida em que represente o único meio de conservar o bem e não acarrete prejuízo sério a sua significação cultural.

Artigo 21º - As obras de adaptação devem limitar-se no mínimo indispensável ao destino do bem a uma utilização definida de acordo com os termos dos artigos 6 e 7.

³ «in **Carta de Veneza** de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS»

⁴ «in Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

Artigo 22º - Os elementos dotados de uma significação cultural que não se possa evitar desmontar durante os trabalhos de adaptação deverão ser conservados em lugar seguro, na previsão de posterior restauração do bem.”⁵

Renovação Urbana

A intervenção na parte física e arquitetônica do edifício pode ser total ou parcial. O primeiro caso pressupõe a existência de uma demolição total enquanto no segundo caso, essa demolição refere-se a partes do edifício. As funções e tipos de uso pré-existentes são alterados no todo ou em parte.

Restauro

“Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter carácter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Artigo 10º - Quando as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, a consolidação do monumento pode ser assegurada com o emprego de todas as técnicas modernas de conservação e construção cuja eficácia tenha sido demonstrada por dados científicos e comprovada pela experiência.

Artigo 11º - As contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento devem ser respeitadas, visto que a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração, a exibição de uma etapa subjacente só se justifica em circunstâncias excepcionais e quando o que se elimina é de pouco interesse e o material que é revelado é de grande valor histórico, arqueológico, ou estético, e seu estado de conservação é considerado satisfatório. O julgamento do valor dos elementos em causa e a decisão quanto ao que pode ser eliminado não podem depender somente do autor do projeto.

Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história.

Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.”⁶

⁵ «in Carta de Burra - Austrália, 1980 - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios»

⁶ «in Carta de Veneza - de Maio de 1964 - II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos - ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - CARTA INTERNACIONAL SOBRE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E SÍTIOS»

Reutilização

Dar novo uso a espaços que perderam o seu tradicional

Existem outros Gabinetes em Portugal nomeadamente o de Coimbra, Lisboa, Bragança, Sines e tantos outros que não deixam que a história perca no tempo as suas marcas arquitetónicas. Cada cidade define a sua área protegida e as normas e legislações a utilizar. Estes Gabinetes só conseguiram fazer um trabalho mais completo e eficaz existindo técnicos de diferentes áreas, nomeadamente, Arquitetos, Arqueólogos, Designers de Interiores e Engenheiros

“Conservation is a long-term endeavor, made up of a patient effort of identification, protection and maintenance of heritage on the one side, and of the creation of capacities, education of the younger generations and of policy development on the other. This effort needs to be supported by vigilance and monitoring, as a basis for prevention and intervention.”

Francesco Bandarin

Assistant Director General for Cultural of UNESCO (Heritage in Risk, 2010, ICOMOS)

5. Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco



Figura 2 - Fachada do antigo Edifício dos CTT onde funciona o Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco.

O Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco, situado no antigo edifício dos CTT, Largo da Sé, Castelo Branco (Figura 2) é um serviço recente que a Câmara Municipal implementou na cidade, cuja principal função prende-se em sensibilizar a população para a necessidade de se preservar a zona histórica da cidade, área que contém o maior interesse arquitetónico.

A Equipa multidisciplinar deste Gabinete trabalha toda na mesma sala (Figura 3) num espírito de entreajuda e é constituída pelo responsável, o Arquiteto José Afonso, o Arquiteto José Paulo Leite, a Arquitecta Ana Francisca Valente, a estagiária de Arquitetura Raquel Lourenço, a Arqueóloga Sílvia Moreira, a Assistente Social, Dra. Elisabete e os quatro estagiários de Design de Interiores, Sérgio Oliveira, Iolanda Ferreira, Sara Oliveira e Fábio André (Figura 4). Estes são uma mais-valia, visto terem noções de Design e Equipamento e podem enriquecer as intervenções tanto a nível interior como de mobiliário. Esta equipa tem como responsabilidade a reconstrução do antigo, mantendo sempre a historicidade do edifício, reabilitação de habitações no centro histórico da cidade, intervenção e recuperação da muralha, reabilitação e manutenção de monumentos históricos, organização de exposições, fazer o acompanhamento das obras e intervenções urbanas realizadas pela população no perímetro classificado como centro histórico, desenvolvimento de folhetos e mapas informativos do centro histórico e acompanhamento da população desfavorecida da zona histórica. Estes também fazem a intervenção em edifícios adquiridos pela própria Câmara Municipal de Castelo Branco.



Figura 3 - Zona de trabalho do Gabinete



Figura 4 - Equipa de trabalho do Gabinete

O Gabinete de Reabilitação atua sobre uma zona de intervenção (Figura 5) que incide sobre a área central da cidade, na qual se localizam os espaços e elementos de maior valor patrimonial e funcional: O Castelo, o Centro Histórico, o Centro Cívico e o Centro Multimodal para o qual se propõe inúmeras renovações. Estes espaços têm vindo a ser intervencionados nos últimos anos, de forma a fortalecer o papel estruturador de Castelo Branco no contexto da beira interior e da região centro, procurando melhorar a qualidade do ambiente urbano no centro da cidade com a requalificação do centro cívico e a sua interligação com a zona histórica.

O Gabinete deve ter em conta que as obras realizadas neste perímetro não contrariam o disposto no plano de pormenor, que estabeleceu regras quanto às características das intervenções e dos materiais a utilizar.



Figura 5 - Zona de intervenção (ZI) conduzida pelo Gabinete na Cidade de Castelo Branco
(imagem fornecida pelo próprio gabinete)

No edifício dos antigos CTT, para além de funcionar o Gabinete de Reabilitação Socio Habitacional do Centro Histórico e da devesa de Castelo Branco, funciona também a Oficina- Escola do Bordado ⁷ de Castelo Branco (figura 6) e diversas salas de exposições temporárias (figura 7). Sendo este um espaço multifuncional, permite uma atuação em diferentes áreas, facilitando a troca de conhecimentos e uma educação visual para os usuários do mesmo.



Figura 6 – Oficina-escola do Bordado



Figura 7 – Sala de exposições temporárias

⁷ Local onde se juntam senhoras para aprender e bordar o famoso bordado de Castelo Branco

5.1 Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

O Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco atua no âmbito da reabilitação, regendo-se sempre pelo Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da devesa de Castelo Branco. Cada cidade estipula as suas leis de intervenção, as que se seguem foram estabelecidas para os exteriores das habitações situadas na zona histórica de Castelo Branco, pois a fachada é o principal componente que dita uma arquitetura e uma época e é imprescindível.

“Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco

Artigo 25º

Disposições gerais sobre acabamentos exteriores ⁸

A reabilitação, conservação e reconstrução dos edifícios existentes, bem como a construção de novos edifícios, deverá sujeitar-se às seguintes regras:

a) Coberturas em imóveis existentes – deverão ser em telha de canal, de cor vermelha, aplicadas diretamente sobre estrutura de madeira, *onduline*, laje de esteira, poliestireno extrudido ou outro isolante. Os beirados deverão ser os tradicionais, simples, duplos ou triplos.

No caso de uso de laje de esteira na cobertura, esta não poderá avançar para fora do alinhamento das fachadas anterior e posterior;

b) Coberturas em obras novas – poderão ser também em telha ou noutro material ajustado a um centro histórico (chapa de zinco mate, cobre, tijoleira ou terra vegetal);

c) Rebocos exteriores em imóveis existentes – deverão ser realizados com argamassas bastardas, com ajustado traço de cal, devendo ser pintados com leite de cal ou tintas de água.

Não se autorizam rebocos areados a cimento, tirolês ou tintas areadas.

d) Rebocos exteriores em obras novas – poderão ser realizados com argamassas sintéticas, afagadas, devendo ser pintadas com tintas plásticas ou acrílicas, não sendo de autorizar monomassas areadas ou tintas areadas;

e) Cantarias, soleiras e peitoris – em construções existentes, as cantarias não poderão ser pintadas e, no caso de se proceder a alguma substituição, esta deverá ser realizada segundo os pormenores atuais, não sendo de autorizar a placagem como substituição. As soleiras das portas serão sempre em pedra maciça da região. Os peitoris deverão ser em madeira pintada;

⁸ Regulamento fornecido pelo Gabinete de Reabilitação socio habitacional do centro histórico e da devesa de Castelo Branco

f) As cores a aplicar nos rebocos deverão ser em tons de pastel, de preferência usando-se o branco e os ocres;

g) As caixilharias exteriores em imóveis, existentes deverão ser em madeira pintada, sendo possível o uso de duplas janelas interiores, por detrás das colocadas no vão (em alumínio lacado ou PVC), para melhor isolamento, mas só nas faces interiores das paredes interiores e contendo apenas um vidro por folha e com caixilho à cor natural da madeira. Estas madeiras deverão manter o desenho original e deverão ser construídas em madeira, pintadas ou envernizadas;

h) São proibidos estores exteriores, sendo de aplicar portadas interiores imediatamente atrás dos caixilhos exteriores;

i) Varandas – deverão ser recuperadas as existentes em madeira ou lajes de granito de frisos diversos, o gradeamento em ferro forjado deverá ser pintado em tinta esmalte mate; se este for em madeira, esta deverá ser envernizada ou pintada a tinta de esmalte. Não serão permitidas as varandas em betão armado, de grande balanço ou gradeamento em alumínio;

j) Os equipamentos técnicos como, por exemplo, os dispositivos de ar condicionado, não poderão ser colocados nas fachadas, salvo se propuserem soluções francamente ajustadas técnicas e arquitetonicamente;

l) A colocação de painéis de aquecimento solar nas coberturas dos edifícios será apreciada caso a caso, dependendo a sua aprovação da apreciação realizada pelos serviços competentes;

m) As obras novas podem introduzir novos materiais e novas técnicas desde que devidamente acauteladas as regras de integração e valorização cultural;

n) Publicidade – esta deverá obedecer as regras definidas por projeto específico;

o) As obras de reabilitação, conservação, restauro ou reconstrução ou obras novas deverão cumprir o exposto no Decreto – Lei n.º 426/89, 6 de Dezembro (diploma que aprova as medidas cautelares de segurança contra riscos de incêndio em centros urbanos antigos).”

5.2 O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, é um Instituto Público Português designado por IGESPAR, e “tem por missão, a gestão, a salvaguarda, a conservação e a valorização dos bens que, pelo seu interesse histórico, artístico, paisagístico, científico, social e técnico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico classificado do País”.

O IGESPAR tem como competência propor a classificação e inventariação de bens imóveis de interesse nacional e de interesse público de relevância arquitectónica e arqueológica e, quando for o caso, estabelecer zonas especiais de proteção, elabora planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções em imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados nas respetivas zonas de proteção, assegura a gestão e valorização do património cultural arquitectónico e arqueológico, promove a inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património cultural e pronuncia-se sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções a realizar em imóveis classificados ou em vias de classificação e nas respetivas zonas de proteção.

Todas estas entidades apelam para a preservação da herança natural e cultural da comunidade humana.



Figura 8 - O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

5.3 O que é Património Cultural?

Património Cultural consiste em ser o conjunto dos bens materiais e imateriais que de alguma forma, tem um valor relevante para um povo, uma cultura ou mesmo uma identidade.

O Património não é mais do que a herança dos nossos antepassados, que vivemos atualmente e que irá ficar para as gerações vindouras, este é um contributo específico da cultura europeia, visto que é um novo olhar sobre a arquitetura.

Do Património Cultural fazem parte os bens imóveis, nomeadamente, igrejas, casas, praças, castelos e ainda locais dotados de muito valor para a história, nomeadamente a arqueologia e a ciência em geral. Os bens móveis dizem respeito às pinturas, esculturas e artesanato entre outros bens.

John Ruskin ⁹ foi o primeiro a defender a preservação das cidades históricas, sendo conhecido a sua posição em relação a esta matéria publicamente. Ele defendia cidades antigas como Oxford, Génova, Veneza entre outras e dava uma importância relevante á conservação dos grandes monumentos.

O contributo de Ruskin não fica por aqui, pois para além de defender a cidade histórica, apontou a importância para a existência de monumentos e grandes edifícios públicos. “il importe peu que vous possédiez une foule de beaux monuments publics s’ils ne s’allient pas, s’ils ne s’harmonisent pas avec l’ensemble des maisons. Ni l’esprit, ni l’oeil ne prendront un nouveau college, un nouvel hopital, ou tout autre nouvel établissement, pour toute une ville.”

A conservação do património deve ser salvaguardada, se o valor arquitetónico corresponder a um interesse global. A conservação do património está associada ao fachadismo. O fachadismo é uma expressão existente na arquitetura e visa esgotar os espaços livres existentes atualmente numa cidade e reformular a arquitetura existente de outros tempos. Alguns defendem que esta expressão salvaguarda a “memória” da imagem arquitetónica do passado, que é uma forma de se respeitar o trabalho e o património feito pelos nossos antepassados e que é uma forma de preservar as antigas memórias adaptando-as as realidades e necessidades atuais.

O fachadismo revela uma falsidade tremenda, pois monta-se um estaleiro complexo, que consiste em várias estruturas provisórias que irão suportar durante algum tempo a antiga fachada, assim como todos os edifícios que o rodeiam. Posteriormente a esta fase, é retirado tudo o que existe no interior desta fachada, destruindo as divisões existentes da altura e retirando as funções estruturais do imóvel. Esta atitude destrói os valores essenciais da arquitetura antiga, pois separa a relação da fachada com a organização espacial existente no seu interior. Outra forma de atuação, é a demolição por completo da fachada e do seu interior, passando posteriormente á sua reconstrução. (dupla falsidade). Um dos maiores perigos do fachadismo, é a perda de valores da história que outrora foram inscritos num espaço urbano e num contexto arquitetónico.

⁹ John Ruskin foi um escritor mais lembrado por seu trabalho como crítico de arte e crítico social britânico. Foi também poeta e desenhista.

“Maintenance instead of Reconstruction,
That is the general aim of conservation”

Hermann Muthesius, 1902

6. A Reabilitação e Manutenção de Edifícios

A Reabilitação de edifícios é atualmente uma necessidade nacional, onde convergem oportunidades para o desenvolvimento económico; salvaguarda de bens patrimoniais e culturais; a melhoria das condições de vida, de consumos energéticos e dinamização social. Em Portugal, continua-se a ação da “manutenção” ou réplica simples das fachadas, demolindo massivamente o seu interior alterando a volumetria do imóvel.

Um dos problemas que leva a estes acontecimentos é o facto da falta de existência de um manual acessível dirigido á habitação antiga, outro é o efeito da legislação do arrendamento, que nos últimos anos descapitalizou de forma abrangente os proprietários dos imóveis, o facto de as rendas terem valores fixos impostos pelo Estado, durante muitos anos, a dificuldade nas ações de despejo, mesmo quando associadas a situações de não pagamento. Tudo isto levou a que se perdessem os hábitos de manutenção dos edifícios, notando-se especialmente nos grandes centros a progressiva degradação de grande parte do edificado antigo. Este aspeto associado aos elevados valores atingidos de construção em processos de reabilitação ou reconstrução levou a que o sector terciário se implantasse quase de forma maciça nesses locais, por se ter tornado o setor com capacidade económica capaz de responder à especulação imobiliária.

Por razões que se prendem com a sustentabilidade da construção, a reabilitação de edifícios antigos é hoje uma tarefa da maior importância em todo o mundo por diferentes razões:

- Preservação de valores culturais que integram valores documentais, valores históricos, valores arqueológicos ou da antiguidade, valores estéticos, valores arquitetónicos, valores do lugar, valores paisagísticos ou ecológicos, valores tecnológicos ou científicos,¹⁰ os conjuntos antigos de edifícios correntes são muito importantes para a história das cidades e dos seus habitantes, porque podem mostrar hoje como foi a evolução recente da humanidade e como os edifícios se foram adaptando continuamente e com sucesso a diferentes formas de viver. Os edifícios correntes são o suporte físico de diversos movimentos estéticos, da arquitetura e da arte, ao longo do tempo; representam um testemunho vivo da relação entre o homem e a arte.
- Proteção ambiental está relacionada com a reabilitação de edifícios antigos querendo preservar uma grande parte dos elementos construídos, reduzindo a quantidade de demolições necessárias e das correspondentes reconstruções.
Reabilitar significa consumir menores quantidades de energia na produção e aplicação de produtos de construção, reduzir as emissões de CO2 e limitar as quantidades de produtos de demolição a remover e destruir.
Reabilitar significa, tanto quanto possível, o uso de materiais tradicionais, naturais (madeira, pedra, areia e cal), por oposição ao uso de materiais industriais artificiais como o cimento, o aço, o alumínio e materiais poliméricos.¹¹
Reabilitar significa também a possibilidade de um fácil reaproveitamento de produtos de demolição, com a sua integração na própria obra a reabilitar ou noutra de características similares.

¹⁰ Segundo o “Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios - Guia de intervenção”, Junho 2011, INOVADOMUS, Departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro.

¹¹ Materiais poliméricos são materiais que requerem uma tecnologia sofisticada, pois envolve reações de química orgânica. Exemplos disso são: polietileno, polipropileno, pvc, acrílico, teflon, entre outros

- Vantagens económicas, consiste em preservar uma construção existente apresentando, pelo menos, as seguintes vantagens económicas por comparação com demolir + reconstruir: redução dos custos de demolição; redução dos custos com licenças e taxas; aprovação mais fácil de projetos; redução dos custos de estaleiro; redução das perturbações do tráfego urbano; colocação mais fácil de produtos de construção; redução das quantidades de novos materiais.

Se a cada uma destas vertentes forem estabelecidas reflexões de forma interdisciplinar e alargada, pode-se desde já aferir que os valores económicos não terão um peso como atualmente contem. Se na fase preliminar da decisão sobre o tipo de intervenção a implementar, forem ponderadas todas estas vertentes, o testemunho para gerações futuras será garantido, algo que atualmente não acontece.

“ Nos últimos anos organismos internacionais, como o ICOMOS, têm desenvolvido um conjunto de debates e recomendações que incidem igualmente sobre vertentes do património em risco. Assim, a proteção do património natural, do património cultural intangível, as expressões culturais e a beleza dos locais e territórios em perigo são vertentes que têm igualmente sido tidas em conta nos documentos da UNESCO.

Em discussão no documento do ICOMOS está igualmente a aferição das ferramentas a utilizar para a implementação dos processos de Reabilitação. Considerados em 4 categorias:

- Sistemas reguladores – códigos, regulamentos, decretos, ações dirigidas à reabilitação e gestão de componentes tangíveis e intangíveis do património urbano, incluindo a sua vertente social e ambiental. Os aspetos tradicionais e de costumes dos locais devem ser reconhecidos e reforçados se necessário;

- Ferramentas de integração da participação da comunidade – neste âmbito está a definição de um grupo de pessoas interessadas e dinâmicas a quem lhes possa ser atribuída a responsabilidade de reunir os meios técnicos e humanos especializados para identificar os Valores na sua área de intervenção, definir perspetivas de desenvolvimento, estabelecer objetivos e criar uma base de acordo para o desenvolvimento de ações de salvaguarda do seu património e promoção sustentável deste. Estas ferramentas devem facilitar o diálogo intercultural através da aprendizagem das suas comunidades acerca da sua história, tradições, valores, necessidades e aspirações. Um grupo que estaria igualmente envolvido na mediação e negociação de conflitos de interesses individuais ou de grupos;

- Ferramentas técnicas – estas devem ser postas ao serviço da proteção da integridade e autenticidade dos atributos arquitetónicos e materiais presentes no património edificado, bem como na vertente intangível, incluindo tradições da comunidade e rituais de uso da terra que lhe deem sentido. Devem permitir o reconhecimento do significado cultural e a sua diversidade e providenciar instrumentos de monitorização e gestão de mudanças que permitam melhorar a qualidade de vida e o espaço urbano. Deve ser dada relevância à documentação e mapeamento de recursos culturais e naturais, enquanto património, incluindo avaliação do impacto social e ambiental no sentido de aferir o nível de sustentabilidade e continuidade do planeamento e desenho que esteja em causa;

- Instrumentos financeiros – devem ter como objetivo a salvaguarda dos valores patrimoniais. Em associação, os fundos governamentais ou internacionais devem ser utilizados para promover investimentos privados a nível local. O micro crédito e outros meios flexíveis de financiamento podem ser instrumentos a recorrer para suportar a revitalização de empresas locais, podendo igualmente as parcerias público-privadas ter um papel preponderante na sustentabilidade financeira das intervenções nos centros históricos.”¹²

¹² Segundo o “Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios - Guia de intervenção”, Junho 2011, INOVADOMUS, Departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro.

Foram promovidas ao longo do tempo outras convenções pela UNESCO, sendo sempre analisados e estipulados os melhores métodos e técnicas, sendo o objetivo criar uma nova atitude face à conservação do património. Segue-se uma análise a alguns textos.

Carta de Atenas (1931) (anexo 1)

- Os restauros, quando inevitáveis, deverão respeitar a obra histórica e artística do passado, sem excluir estilos de qualquer época;
- A utilização dos monumentos deve respeitar o seu carácter histórico ou artístico;
- O interesse da coletividade sobrepõe-se ao interesse privado. Deve ter-se em conta o sacrifício acrescido, exigido aos proprietários, na óptica da preservação do bem comum;
- O carácter e a fisionomia das cidades devem ser respeitados, sobretudo na proximidade de edifícios antigos;
- Nas condições de vida moderna os monumentos estão cada vez mais ameaçados pelos agentes atmosféricos, pelo que é necessária a colaboração dos especialistas: físicos, químicos e biólogos;
- O emprego de materiais modernos na conservação de uma ruína deve ser sempre passível de reconhecimento;
- Quando se mostrar impossível a conservação de ruínas postas a descoberta por escavações, é aconselhável enterra-las de novo, para evitar degradação;
- A conservação dos monumentos exige uma cooperação intelectual universal e deverá constituir um objetivo educacional para a juventude;
- A proteção e conservação dos monumentos exigem normas jurídicas adaptadas a cada país;

Carta de Veneza (1964) (anexo 1)

- O restauro [...] destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos;
- Nos casos em que as técnicas tradicionais se revelarem inadequadas, admite-se o recurso a outras técnicas modernas de conservação e de construção, desde que a sua eficácia tenha sido comprovada por dados científicos e garantida por experiência;
- A unidade de estilo não deve constituir um objetivo a alcançar no decurso de um restauro. Pelo contrário, devem ser respeitados os contributos válidos das diferentes épocas de construção;
- Os elementos destinados a substituir as partes inexistentes de uma edificação devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se, sempre, das partes originais;

Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (1976)

- Considera-se conjunto histórico todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano, quer em meio rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural. Nestes conjuntos, que são muito variados, podem distinguir-se em especial: os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias e o casario, bem como os conjuntos monumentais, homogéneos, os quais deverão, regra geral, ser cuidadosamente conservados sem alterações. Entende-se por salvaguarda a identificação, a proteção, a conservação o restauro, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos, e do seu enquadramento.

Carta de Cracóvia (2000) (anexo 1)

- A conservação pode ser realizada mediante diferentes tipos de intervenções, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro a renovação e a reabilitação;
- A conservação do património construído é executada de acordo o projeto de restauro, que deve incluir uma estratégia para a preservação a longo prazo;
- Devem ser evitadas reconstruções de partes significativas de um edifício, baseadas no que os responsáveis julgam ser o verdadeiro estilo;
- Qualquer intervenção que afete o património arqueológico, devido à sua vulnerabilidade, deve estar estritamente relacionada com a sua envolvente: o território e a paisagem;
- O objetivo da conservação dos monumentos e dos edifícios com valor histórico, que se localizem em meio urbano ou rural, é o de manter a sua autenticidade e integridade;
- A decoração arquitetónica, as esculturas e os elementos artísticos, que fazem parte integrante do património construído, devem ser preservados mediante um projeto específico vinculado ao projeto geral de restauro;
- As cidades e as aldeias históricas, no seu contexto territorial, representam uma parte essencial do nosso património universal;
- As técnicas de conservação devem estar intimamente ligadas á investigação pluridisciplinar sobre materiais e tecnologias usadas na construção, reparação e no restauro do património edificado;

“ Usar do modo que têm os arquitetos os quais,
Primeiro que ponham mão na obra, a traçam e debuxam,
E de si apresentam estes delineamentos de sua imaginação
Ao senhor cujo há-de ser o edifício”

João de Barros, no prólogo da Ásia

7. O papel do Design de Interiores na Reabilitação

O Design de Interiores atua no dimensionamento adequado do produto para as pessoas que o utilizam. Este estuda materiais para a fabricação em conjunto com outras áreas, como por exemplo a engenharia. Torna os produtos mais úteis e funcionais, agregando valor em benefício de consumidores e fabricantes. Este dá expressão aos produtos, dando visibilidade e tornando suas funções mais claras. O Design cria identidade entre uma empresa e o consumidor, funcionando como meio de comunicação entre eles.

Design é projetar pensando no uso, funcionalidade e estética, é adequar os espaços às reais necessidades dos utilizadores. Usufruindo de uma habitação com dimensões adequadas (medidas estas que podem ser consultadas na portaria nº 243/84 de 17 de Abril do RGEU), que proporcione conforto, autonomia, segurança e privacidade é uma necessidade básica – é um direito essencial. Assegurar esse direito passa por criar – construindo de raiz, ou adaptando – edifícios de habitação que sejam capazes de responder às necessidades existentes da população e que estejam preparados para acomodar as diferentes necessidades que surjam ao longo da vida de cada morador.

O Design de Interiores deve também, assegurar a igualdade de oportunidades no acesso à Habitação, este fator torna-se num desafio, pois não se aplica somente ao designer de interiores mas sim a muitas profissões – desde o promotor imobiliário e a sua visão de mercado, ao consumidor e à sua escolha informada, passando por todos os técnicos que intervêm no projeto, licenciamento e construção e à sua postura perante as boas práticas. Todos estes cuidados devem de ser tidos e cumpridos tais como as normas técnicas de acessibilidade e a integração dos princípios do Design Inclusivo.

Esta ciência é aliar a tecnologia á funcionalidade, agregando um valor estético ou funcional a determinado objeto, seja ele uma marca, site, produto, etc. ...

O Design melhora o que já existe, simplificando o complicado, reduzindo o uso de parafusos sem interferir na segurança. Este é uma das chamadas artes do projeto, porque o seu processo criativo se constitui numa série de procedimentos controlados, tendo em vista a lógica entre a ideia e a forma, através da produção de um desenho, que descreve o objeto a construir.

O essencial do Design situa-se no cruzamento entre as artes visuais e as ciências sociais, os mecanismos do mercado e as técnicas de reprodução.

O Design procura resolver o problema da utilidade, o nível dos custos e a racionalidade técnica do objeto. O aspeto formal procura resolver o visual e a intenção criativa da novidade.

O design procura descobrir relações de organização, funcionalidade e expressividade. Isto com objetivo de proteger o ambiente, dar liberdade para a sociedade. O design envolve várias profissões, das quais produtos, comunicações, decoração e arquitetura, estas atividades, funcionando juntas deveriam de elevar outras profissões e também o valor da vida.

O designer é chamado a antecipar problemas, definir estratégias, gerar oportunidades e liderar projetos. Essa circunstância de ter que interagir com os diferentes intervenientes no processo coloca-o numa posição ideal dentro das empresas ou instituições para conduzir e articular processos de mudança.

O designer exerce uma atividade projetual, que agrupa e produz inovação destinada a estabelecer as qualidades formais e funcionais de objetos, espaços, processos, serviços, sistemas e mensagens, tendo em conta a sua interação com o homem e considerando um ciclo de vida completo, da produção à utilização e eventual extinção.

O Designer, ao estabelecer as relações estruturais, organizacionais, funcionais, expressivas e económicas, procura considerar os utilizadores finais e demais protagonistas do mercado, no contexto da sustentabilidade global e proteção do ambiente.

O designer exerce uma atividade crítica de âmbito intelectual que abrange um largo espectro de áreas de intervenção e dentro delas várias especializações que incluem projetar objetos, espaços, comunicação e, de forma genérica, colaborar na gestão de programas tendentes à definição e concretização de estratégias de desenvolvimento.

Um Designer tem como competências, analisar as condicionantes orçamentais; de prazos; da natureza do problema e dos intervenientes na sua resolução; da concorrência e mercados; da legislação aplicável; dos recursos e meios de produção disponíveis e integrá-las, de modo a definir o quadro da solução. Prevê Investigar o que já foi feito; o que se pretende atingir; o público a que se destina, o conteúdo a transmitir, expô-lo e discuti-lo, apresentando uma proposta de trabalho que inclui os honorários e o cronograma de execução.

Mobilizar e coordenar os diferentes membros da equipa, orientando o seu trabalho. Criar relações entre o conteúdo e a forma; entre os objetos e as pessoas; entre a história que contam e a cultura material em que se inserem, Inventar afinidades, descontinuidades, formas, discursos, através da experimentação de linguagens visuais ou plásticas, dos materiais e das técnicas. Avaliar e propor correções, sempre que existirem possibilidades de executar melhorias nos projetos. Design é todo o trabalho pensado em cima duma forma.

Um projeto de reabilitação só cresce tendo um designer de interiores a intervir, visto que este tem noções espaciais, regulamentos e normas que tem de seguir para as intervenções que executa ao longo dos seus trabalhos. Quantas obras são feitas e nem as dimensões mínimas obrigatórias por lei estão implementadas? Um Designer de Interiores, muito desconhecido para muitos, não é um decorador como lhe é atribuído, este tem a função de organizar um espaço interior, transpondo conforto, bem-estar, funcionalismo e estética, mas ao mesmo tempo tem de projetar equipamento que muitas vezes tem de ser desenhado á medida, pois por norma as casas que sofrem reabilitações, são imóveis com espaços muito reduzidos e fora de esquadria e requer uma articulação mental muito grande por parte do mesmo, para conceber equipamento que se adequa á assoalhada em questão e que responda as necessidades do cliente, nunca fugindo ao que a lei nos diz, nomeadamente das “condições mínimas de habitabilidade exigíveis em edifícios de eventual reabilitação.....”

A reabilitação de fachadas e coberturas consiste na realização de obras de manutenção, reparação, restauro, pequenas remodelações, consolidação e reparação de paredes, refechamento de juntas, limpeza de cantarias, aplicação de rebocos e pinturas, reabilitação ou substituição de portas e janelas em madeira, recuperação e limpeza de cobertura e beirados, colocação de caleiras e tubos de queda, etc.

A reabilitação de edifícios consiste nos trabalhos anteriormente descritos, a realizar no exterior e ainda nas seguintes obras no interior da habitação:

- Aplicação, manutenção, restauro ou remodelação de tetos, de revestimento de paredes ou do pavimento;
- Construção ou equipamentos mínimos: lavatório, sanita, polibã ou banheira;
- Colocação de lava-loiças e substituição de canalizações degradadas;
- Eletrificação ou renovação de rede e quadro elétrico;
- Reparação ou substituição de estrutura de pavimento em ruína.
- Ventilação e iluminação natural do interior da habitação.

“ Não meter na cabeça que o Designer é um sábio, pois não é correto.
Devemos ser humildes, meter as mãos na massa e estar sempre a aprender...”

Nuno de Sá Leal- Presidente APD

“Inovação é criar algo novo que tem sucesso no mercado...”

Elisabete Antunes- Presidente da AND

8. Design Inclusivo: Porquê?

A principal razão que leva a que se adote o Design Inclusivo em qualquer projeto é o valor ético que todas as pessoas têm, o direito de usufruir de qualquer serviço ou ambiente, com segurança e conforto.

O combate ao Design exclusivo tem também algumas razões que levam a que lhe seja dada tanta importância. Razões sociopolíticas: com o envelhecimento da população, o Design tem que se adaptar às necessidades da população. Se estes envelhecem, o Design terá, obrigatoriamente, que acompanhar a tendência e criar objetos e ambientes que vão ao encontro dos problemas desta faixa etária. Outro argumento que favorece o recurso a Design inclusivo é aquele que defende que ambientes inclusivos “originam comunidades mais equilibradas, proporcionando mais suporte e qualidade de vida aos cidadãos”. O Design inclusivo permite também que qualquer pessoa, independentemente da sua idade, sexo ou estatuto social, participe ativamente na vida pública.

Razões económicas: um serviço ou ambiente que seja concebido com princípios inclusivos é, evidentemente, utilizado por um maior número de utilizadores. Cada vez mais a reabilitação necessita deste fator pois ao reconstruir um espaço que outrora estava velho ou destruído, tem de ser adaptado para as novas realidades. É um facto que a altura média do ser humano atualmente não se compara com o que existia no passado, daí que todos os espaços terão que ser readaptados para a realidade atual, tal como todo o equipamento concebido terá que ter estas funções. Para além disso, como os espaços reconstruídos tem áreas muito pequenas, convém que o equipamento lá existente seja versátil, isto é, responda a várias necessidades.

Razões tecnológicas: a distinção social existente entre os cidadãos com e sem acesso a novas tecnologias obriga a que os projetistas da área tenham especial atenção ao conceber novos produtos e/ou serviços informáticos.

Razões de consciência social: consequência do fator sociopolítico, foram sendo criados diversos acordos, legislações e linhas orientadoras que defendem que um determinado espaço tem que servir todos. Assim, um determinado ambiente tem que ser projetado de forma a ser mais adequado a todos os que o utilizam.

9. Design Inclusivo: Para Quem?

Como sabemos, a concepção de objetos não pode ser feita com base num “homem médio” como forma de abranger o máximo de população possível. É importante salientar que este “homem” não existe, e cada um tem as suas próprias características e aptidões.

Para além das pessoas que têm estas dificuldades permanentemente, qualquer ser humano terá dificuldades em executar determinada tarefa numa determinada altura da sua vida (segundo a organização “Design for All Foudation”, em cerca de 40% da nossa vida sofremos problemas de interação com o ambiente que nos rodeia). No entanto, para além da mobilidade condicionada que referimos habitualmente (nomeadamente problemas de locomoção permanentes ou temporários), outros fatores poderão condicionar a atividade tais como: as doenças pulmonares, cardíacas e artrite, por exemplo.

Nos grupos que se salientam como sendo de mobilidade condicionada, está ainda a faixa etária das crianças. Estas possuem apenas um terço da visão periférica, têm menor precisão na avaliação de velocidades e distâncias, agem de forma inesperada e imprevisível, não conseguem compreender sinais de aviso e pela sua dificuldade em localizar origem de sons e em entender situações complexas. Se acrescentarmos esta faixa etária ao grupo das pessoas com mobilidade reduzida, esse número cresce dramaticamente. Portanto, é importante que, cada vez mais, se projete para um número mais alargado de utilizadores em vez de para o “homem médio”.

Relembro então que, se um determinado projeto é inclusivo e permite a execução de uma certa tarefa a um grupo, automaticamente essa tarefa é proporcionalmente facilitada a todos os utilizadores.

10. Design Inclusivo: Como?

Embora esta problemática já tenha sido muito estudada e haja imensas razões que justifiquem o uso do design inclusivo em benefício do bem-estar das pessoas, nem todas as vertentes abrangidas por este problema têm uma solução imediata. Uma forma de evitar alguns erros na criação de objetos (ou como forma de alterar alguns desses erros), pode ser através da colaboração de utilizadores no processo de conceção.

Estas alterações a nível de conceção de produto não têm que ser propriamente profundas (ou seja, nem sempre requerem uma mudança radical no design de um objeto). Nalguns casos, basta apenas umas alterações ergonómicas ou de materiais para tornar um objeto exclusivo em inclusivo.

As cidades, vistas não só como meio de circulação e vivência, mas também como espaço de lazer e relações entre seres humanos, está constantemente a perder a sua função de espaço de relações entre as pessoas e o meio envolvente. Assim sendo, mudar as condições de acessibilidade e criar uma melhor gestão urbana seriam alguns dos primeiros passos para que as pessoas possam viver, independentemente das suas aptidões físicas e sensoriais. Sabemos, contudo, que não é possível modificar de forma muito brusca o funcionamento de uma cidade. Seria então um processo que demoraria anos a concretizar. Outra dificuldade que tem que se encarar é o facto de cada cidade ter diferentes características, nomeadamente a nível de morfologia do terreno.

Nunca nos devemos esquecer, porém, que a participação das pessoas (ou de associações representativas), tornam o processo mais fácil e eficaz. Esta participação é crucial, uma vez que evita que se façam intervenções completamente desadequadas das necessidades dos utentes.

Estes cuidados não devem ser só tidos em conta nas cidades, mas também nos serviços e produtos, também eles pensados nos seus utilizadores. Cada vez mais deve ser pensada a forma como os utentes precisam de determinado produto e se este corresponde às suas expectativas. Com o envelhecimento da população, público-alvo de alguns produtos, assim como o tipo de consumidores (o grupo passa a ser caracterizado por “características físicas particulares, com mais capacidades económicas”). Embora nalgumas áreas do mercado essa preocupação com os idosos se verifique, existem, no entanto, outras em que se denota um desfasamento entre as propostas existentes no mercado e as expectativas dos compradores. Nesse mercado, verifica-se por vezes que também os idosos estão predispostos em obter produtos de alta tecnologia, mas que não o fazem porque sentem dificuldades em os utilizar.

Nestes casos, as associações de defesa do consumidor têm um papel muito importante no desenvolvimento de produtos adequados a determinada faixa etária/grupos de mobilidade reduzida.

São estas associações que fazem recomendações a nível de acessibilidades e usabilidade para todos e que “obrigam” os produtores a acompanhar o grau de exigência dos consumidores.

A adaptação dos produtos aos seus utilizadores traz vantagens não só ao próprio, que acaba por se sentir mais adaptado ao meio e tem menos dificuldade em executar determinadas tarefas, mas também é benéfico para as empresas que concebem os produtos, trazendo-lhes mais clientes e, por consequência, vantagens a nível de competição no mercado.

11. Design Inclusivo: os Princípios

Uso Equitativo: o design é útil e pode ser comercializado às pessoas com as mais diversas capacidades.

Flexibilidade no uso: o design abrange uma vasta área de pessoas, gostos e habilidades pessoais.

Uso simples e intuitivo: o design é facilmente compreendido, independentemente da experiência, nível de formação, idioma ou conhecimentos do seu utilizador.

Informação Percetível: o design comunica, de forma eficaz, a informação ao seu utilizador, independentemente das suas capacidades sensoriais ou das condições ambientais a que está exposto.

Tolerância ao Erro: o design procura minimizar as consequências de ações imprevistas (acidentais e não intencionais).

Baixo Esforço Físico: o design pode ser utilizado de forma eficaz com o mínimo de fadiga.

Tamanho e Espaço para Aproximação e Uso: o design deverá oferecer ao utilizador espaço e escala aos objetos para que estes possam ser alcançados, manipulados e usados, independentemente do tamanho, postura corporal e grau de mobilidade do indivíduo.

“Adoramos a perfeição, porque não a podemos ter;
Repugná-la-íamos, se a tivéssemos.
O perfeito é desumano, porque o humano é imperfeito”

Fernando Pessoa

12. Espaços intervencionados pelo Gabinete de Reabilitação

Tendo em conta as diversas problemáticas detetadas nesta área histórica de Castelo Branco, apresento alguns espaços que foram remodelados e requalificados pelo Gabinete de reabilitação do centro histórico de Castelo Branco. Todas elas se situam dentro das muralhas pertencendo a zona histórica, contribuindo com narração e características divergentes entre elas.

12.1. Miradouro

Situado na rua de Santa Maria, este local era junto ao largo que se abria para a antiga porta de Santa Maria / Espírito Santo, onde se dava a entrada para diversas mercadorias, visitas, entre outras. Esta rua trata-se de uma das principais que vão dar ao Largo Camões (antiga praça velha), espaço central e característico da zona histórica.



Figuras 9 e 10 - Imagens do miradouro da Rua de Santa Maria atualmente após intervenção.

As portas das muralhas¹³ do castelo eram também referências fundamentais para o espaço urbano. A sua fragilidade, em termos defensivos impunha a construção de torreões de defesa, e do mesmo modo implicava a construção de terreiros, largos ou rossios, onde alguns sectores comerciais se instalavam.

Atualmente, esta zona é um ótimo local de visita e estadia em dias de sol, apesar de tudo, não possui bancos, zona com sombra nem caixotes do lixo para uso dos visitantes. É um ponto a explorar pois trata-se de uma intervenção recente dum ponto com história.

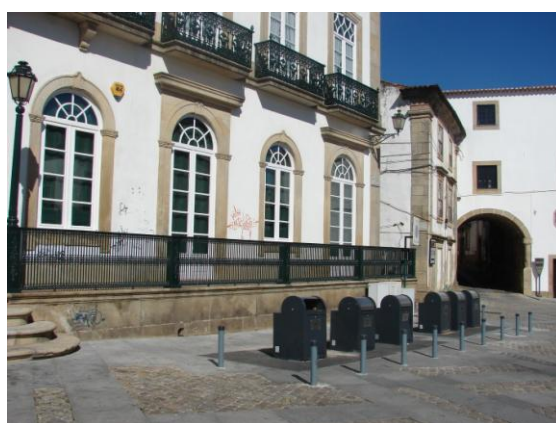
¹³ - **Muralha**: termo frequente aplicado como sinónimo de muro, mas aplica-se de preferência a muros altos e sólidos. Dir-se-á, por exemplo, os muros de uma casa, as muralhas de uma cidade (ou de uma fortaleza). Grande muro que guarnece uma fortaleza praça de arma, cidade parede.



Figuras 11 e 12 - Imagens do miradouro da Rua de Santa Maria atualmente após intervenção.

12.2. Praça Luís Vaz de Camões

A praça Luís Vaz de Camões, conhecida em tempos por praça velha era um centro definido por edifícios e espaços principais de grande importância para a vila e para a cidade: a nascente, o edifício dos paços do concelho conciliava a função de casa de audiências com a de prisão; a sul aparece o antigo celeiro da ordem; a norte surge a casa do Bispo, com origem numa concordata entre o Bispo da Guarda e a ordem do templo, no Porto em 1242, sobre assuntos eclesiásticos; no lado poente, atualmente ocupado pelo arquivo distrital – Palácio de Rafael José da Cunha (datado de 1867/ 69) era um espaço livre pavimentado onde, durante algum tempo, se realizou o mercado.



Figuras 13 e 14 - Imagens da praça de Camões, antiga praça velha.

A sua localização tinha uma forte ligação com a rua Nova, com a rua do Relógio onde se encontrava mais uma porta na muralha, e também, como já referido anteriormente, com a extensa rua de Santa Maria.



Figuras 15 e 16 - Imagens de pormenores de edifícios situados na praça de Camões.

Atualmente, este espaço apresenta diariamente algum movimento significativo. Apesar de tudo, não se encontra bem aproveitado de modo a que as pessoas possam usufruir e perceber a importância que este local teve em tempos. Recentemente teve uma intervenção a nível de equipamentos não muito eficaz, contentores subterrâneos que esteticamente não são os mais adequados a um espaço com história como este. Também é notório a ausência de equipamentos como bancos. Se existissem, haveria uma diferença a nível social tendo em conta a convivência.

12.3. Miradouro do Castelo

Situado no topo da colina, os excedentes do passado com história marcam este espaço turístico e característico da cidade. A escolha do castelo templário ser construído sobre a planície envolvente à cota de 430 metros, deveu-se a necessidade de ter um ponto de observação o mais distante possível do horizonte para garantir um mínimo de segurança (antecipação e maior dificuldade de acesso).



Figuras 17 e 18 - Imagens do espaço existente no miradouro do Castelo

Ao longo da história este espaço foi sujeito a diversos acontecimentos, entre eles devido a acontecimentos históricos, parte da pedra do castelo foi vendida, assim como a telha e madeiramentos levando a ruína do espaço – tanto por intervenção humana como da mãe natureza.



Figuras 19 e 20 - Imagens do espaço existente no miradouro do Castelo

Também neste local há a existência de um pequeno edifício que foi mandado construir por volta de 1867. Tratava-se de uma escola primária do sexo masculino, modelo do conde ferreira sendo só inaugurada em 1875. Acabou por encerrar e depois 1921 passou a sua utilização para entidades militares. Achou-se por bem, com as necessidades modernas, da telegrafia sem fios, estabelecer um posto daquele serviço, nesse ponto mais alto da cidade.



Figura 21 - Imagem antiga dos excedentes existentes antes da intervenção da DGEMN.



Figura 22 - Imagem antiga dos excedentes existentes antes da intervenção da DGEMN.

Em 1936 houve uma Intervenção da DGEMN direção dos monumentos nacionais na muralha, com o objetivo de adaptar o local a miradouro público. Para reconstrução de algumas partes que se foram deteriorando, recorreu-se a fotografias do local para uma maior eficácia na reprodução. Esta importante intervenção permitiu reunir alguns fragmentos arquitetónicos, mantendo parte de uma torre de dois pisos, de planta retangular, e coroada com ameias, cuja fachada exterior possui as três janelas de balcão reconstruídas e uma outra torre defensiva, são os únicos restos da imponente fortaleza seiscentista. Existe ainda uma parte do adarve (ou caminho de ronda) sobre um pequeno troço de muralha que constituía a linha de cintura de defesa de alcáçova.

Atualmente, este importante espaço é local de visita para muitos turistas e também habitantes nos seus tempos livres. Apesar de apresentar alguns equipamentos, estes não estão interligados entre si, muito menos inseridos corretamente com o espaço esteticamente. Na parte superior da muralha no caminho de ronda e no miradouro, há inexistência de segurança lateral e papeleiras, equipamentos que de certo modo são cruciais. No átrio do espaço, passa-se o mesmo, e também há a ausência de bancos, pois estes só se encontram numa certa parte. E um local que necessita de uma boa e correta intervenção de modo a dinamizar aquilo que em tempos passou por diversas realidades e que agora possui um historial para contar e visitar.

12.4. Miradouro de S. Gens

A construção do miradouro de S. Gens, em 1941, foi com o intuito fundamental de colmatar a crónica falta de água que assolou a cidade, através dos tempos. Até meados do sec. XVIII, o abastecimento de água conseguiu, de algum modo, colmatar as necessidades básicas da população através da utilização sistemática de poços, fontanários, fontes públicas e privadas, a situação começou a ficar insustentável após o definitivo arranque populacional.



Figuras 23 e 24 - Imagens do miradouro no seu ano de construção em 1941.

Este importante obstáculo para a população foi resolvido, captando águas na Gardunha para um reservatório existente no alto do castelo. Posteriormente foram adicionados outros reservatórios. Esta só foi conduzida aos domicílios em 1936.

A construção do miradouro veio do aproveitamento da zona superior dos depósitos. Na sua elaboração, o projetista ambicioso queria que a escadaria se estendessem até a muralha, facto que não conseguiu pela falta de dotação financeira. Concluída a 1944.



Figuras 25 e 26 - Imagens do miradouro atualmente após intervenção.

Este espaço sofreu recentemente uma intervenção, pois encontrava-se muito degradado com o tempo e por intervenção das pessoas. Como tal, apresenta novos equipamentos adequados minimamente ao espaço, entre estes, um miradouro virtual que fornece informações sobre vários pontos da cidade. As papeleiras existentes não são as mais adequadas ao espaço, visto que este possui zonas de piquenique e as pessoas produzem grandes quantidades de lixo que para aquele tipo de equipamento não funciona.

12.5. Largo da Macaca

Este espaço encontra-se situado num largo social dentro da zona histórica. A sua localização é entre a rua do Muro e a rua D'Ega, sendo a sua rua desconhecida. Historicamente não apresenta qualquer tipo de marco, fazendo apenas parte da tradicional urbanização. Trata-se de um sítio agradável de estar e de passagem tanto para moradores como para visitantes.



Figuras 27 - Imagem do pequeno largo existente com o jogo tradicional da macaca



Figuras 28 - Imagem do pequeno largo existente com o jogo tradicional da macaca

Recentemente recebeu uma intervenção com o jogo tradicional da macaca colocado no solo do mesmo. Por se tratar mais de uma zona de moradores e não tanto turística, este local necessita de uma intervenção mais a nível de equipamento auxiliar, tal como, um método de estender a roupa de modo a não interferir com a paisagem e o ambiente histórico, ou então bancos e papelarias para aqueles que queiram usufruir temporariamente deste.

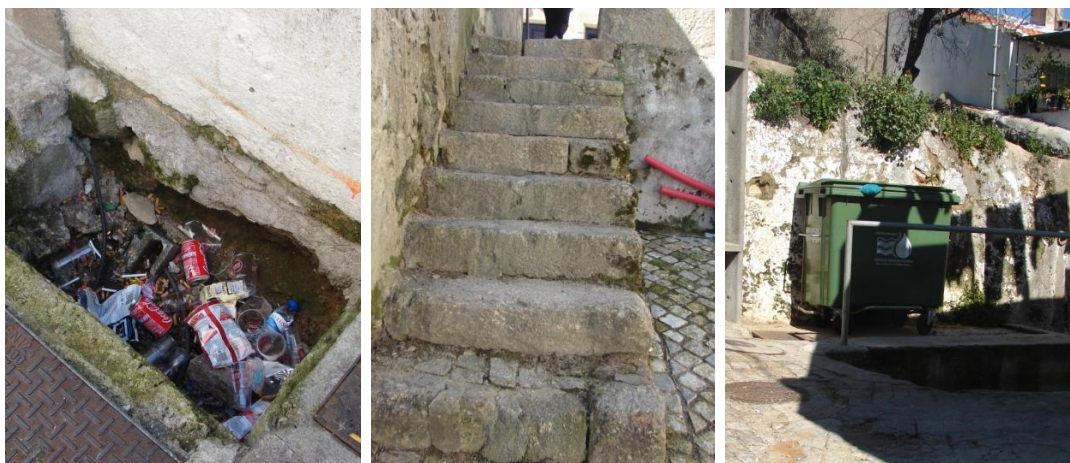
12.6. Arruamentos

Neste trabalho já foram referidos e caracterizados os diversos tipos de arruamentos existentes nesta área histórica. O modo como foi desenvolvido a sua estruturação tendo em conta o topo do Castelo, a ligação com as portas das muralhas, entre outras. Atualmente já sofreram algumas intervenções devido a evolução do estilo de vida social em que vivemos, no entanto algumas coisas foram deixadas para trás e outras estão mesmo a falhar.



Figuras 29, 30 e 31 - Imagens de exemplos de tipos de arruamentos existentes atualmente.

Nestas imagens podemos visualizar o existente atualmente. As ruas apresentam-se estreitas e incertas, o pavimento na maior parte apresenta buracos de origem perigosa devido a más intervenções. Quando passa algum carro as pessoas têm que se “abrigar” junto á parede ou na ombreira da porta. Outro pormenor é a falta de equipamento e papeleiras durante extensos metros, o que origina a poluição do espaço por parte da maioria dos utilizadores. Devido a pequena dimensão a nível de largura destes arruamentos, é complicado colocar equipamentos de modo a combater certas problemáticas, mas as soluções existem e devem ser adaptadas.



Figuras 32, 33 e 34 - Imagens de algumas situações ocorrentes em locais distintos.

Outra ausência notada são as proteções, podendo gerar situações arriscadas. Os contentores de lixo doméstico são escassos ao longo das ruas, tendo os moradores muitas vezes que percorrer uma longa distancia para os depositar. Neste ponto é também importante salientar que por vezes, em algumas ruas é impossível a passagem de veículos para a recolha de lixo ou então de outros como ambulâncias, bombeiros, entre outros.



Figuras 35, 36 e 37- Imagens de algumas situações ocorrentes em vários locais.

Esteticamente ainda há muita coisa a tratar de modo a cuidar certos pormenores essenciais. Os tubos perdidos, os fios elétricos, as caixas de eletricidade, tudo conta para o correto funcionamento estético desta zona, como tal, ainda há muita coisa a intervir.

“ A Cultura de um povo é o seu maior património preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato.”

Nildo Lage

13. Projetos Complementares desenvolvidos no Estágio

Durante o mestrado houve um contacto com o Gabinete de Reabilitação para a realização de alguns projetos lançados pelos docentes das cadeiras de Design de Interiores e Design de equipamento. Desde então nasceu o interesse da realização do estágio curricular de mestrado nessa entidade.

Foi proposto ao orientador e ao respetivo Gabinete a proposta de estágio juntamente com outros três colegas pertencentes á mesma turma de mestrado em Design de Interiores e Equipamento, nomeadamente, Iolanda Ferreira e Sara Oliveira, designers de Interiores e equipamento, formadas pelo IBCB, Fábio Ponteira, Designer Industrial formado pela UBI e o autor Sérgio Oliveira licenciado em Design de Interiores e Equipamento, formado pelo IPCB.

No princípio de Novembro iniciou-se o estágio, o primeiro trabalho efetuado foi a adaptação ao local, colegas de trabalho, uma grande pesquisa efetuada e leitura de leis e normas de património e reabilitação relacionadas com o Gabinete e a própria cidade de Castelo Branco. Esse trabalho foi pertinente pois foram os fios condutores para os meses de trabalho que se aproximavam.

Executaram-se variados trabalhos na área do Design de Interiores, preparação de exposições, brochuras informativas e levantamentos técnicos. Esses trabalhos foram feitos em parceria com outros profissionais de outras áreas e alguns individuais. Trabalhos destinados maioritariamente para a Camara Municipal de Castelo Branco. Para além dos projetos atrás mencionados, executou-se também um projeto final de uma habitação na zona histórica de forma individual que é apresentado mais a frente.

13.1 – (1º Projeto) Exposições

No edifício do Gabinete de Reabilitação da Zona Histórica de Castelo Branco existe uma área destinada para exposições de autores nacionais e internacionais, com salas variadas e com boas dimensões para se fazerem exposições de quadros, instalações entre outras. Durante o estágio efetuado realizaram-se diversas exposições mas foi pedido a ajuda dos estagiários para a desmontagem da exposição que finalizou na altura em que se iniciou o estágio. Esta parte do estágio foi deveras interessante pois houve um contacto direto com obras de elevado valor e fazendo eu exposições pessoais de pintura, tive um gosto enorme em colaborar nestes trabalhos relacionados com as diversas exposições.



Figuras 38 e 39- Imagens da desmontagem de uma exposição



Figura 40- Imagens de uma exposição



Figura 41 - Imagens de uma exposição

13.2. (2º Projeto) Levantamento de troço de muralha

O Gabinete de Reabilitação do centro histórico de Castelo Branco tem vindo a recuperar toda a muralha do castelo ainda existente na zona histórica. Com o passar dos anos a população foi retirando pedras da muralha para a construção das próprias casas, servindo-se até da própria muralha para servir de parede de casa.

Verifica-se atualmente que uma grande parte do troço da muralha existente, encontra-se no interior das habitações da zona histórica e torna-se difícil a recuperação da muralha ou parte dela devido a este apoderamento temporal por parte da população. Existe no entanto um troço da muralha localizada na propriedade do CIJE (Centro de Infância e Juventude) começando na alcáçova, prolongando-se até a rua do Mercado.

Foi pedido a três estagiários (Fábio Ponteira, Sara Oliveira e Sérgio Oliveira) que efetuassem o levantamento de este troço da muralha para um projeto de requalificação e restauro, levado a cabo pelo Gabinete. Este troço da muralha, ou melhor, o miolo da mesma encontrava-se quase coberta de silvas e mato, era mais uma “pérola” da zona histórica que estava escondida do mundo.

Inicialmente andou-se um pouco sem saber como se iria fazer este levantamento métrico, pois o que se via era um amontoar de pedras, irregulares e não existia nenhuma referência para se saber qual era a cota zero e como se iria tirar as medidas o mais fiel possível á realidade. Decidiu-se utilizar uma máquina fotográfica e um metro de madeira, foi a forma mais certa de se conseguir trabalhar. Para isso encostou-se o metro na vertical, como demonstrado na figura 42 e tirou-se a fotografia. Posteriormente no gabinete abriam-se as fotografias e conseguia-se através de regras de proporcionalidade somar a quantidade de vezes que se repetia o metro e só assim se conseguia ter uma altura mais próxima da real do miolo da muralha. Como o miolo da muralha era irregular tanto em largura como em altura, as medidas foram tiradas de dois em dois metros, isto para facilitar o desenho técnico do mesmo.

O trabalho foi dividido entre os três estagiários de uma forma alternada, entre o posicionamento dos instrumentos de medição, fotografia e registo das medidas.



Figuras 42 e 43 - Medição da muralha com auxílio de um metro de madeira



Figura 44 - Vista do miolo central da muralha

Após o levantamento fotográfico e métrico de todo o miolo da muralha, procedeu-se ao desenho dos alçados, utilizando para tal as fotografias tiradas onde consta o metro de madeira e uma planta disponibilizada pelo Gabinete que contém as curvas de nível do local em questão. (figura 45)

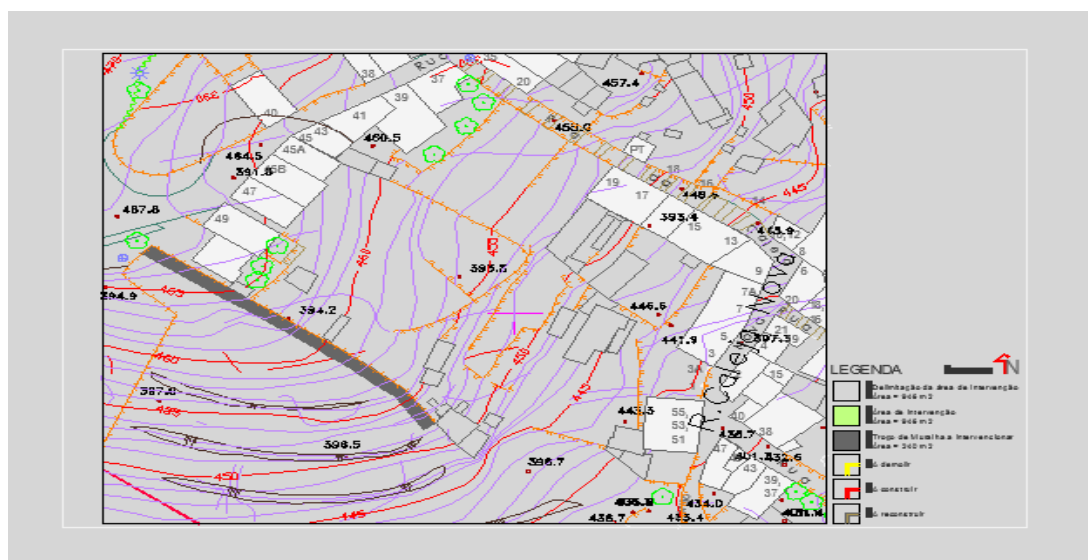


Figura 45 - Planta da muralha e respetiva envolvente com desenho de curvas de nível

A partir da planta topográfica desenhou-se a inclinação do terreno e após este procedimento feito, foram-se desenhando as alturas medidas no terreno chegando aos desenhos planos apresentados na figura 46. Para ser mais facilmente identificado juntaram-se imagens do local na realidade fazendo corresponder essas mesmas as partes do desenho.

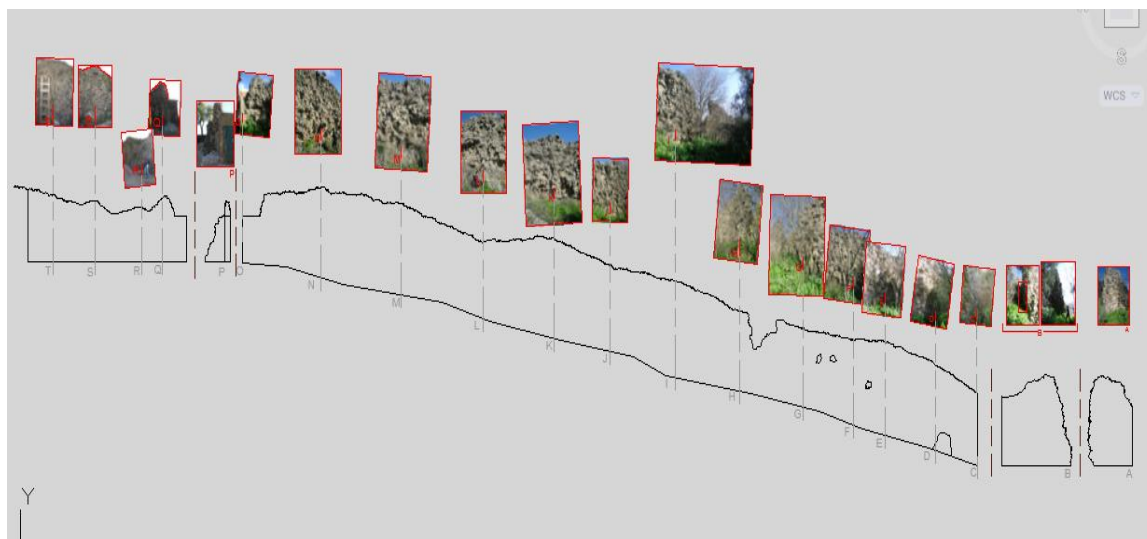
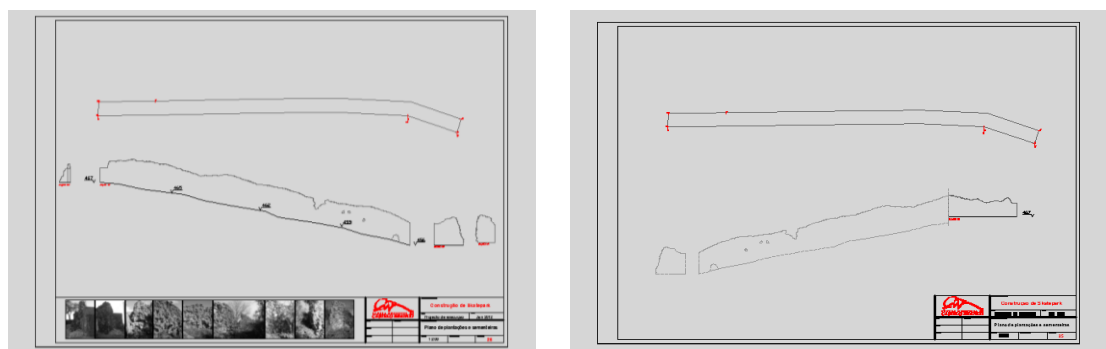


Figura 46 – Representação dos alçados planificados da muralha, divididos por segmentos, onde corresponde uma fotografia real do local



Figuras 47 e 48 – Alçado sul e Norte do troço da Muralha

Este trabalho foi entregue ao Arquiteto José Paulo que o encaminhou para a Camara Municipal de Castelo Branco, para ser aberto o concurso de requalificação deste troço do miolo da muralha.

13.3. (3º Projeto) Passadiço do Jardim do Paço

“O Jardim do Paço Episcopal de Castelo Branco, em forma quadrangular, é composto pelo patamar principal, conhecido como o jardim de buxo, pelo varandim térreo adjacente ao lago grande, pela Cascata de Moisés, pelas escadarias dos reis e apóstolos, pelo lago das coroas, pelo jardim alargado e, por último, pelo passadiço que assegurava a sua ligação á antiga horta ajardinada que deu lugar ao atual Parque da Cidade.

Quem visita o Jardim do Paço Episcopal poderá facilmente constatar o aproveitamento topográfico das diferentes cotas de nível assim como a sua estruturação espacial por meio de percursos que permite visualizar várias perspectivas do jardim e explorar cada recanto. De forma retangular e com uma dimensão aproximada de 1125 m², o tabuleiro principal divide-se em cinco ruas, duas laterais e três interiores, demarcadas por sebes de buxo, constituindo seis conjuntos de quatro canteiros. O traçado do jardim de buxo desenvolve-se a partir do lago central curvilíneo, bordado a granito com agrafos de ferro, ostentando um repuxo ao centro e quatro repuxos laterais que reproduzem o desenho da bordadura do próprio lago. Este jogo de repuxos repete-se nos vários lagos do jardim e no fundo da escadaria dos reis, cujos repuxos interiores foram concebidos para surpreender a imprudência de algumas senhoras que invadissem o espaço. Segundo Leonel Azevedo, os jogos de água do jardim do Paço são únicos nos jardins portugueses e raros nos jardins europeus.

O patamar principal do jardim comunica com as traseiras do antigo Paço Episcopal, cujo acesso era feito através da escadaria dos Doutores (Padres e Confessores) da Igreja, que se situa numa das ruas que acede ao lago central do jardim. Desta escadaria alcança-se uma vista panorâmica sobre o jardim do buxo, com a particularidade de se estar resguardado dos olhares indiscretos. De facto, o ordenamento do Jardim no seu todo cria um ambiente intimista e recatado, próprio de um espaço privado.

Um elemento marcante do jardim do Paço é, sem dúvida, a coleção de estátuas que se encontram estrategicamente colocadas nos ângulos exteriores dos canteiros e nas escadarias, cuja disposição corresponde a um complexo jogo simbólico, muito em voga no período barroco. Destacam-se as dos quatro novíssimos do Homem (a Morte, o Anjo do Juízo, o Paraíso e o Inferno) das quatro virtudes cardeais, das três virtudes teologais, dos signos do zodíaco, das cinco partes do mundo, das quatro estações do ano, assim como das estátuas dos doze apóstolos e dos quatro evangelistas. Figuram, ainda, os três reis Filipes que governaram o país aquando da dominação espanhola.

Quanto á flora, para além dos buxos, predomina sobretudo a laranjeira bravia, eleita pelo intenso perfume proveniente das suas flores, pela beleza dos seus frutos e pela sumptuosidade do seu porte.”¹⁴

¹⁴ Texto retirado do “Horto do campo Grande” – Magazine 8



Figuras 49 e 50 – Fotografia antiga e atual do Passadiço do Jardim do Paço

O Jardim Alagado, tanque floreado de curvas bem delineadas e canteiros de flores, tem ao centro um repuxo de cantaria por três golfinhos entrelaçados e encimados por uma coroa. A estranheza da iconografia do conjunto escultórico resulta do facto de haver uma aliança singular entre o universo religioso e universo panteísta.

É no contexto e origem do Jardim do Paço, que se ergue o passadiço. Este elemento assegurava ao Bispo a ligação física, mas recatada, entre o olival, o Jardim do Paço, a horta ajardinada e o Bosque. Todo o passadiço sobre os arcos está guarnecido de parapeitos eriçados de plintos de cantaria lavrada. Para além dele alongam-se os gradeamentos dos dois jardins (do paço e antiga horta, agora jardim da cidade) que possuem elegantes e majestosos portões alinhados um com o outro.

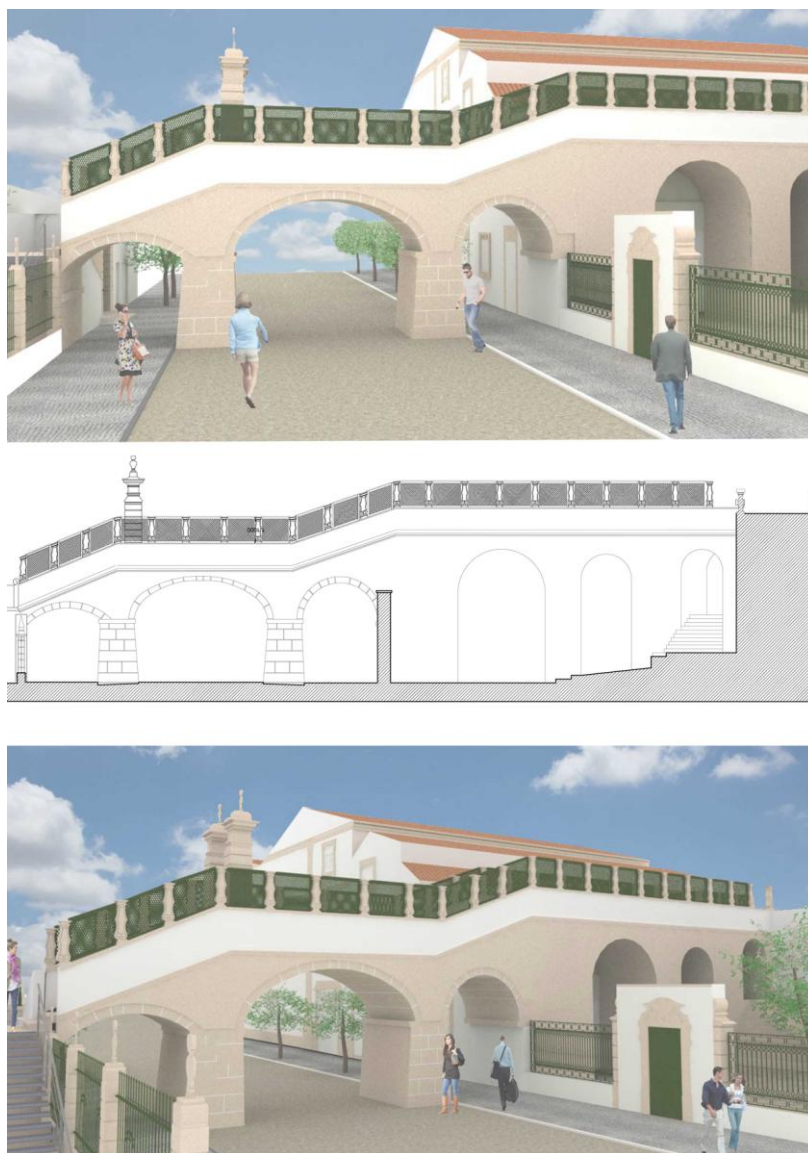


Figuras 51 e 52 – Aspeto geral do Jardim do Paço

Após o contexto histórico feito sobre o jardim do paço, inseriu-se um trabalho adicional ao projeto principal da habitação Quinhentista. Este consistiu no levantamento métrico de uma zona a intervir pelo Gabinete. Este trabalho foi executado em parceria com a Estagiária de Arquitetura Raquel Lourenço, responsável pelo desenho técnico do mesmo e pela Designer de Interiores e Equipamento, Iolanda Ferreira, responsável pelo levantamento dimensional e desenvolvimento tridimensional de uma nova proposta de intervenção.

Durante uma semana a Designer de Interiores e equipamento foi desenvolvendo todos os elementos e pormenores do monumento, fazendo posteriormente o projeto tridimensional do mesmo, enquanto o meu contributo foi o do levantamento métrico para a execução das plantas e cortes da casa de chá projetada para o espaço.

Este projeto teve como base a reconstrução e recuperação deste local, recorrendo a dados concretos como documentos e fotografias, para que este ficasse o mais parecido possível com o passado; foi também contemplado neste projeto uma casa de chá construída ao lado do passadiço que liga o jardim do paço com o jardim da cidade. Após o processo todo concluído, no que diz respeito a medição e projeto tridimensional, foram feitos os renders finais inseridos no projeto entregue á Camara Municipal de Castelo Branco. (figura 53)



Figuras 53– Renders finais da nova proposta de intervenção no Passadiço

Obras já foram lançadas a concurso

Zona histórica devolve muralha ao povo

A Câmara de Castelo Branco vai iniciar um ambicioso plano de restauro e requalificação da zona histórica da cidade. No total são seis zonas a intervir. O investimento é de 600 mil euros e os trabalhos estarão prontos até ao final do ano.

Seis áreas da zona histórica de Castelo Branco vão ser requalificadas e restauradas. Muitas delas encontram-se hoje escondidas dos albacastrenses. O projeto de restauro e requalificação da 2ª Cintura de Muralha e do Passadiço do Jardim do Paço, elaborado pelos serviços da autarquia, está concluído e as obras já foram lançadas a concurso, devendo estar concluídas até ao final do ano.

No total são seis zonas a intervir, a saber: Passeio da muralha na antiga rua do Saco; tramo de muralha no logradouro da CIE, tramo de muralha na rua das Orlarias, porta da vila, porta de Santiago e Passadiço do Jardim do Paço Episcopal.

O presidente da Câmara, Joaquim Morão revela que "estas intervenções vão permitir requalificar e restaurar muito património, sendo que algum não tem estado à vista dos albacastrenses e passará a estar. Com este tipo de intervenções, ficaremos com uma zona antiga de excelente qualidade e com um pólo importante de atração turística".

Joaquim Morão recorda que a autarquia tem vindo a fazer uma forte requalificação da zona antiga da cidade, valorizando tudo aquilo que pode ser uma mais valia em termos de património e de turismo.

De acordo com o projeto será feito o restauro e requalificação de treços da 2ª cintura de muralha e de dois treços, devolvendo à cidade o património, atualmente escondido e em processo de degradação.

Uma das intervenções importantes será feita no passeio da muralha na antiga



1 - Requalificação do passadiço do Jardim do Paço; 2, 4 e 5 - A rua do Saco vai ficar como nova e aberta ao público; 3 - Por trás deste imóvel está ainda hoje escondida a rua do Saco

Rua do Saco que foi encerrada ao público nos finais do século XIX e que agora será reaberta. Uma arteira, localizada na Rua Mouzinho Magro (mas encerrada com um portão) e cujo percurso nos encaminha para onde hoje está localizado o Bar Património. Para esta zona está prevista a requalificação e restauro da muralha no interior dos logradouros

entre a ruas de Santa Maria, Tenente Valadim e Mouzinho Magro. Aqui serão intervenções dos mil 242 metros quadrados, sendo também requalificada toda a área envolvente, surgindo uma zona nobre de lazer.

O passadiço do Jardim do Paço Episcopal é outro dos espaços a requalificar, recolocando nessa estrutura as duas colunas originais,

que em 1912 foram utilizadas para o portão lateral na Rua Bartolomeu da Costa. A intervenção passa por recolocar as colunas no local original, em cima do passadiço. Ao nível desse passadiço será ainda colocado gradeamento em sete zonas onde este já não existe.

No entanto, nesta intervenção será mantido o portão construído em 1912,

sendo restaurado o portão e sendo construídas novas colunas com um desenho mais simples.

Ainda nessa área, os arcos situados dentro do logradouro do Jardim do Paço também serão requalificados e reforçados na sua fachada. Já o muro do logradouro do Jardim do Paço, que contém os quatro arcos do passadiço, será demolido na parte

superior, onde assentará um gradeamento semelhante ao existente. Assim, será necessário construir uma nova meia coluna e dois pináculos em granito com a mesma estereotomia da existente no outro lado do jardim, proporcionando maior visibilidade e valorização a todo o conjunto.

Uma outra zona de intervenções será feita numa parte da muralha com cerca de 70 metros de extensão e 185m² de área de implantação. Grande parte do tramo de muralha está localizado no logradouro da Casa de Infância e Juventude de Castelo Branco (CIE), inicia-se na Rua do Mercado, contornando a Rua da Cadeja Nova e terminando na Rua dos Chões. Este troço de muralha encontra-se numa zona de encosta, sendo bem visível de qualquer ponto da cidade, devendo ser também iluminada.

Neste projeto está também prevista a intervenção no interior de alguns imóveis. Assim, na rua das Orlarias será requalificado um edifício, que no seu interior tem parte da muralha da cidade. O edifício em causa utiliza a muralha como alçado tardio, sendo esta visível ao nível do rés-do-chão e do primeiro piso. Este imóvel tem as suas traçadas voltadas para a zona envolvente à Praça Postiguirinho de Valadures.

O terreno localizado na convergência entre a Rua dos Ferreiros, a Rua de D. Ega e Rua das Orlarias também será requalificado. Nesse espaço pode-se observar uma lápide, quase idêntica (as diferenças são ao nível da escrita e não do conteúdo) a outras duas existentes na zona histórica de Castelo Branco, mandadas fazer por D. João IV para publicitar a louvor a Nossa Senhora da Conceição. As outras duas lápides encontram-se: uma no início da Rua de Santa Maria do lado do Espírito Santo e a outra na fachada da antiga Domus municipal. Dada a importância histórica da referida lápide esta será restaurada e limpa. A intervenção prevê ainda limpeza e remoção de todas as argamassas existentes pertencentes à habitação adjacente ao plano de muralha.

Também a zona da Porta de S. Tiago será restaurada. Assim, no nº1 do Largo Fernando Sanches a muralha será colocada à vista.

João Carroça

13.4. (4º Projeto) Panfleto Quinhentista

-Judaísmo em Castelo Branco

No decurso do século XIII, Castelo Branco, desenrolava a vida social intramuros, e teve um considerável desenvolvimento em 1285, quando D. Dinis visita a vila, em companhia da Rainha Santa Isabel, e percebe que as muralhas constituíam um obstáculo à sua expansão. A obra de alargamento será concretizada já no reinado seguinte, ordenada por D. Afonso IV em 1343.¹⁵

A expansão e desenvolvimento da vila são reconhecidos por D. Manuel I que, em 1510, lhe concede um novo foral. Em 1535, já no reinado de D. João III, é-lhe atribuído o título de Vila Notável. Foi nesta altura que se registou também um consistente aumento populacional. Com efeito, entre 1496 e 1527, crescem mais de 60 por cento os principais núcleos habitacionais de toda a Beira Interior, com destaque para a Guarda, Castelo Branco e Covilhã.

Tal aumento de população fica a dever-se, sobretudo, à fixação de judeus sefarditas fugidos de Espanha, expulsos pelos Reis Católicos.

A atividade comercial da comuna judaica consolida uma base económica que vai permitir, mesmo após o decreto de expulsão dos judeus do País, em 1496, um grande volume de construção. Registada esta passagem pela cidade, estes possuíam símbolos/marcas próprias que continham significados próprios na religião. Existem assim as marcas de simbologia religiosa judaica e cristã que se distribuem em cinco grupos principais: as marcas **mezuzas**, as **cruzes cristãs** (ou marcas cruciformes), as **abreviaturas católicas**, as **marcas longitudinais** e as gravações de **menorá**.

De símbolo cristão, a **cruz cristã** é a marca que mais se pode encontrar na cidade de Castelo Branco¹⁶, nas suas diversas representações, é, antes de mais, um sinal de afirmação de fé no seio da própria comunidade religiosa, utilizado para louvar a Deus ou como elemento de efeito protetor. A entrada em cena da Inquisição e perseguição dos judeus originou vários tipos de situações, de onde resultou a expulsão de uns, a auto-expartição de outros ou, na maioria dos casos, a conversão forçada, dando origem aos denominados cristãos-novos. A conversão ao cristianismo não só não significava o reconhecimento pleno dos direitos cívicos dos conversos, como também instalava um sentimento discriminatório no seio de uma sociedade dominada por cristãos-velhos, onde a superstição e o preconceito se aliavam à inveja e à cupidez perante o sucesso e bem-estar alheios. As denúncias ao Santo Ofício por heresia, fundadas ou infundadas, converteram-se num expediente vulgar a que recorriam autoridades, vizinhos e até familiares movidos por obscuros desígnios ou simplesmente pelo medo.

É neste contexto, que surgem a gravação de cruzes nas ombreiras das habitações. Podem ser interpretadas como uma forma de reafirmação pública da aceitação, fé e das práticas religiosas cristãs por parte de indivíduos que na altura se sentiam perseguidos e inseguros devido à sua condição de judeus, tivessem ou não renegado a fé mosaica, e nesse caso, também revelasse como sinal de medo. A cruz também terá sido utilizada para purificar um espaço considerado herético, como por exemplo uma casa que anteriormente tivesse sido utilizada por judeus

¹⁵ Informações retiradas do website da Camara Municipal de Castelo Branco, sobre a história e fundação da cidade.

¹⁶ Dados adquiridos através do Gabinete de Reabilitação sócio Habitacional do Centro histórico e da devesa de Castelo Branco, pelo responsável o Arquiteto José Afonso.



Figuras 55, 56 e 57 – Marcas cruciformes e Mezuzah existentes na zona histórica de Castelo Branco.

A cruz algumas vezes consistia em dois traços cruzados, mas em muitas apresentava-se esquematicamente assente sobre um suporte que umas vezes é um triângulo, semelhante à cruz do santo ofício, e outras sobre um traço curvo, estilizando um candelabro invertido, chamadas «cruzes de converso» ou «cruzes de sobremesa».

Para um judeu o símbolo religioso fundamental é o candelabro de sete braços, a menorá, e é representada de forma esquemática como uma linha vertical assente sobre um triângulo ou sobre um traço curvo e cruzada por três linhas curvas apontadas para cima. Ao fazer-se cristão, substitui automática este símbolo apagando quatro braços endireitando os restantes transversais, transformando-a em cruz que assenta sobre uma base como a menorá. Uma espécie de candelabro de três braços.

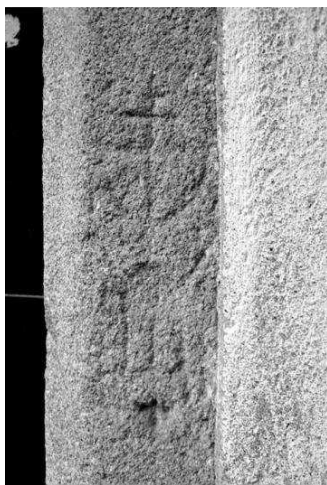
Outro elemento que caracterizava as casas judias era o **mezuzah** (figura 58), símbolo da fé judaica merecedor de grande respeito. Trata-se de uma caixa tubular de madeira, vidro ou metal, contendo um pequeno de pergaminho, no qual em 22 linhas estão escritas passagens bíblicas. Era colocada aproximadamente á altura do ombro de uma pessoa adulta, no plano interior da porta, na parte mais externa do umbral e em posição oblíqua, com a parte superior apontada para o interior do aposento ou em posição quase reta de preferência do lado direito, da porta de entrada da casa. Mas nunca deveria ser colocada na entrada de casas de banho e em espaços com uma área inferior a 1,8 metros quadrados. O seu ritual era de beijá-la quando se saía ou entrava em casa, tocando-a com as pontas do dedos e em seguida tocando os lábios.



Figuras 58 – Mezuzah existente na rua D'Ega em Portado do Século XV

A **Menorá** (figura 59) relaciona-se também com a simbologia judaica sendo um dos principais e mais divulgado. É representado através de um candelabro de sete braços, e originalmente era um objeto de ouro, feito por Moisés para ser colocado dentro do Santo Lugar. Atualmente, a Menorá constitui um símbolo do Estado de Israel, juntamente com a Estrela de Davi. Em Castelo Branco apenas existe um exemplar desta marca, situada na Rua D'Ega n.º 10 apresentando-se já danificada.

A zona histórica de Castelo Branco é sem dúvida rica em arquitetura tradicional representada através das várias tipologias de casas apresentadas. Um dos elementos caracterizantes são os **lintéis** (figuras 60, 61 e 62) que assentam nas ombreiras e constituem o acabamento da parte superior de portas e janelas. Existem vários desenhos e inscrições dignas de apreciação, em alguns casos comunicavam aos visitantes a família moradora ou então o ofício praticado (caso fosse um espaço comercial).



Figuras 59 – Menorá danificada, situada na Rua D'Ega n.º 10



Figuras 60, 61 e 62 – Exemplos de Lintéis em Habitações na zona histórica

Enquanto se executava o projeto final da casa do Arressário, apresentado mais a frente, foi proposto a criação de um desdobrável para a cidade quinhentista, onde constasse toda a informação necessária para o visitante/turista poder conhecer a zona histórica de Castelo Branco, não deixando nenhum pormenor por ver e analisar.

Houve inicialmente uma reunião com o Arquiteto José Afonso e o Arquiteto José Paulo Leite, para perceber ao certo o que estava a ser pedido e notei que neste desdobrável era essencial constar as casas Quinhentistas, pontos de interesse para a localização do visitante, inscrições e marcas e por fim toda a informação histórica de Castelo Branco.

Este desdobrável era algo já pensado há algum tempo pelo Gabinete e foi nesse sentido que propuseram a três estagiários de Design, nomeadamente Iolanda Ferreira, Sara Oliveira e Sérgio Oliveira a sua execução.

Após a proposta, iniciou-se uma pesquisa daquilo que era feito pelo país para guias turísticos de cidades históricas, e diferentes tipologias de desdobráveis e panfletos.

Foi fornecido o mapa da zona histórica para trabalhar (figura 63) e o procedimento feito foi a simplificação do mesmo, pois este mapa continha dados que são supérfluos para os visitantes/turistas, para além disso o mapa tem de ficar a uma escala razoável para ser perceptível todos os pormenores existentes

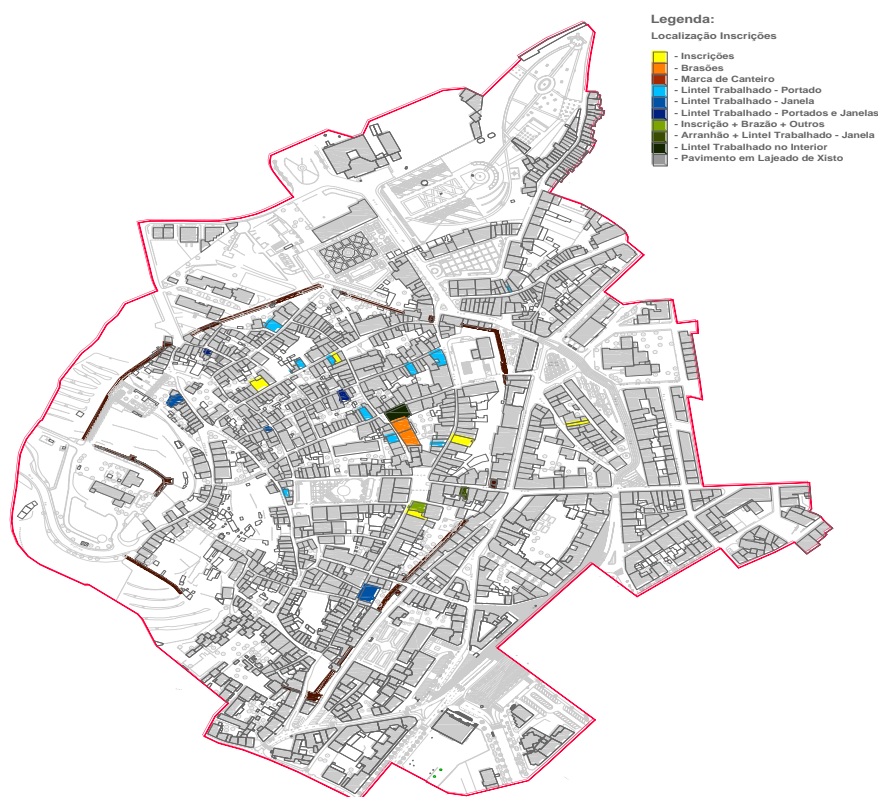


Figura 63- Planta original fornecida pelo Gabinete

No mapa fornecido constavam dados como o nome das ruas, a localização dos portados Quinhentistas simples e duplos, número de polícia, informação de extrema importância a inserir no mapa.

Os dados utilizados e confirmados para o desenvolvimento deste trabalho foram:

Total de portados Quinhentistas- 283

Exteriores – 250 Interiores – 33

Total de janelas Quinhentistas – 110

Símbolos religiosos

Judaicos

Menorah – 1

Menorah “Dissimulada” – ca.3

Mesusah – 1

Cristãos Novos Marcas cruciformes – 63



Figura 64- Maquete da zona histórica onde estão representadas todas as habitações quinhentistas, existente e feito no Gabinete de Reabilitação socio Habitacional do centro histórico pela estagiária de Arquitetura Raquel Lourenço

NOTA: Valores da atualização a 11.10.2011 do inventário de portados e janelas quinhentistas e marcas religiosas existentes em Castelo Branco.¹⁷

Foi desenvolvido uma legenda através de silhuetas agrupadas das marcas para uma melhor localização por parte dos turistas. Também para uma melhor orientação, localizou-se no mapa os edifícios de maior destaque na cidade através do desenho dos mesmos (Camara Municipal, Sé, Passadiço, Castelo, Praça de Camões, Igreja da Graça), (Figura 65).

¹⁷ Dados obtidos na base de dados do Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco



Figura 65– Desenhos de edifícios relevantes da Cidade, para inserção no mapa. (Sé, Câmara Municipal, Igreja da Graça, Antiga Camara Municipal, Igreja de Santa Maria, Torre do Relógio). Autora: Sara Oliveira

Selecionou-se o material que deveria constar no mapa final, foi no entanto um trabalho complexo e demorado, pois era muita informação para conter num mesmo mapa e a forma como a iríamos comunicar também se tornou um processo demorado. Desenhou-se símbolos para cada elemento e atribuímos, a alguns, uma numeração.

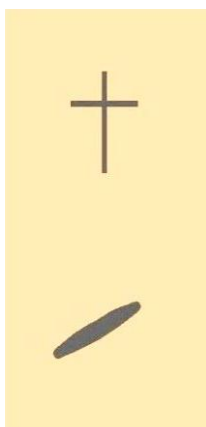


Figura 66– Marca do Cruciforme e da Mesuzha



Figura 67– Marca da Menorá e Arranhados



Figura 68 – marca das Inscrições, do Brasão e dos Lintéis

Os símbolos criados aparecem consoante o que é encontrado no mapa, tal como aparece nas imagens anteriores. Isto facilita a confusão e barulho visual, pois se toda a informação tivesse de ser apresentada de forma escrita no mapa, nada era perceptível e o panfleto em vez de ajudar iria confundir mais o utilizador.

Apesar de existirem também marcas interiores, por não serem visíveis ao público, uma vez que a maioria dos edifícios está habitada e pertence a particulares, optou-se por não os identificar em planta.

As ruas onde aparecem marcas históricas são:

Rua dos Chões, Rua de Santa Maria, Travessa dos Chões, ruas dos lagares, Rua do Arressário, rua do Torrejão, Rua da Caleja, Rua Poço das Covas, Rua dos Passarinhos, Praça da Palha, Rua das Cabeças, Rua dos Cavaleiros, Praça de camões, Rua do relógio, Rua Nova, Rua dos Paleteiros, Rua dos Oleiros, Rua arco do Bispo, Rua Postiguinho, Rua dos ferreiros.

Após variadas experiências, tal como está representado nas figuras anteriores, chegou-se a uma proposta final, onde as tonalidades vão ao encontro às épocas remotas, apresentando um padrão de papel antigo e com tons mais neutros e característicos.

A parte informativa foi colocada numa zona inferior, onde foi aplicado também o desenho das marcas cruciformes existentes. Este trabalho não foi finalizado pela equipa, devido a inexistência de tempo e conhecimentos na área do Design Gráfico, como tal foi entregue a uma empresa especializada que desenvolveu outros modelos tendo este como ponto de partida.

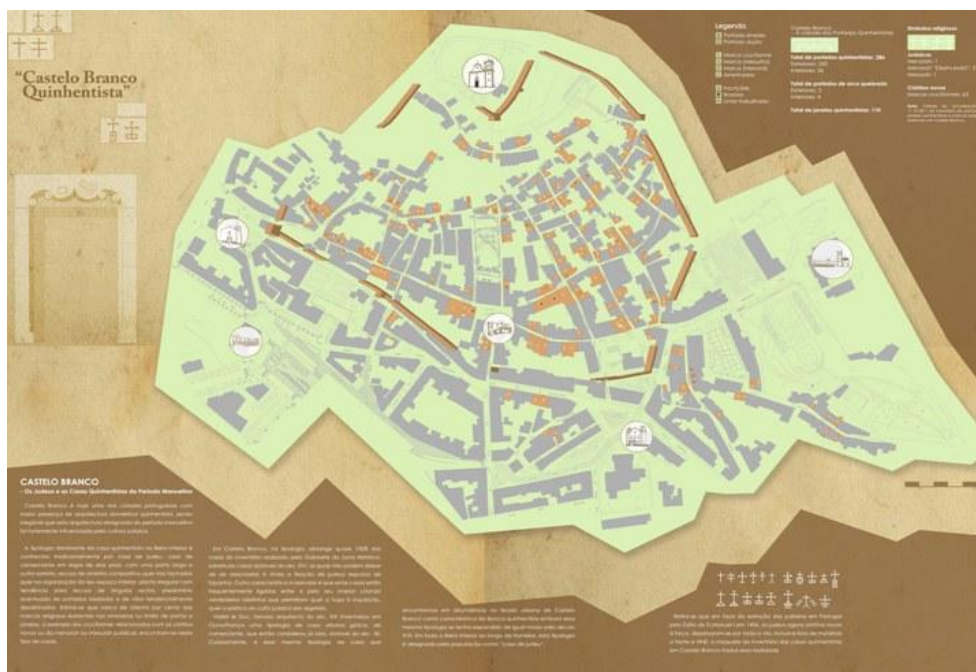


Figura 74 – Desdobrável desenvolvido para a Cidade Quinhentista de Castelo Branco



Figura 75 – Pormenor do Desdobrável desenvolvido para a Cidade Quinhentista de Castelo Branco

“Só se ama o que se conhece”

“A citação serve para ilustrar a importância deste trabalho e dos trabalhos de investigação em geral. Para apreciar, valorizar, respeitar e preservar o património, qualquer que seja a sua natureza, é preciso conhecê-lo.

A cidade de Castelo Branco, e nomeadamente, a sua zona histórica, guarda tesouros que ainda poucos conhecem e, também por isso, poucos valorizam. É o caso dos portais Manuelinos e de muitas casas de aparência humilde, á vista de um leigo, sem atrativo de maior, mas que correspondem a tipologias de interesse arquitetónico e histórico, porque a sua construção se inscreve em moldes que explicam o nascimento e crescimento das cidades medievais e Quinhentistas e às formas como então se planeavam e ordenavam as urbes.

O ordenamento do território, uma questão tão atual, é uma preocupação perante desde os tempos mais remotos da humanidade.

Conceitos como plano, traçado, escala ou orientação (com reflexos, por exemplo, no conforto térmico das habitações) estiveram presentes na criação e crescimento das cidades, entre as quais a zona histórica de Castelo Branco é apenas um exemplo.

Este trabalho, cuja edição é da Camara Municipal de Castelo Branco, é um contributo para que a população em geral conheça melhor o património da nossa cidade e, conhecendo-o, possa valorizá-lo.

Numa abordagem de carácter científico, mas com uma linguagem direta e acessível, este livro é um contributo para a preservação de uma área da cidade de grande interesse histórico e arquitetónico e maior potencial turístico e cultural, que nos cabe a nós potenciar e divulgar.

Esse é o passo seguinte, que nos propomos concretizar desde já.”

Joaquim Mourão

(presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco)

14. Análise da Zona Histórica de Castelo Branco

14.1. As origens de Castelo Branco

Das origens de Castelo Branco pouco se sabe, contudo lendas marcam a existência desta região desde o Paleolítico, comprovadas pelas escavações arqueológicas levadas a cabo em 2008. Com base em estudos de vários autores, sabe-se que Castelo Branco foi herdeira de Castra-luso Romano, de nome Castro Leuca. É no século XIII, que surge um documento de doação aos Templários de uma herdade designada de Vila Franca da Cardosa emitida por um nobre, D. Fernando de Sanches. Precisamente em 1214, D Afonso II, que entretanto havia adquirido as terras para a Coroa, faz nova doação para os Templários, ficando com posse total da herdade.

No reinado de D. Dinis, quando este visita a vila constata-se que as muralhas constituíam obstáculo à sua expansão. Posteriormente é no reinado de D. Manuel que a vila se expande e desenvolve, sendo no reinado de D. João III, por volta de 1525, atribuído o nome da Vila.

Em meados de 1527 há um aumento demográfico na região beirã, com a chegada dos judeus fugidos de Espanha expulsos pelos reis Católicos.

A presença judaica em Castelo Branco é muito evidente nas habitações quinhentistas presentes no centro histórico.

A área encontra-se cartografada na folha 292 da Carta Militar de Portugal na escala 1:25:000, e na Carta Geológica folha 24-D escala 1:50.000.

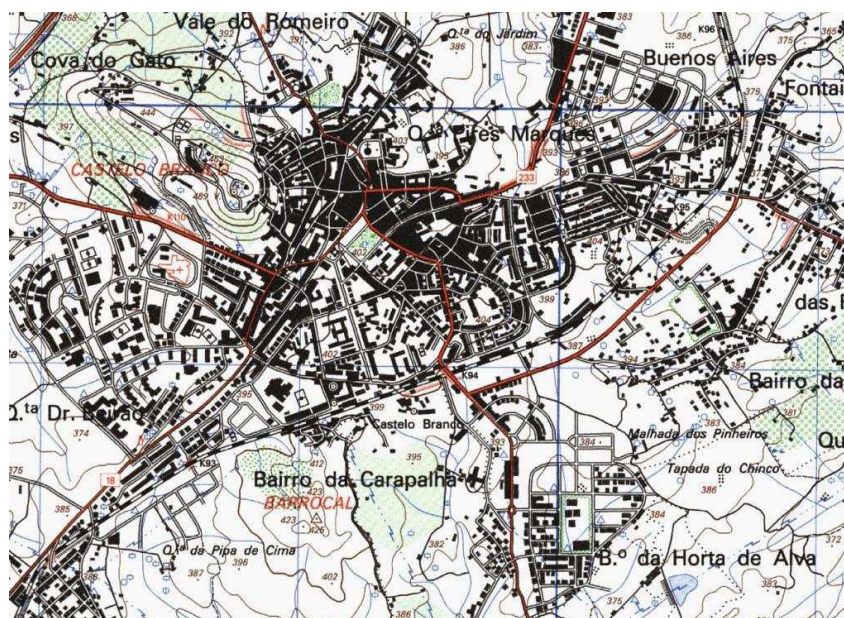


Figura 76 – Localização da zona histórica de Castelo Branco na carta Militar de Portugal.¹⁸

¹⁸ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

14.1.1. Os Templários

Antes dos templários, o território albicastrense baseava-se num contexto urbano sobre a alcáçova, em que o castelo desempenhava funções da Câmara. A Rua dos Mercadores - atual Rua do Mercado - assumia-se como a via de circulação comercial, cuja entrada é feita pela Porta do Ouro (porta 3, figura 77). A tipologia do terreno da encosta é acidentada e é feita de forma orgânica. A ocupação do terreno era de cariz rural, onde predominavam zonas de cultivo. Já a parte sudoeste da encosta tinha sido ocupada primeiramente, pois teria melhor exposição solar, e melhor proteção aos ventos, sendo considerada mais acidentada do que a face nordeste. Do outro lado da encosta denotava-se um urbanismo mais rudimentar.

A Rua dos Mercadores iniciava-se na porta de cima, perdendo cota de forma a contornar a alcáçova. Com a acentuada inflexão, é prolongada pela Rua do Aressário, que vai descendo na encosta procurando a forma menos abrupta de abordar a pendente do terreno. A denominação toponímica é aqui relevante. Na planta da cidade é visível o surgimento dos arruamentos através de um movimento expansivo perpendicular às curvas de nível e em anéis concêntricos.

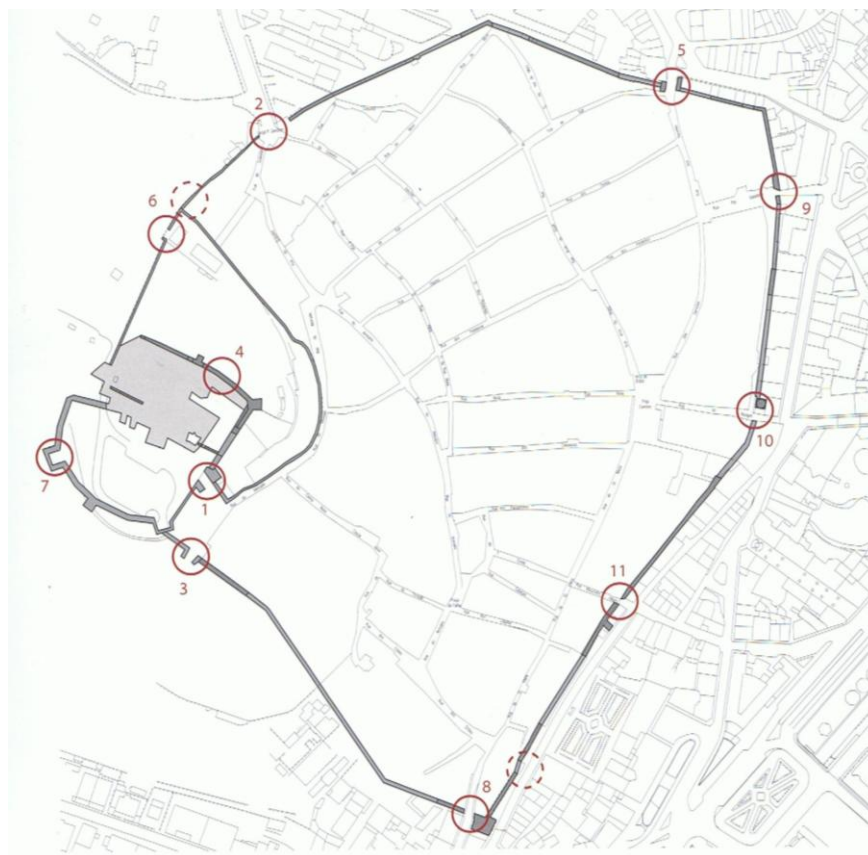


Figura 77 – Identificação das entradas existentes na zona histórica de Castelo Branco.¹⁹

¹⁹ - Imagem retirada do livro "C asas Quinhentistas de Castelo Branco" – Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura, Pedro Castro Cruz, Março 2009 – pág. 22

14.1.2. O Modelo Dionisino

É no reinado de D. Dinis que surge o modelo Dionisino que consiste em promover um conjunto de arruamentos retos de maior declive, e paralelos entre si. Este esquema sintetiza algumas ligações de união das portas das muralhas. Este modelo permitia uma circulação melhor e mais rápida entre as portas da muralha, permitindo uma maior fluidez em vários tipos de situações.

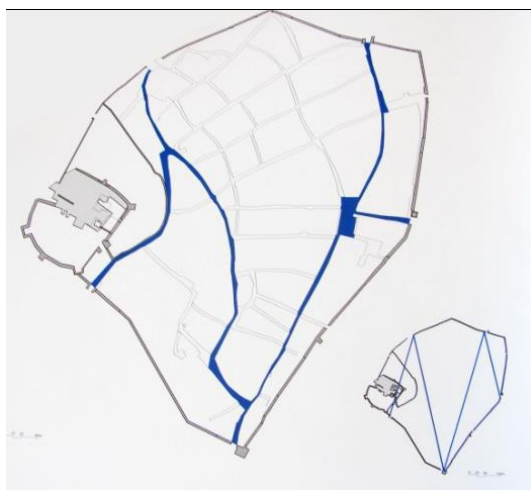


Figura 78 - Modelo Dionisino²⁰

14.1.3. O Traçado Viário

O traçado Viário é um traçado com influência de Vitruvius, para o planeamento dos arruamentos no centro histórico. Este modelo detém uma flexibilidade e uma margem de manobra, pois permite adaptar-se às variações do terreno, definindo uma ortogonalidade da malha usada, mais precisamente nas ruas D'Ega, Rua dos Oleiros e Ruas dos Peleteiros. Estas são paralelas e perpendiculares à Rua dos Mercadores.

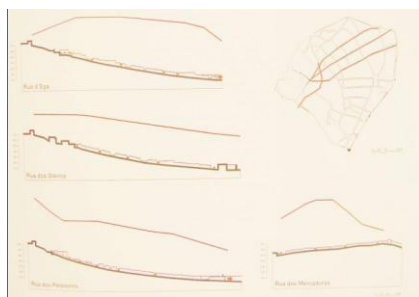


Figura 79 - O Traçado Viário.²¹

²⁰ - Imagem retirada do livro "C asas Quinhentistas de Castelo Branco" – Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura, Pedro Castro Cruz, Março 2009 - pág. 28

14.2. Análise da Evolução Urbana de Castelo Branco

Com base nos estudos existentes, Castelo Branco desenvolveu-se segundo o modelo dionisino de rua direita, sendo a travessa uma configuração determinante para o desenvolvimento urbano. No entanto, questiona-se a ligação entre a implementação do sistema viário e os ensinamentos vitruvianos para o desenho da cidade.

O vento é o fator saliente para a definição do traçado da cidade, mais precisamente para o desenho das vias (depois da configuração das muralhas). É com base na metodologia de Vitruvius, descrita num dos seus livros de Arquitetura, que nasce o traçado da cidade:

“Circundado o recinto, seguir-se-ão as divisões das áreas dentro das muralhas e as orientações das praças nas ruas. Serão o facto, traçados como devem ser se habilmente se afastarem das ruas ventos que, se forem frios, prejudicam, se quentes, corrompem se húmidos, são nocivos”²²

Os ventos que se abatem sobre o território Albicastrense, provêm de orientações cardiais das vias lançadas com o modelo de rua travessa dionisianos, ou seja, a orientação das ruas principais é perpendicular à do vento dominante (sentido nor-nordeste), estando assim afastadas da força nociva dos ventos, conforme a exigência de Vitruvius. Desta forma os ventos canalizam e distribuem-se pelas vielas, as vias travessas, que têm essa direção. O desfasamento entre elas parece ser uma tentativa de enfraquecer a força do vento e evitar corredores. No entanto pouco se sabe acerca da distribuição desta relação ventos/ corredores, pois a documentação é escassa, mas talvez o desfasamento das ruas, possa ter surgido na vontade de tornar menos regular a malha urbana, interrompendo a continuidade das vias, ou talvez uma tentativa de seguir as curvas de nível ou a acentuar as oscilações do terreno.

O declive do terreno é tido em conta para o desenvolvimento da malha urbana, e é sob a análise topográfica que recai o movimento expansivo da encosta. Segundo o Arquiteto José Afonso a malha desenvolveu-se com um posicionamento da mão no interior da alcáçova, sendo cada dedo associado a uma “via de circulação”.

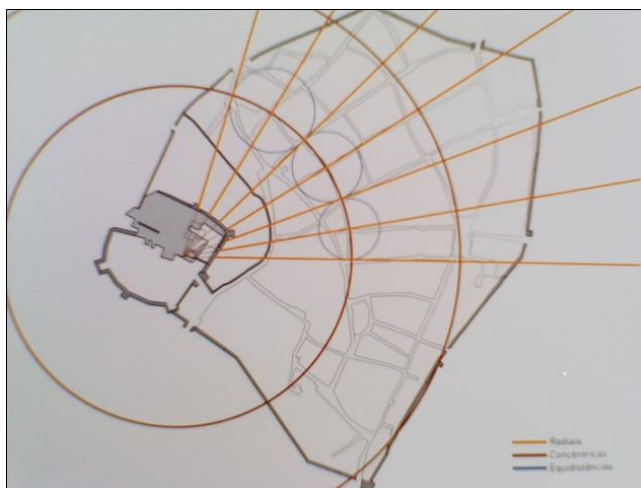


Figura 80 – Eixos compositivos radiais que partem da Alcáçova, como se fosse o posicionamento de uma mão a sair desta.²³

²¹ - Imagem retirada do livro “C asas Quinhentistas de Castelo Branco” – Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura, Pedro Castro Cruz, Março 2009 - pág. 31

²² - VITRÚVIO; I livro, capítulo VI, in Vitruvius: Tratado de Arquitetura, trad. M. Justino Maciel, Instituto Superior Técnico IST Press, Lisboa, pp. 48-51

²³ - Imagem retirada do livro “C asas Quinhentistas de Castelo Branco” – Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura, Pedro Castro Cruz, Março 2009 - pág. 44

Atendendo a outra análise, a associação dos topos foi indicada por três circunferências que se referenciam nas esquinas a nascente das travessas, num desenho adaptativo às condições topográficas: a norte está a maior dimensão, que vai diminuindo para a transição da menor escala sul.

Importa clarificar que a circunferência pretende evidenciar apenas a equidistância entre os pontos indicados e salientar que os eixos que partem dos pontos indicados coincidem com as ruas direitas, sendo elas perpendiculares às curvas de nível. Também duas circunferências concêntricas neste ponto aproximam-se consideravelmente da travessa da Rua Nova, cimeira, e das ruas da Misericórdia e do Arco do Bispo.

Com as vias e travessas determinadas, facilmente se começa a definir os quarteirões tendo por base uma sequência proporcional segundo matrizes abstratas e geométricas. O quadrado e o retângulo (raiz de dois e de três) são utilizados como configuração do traçado urbano, de modo a facilitar a definição do perímetro de quarteirão (O desfasamento é conseguido pela alternância entre o quadrado que define o poente). A importância do delineamento do quarteirão vem salientar a descontinuidade dos arruamentos perpendiculares (coincidem com as curvas de nível), valorizando certas artérias em prol de outras sem que a largura seja fator a ser alterado. Contudo, o mais importante é a definição do traçado geométrico, que sustenta esta morfologia urbana, tentando identificar alguma regularidade métrica.

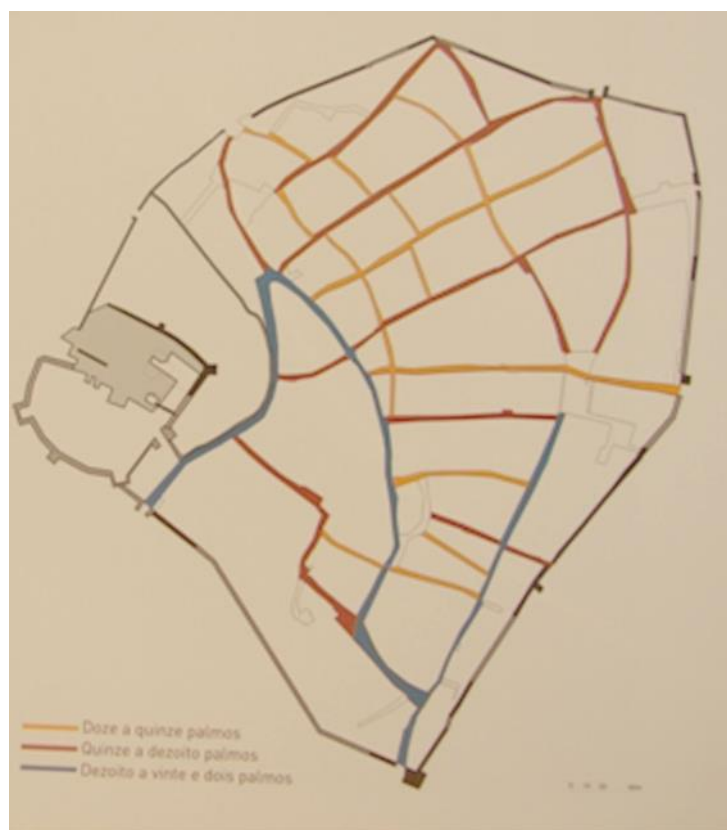


Figura 81 –Largura de ruas: medidas e hierarquias²⁴

²⁴ - Imagem retirada do livro “C asas Quinhentistas de Castelo Branco” – Ana Luísa Moura, Carlos Machado e Moura, Pedro Castro Cruz, Março 2009 - pág. 47

A largura das ruas parece estar diretamente relacionada com a posição que ocupam na malha da cidade.

- **As ruas de maior importância (ruas em azul e vermelho, figura 81)** são eixos que assumem funções de exceção: anel de fecho junto à muralha (santa Maria); anel que abraça a **Alcáçova** (mercado) e a rua que corta a encosta unindo as duas já referidas (arressário).
- **Entre as ruas de menor importância (ruas laranja figura 81)**, parece haver uma associação hierárquica. As ruas que descem a encosta sucedem-se de forma alternada, sendo as mais estreitas da mesma dimensão das linhas paralelas às curvas de nível: **as ruas-travessas**.

Torna-se clara distinção dada às ruas que conduzem às portas da muralha. Os quarteirões chegam dois a dois à rua do Arressário, tendo a eixo a rua de medida média menor.

O esquema hierárquico confirma o desenvolvimento métrico dos quarteirões sobre eixos alternados, de forma a favorecer a adaptação topográfica. As medidas usadas eram expressas em braças (ordem das dezenas de palmo – medidas que se aproximam na nossa ordem de grandeza).



Figura 82 e 83 – Arruamentos na zona histórica



14.3. Análise comparativa da planta antiga/atual de Castelo Branco (percursos, estradas, ruas)

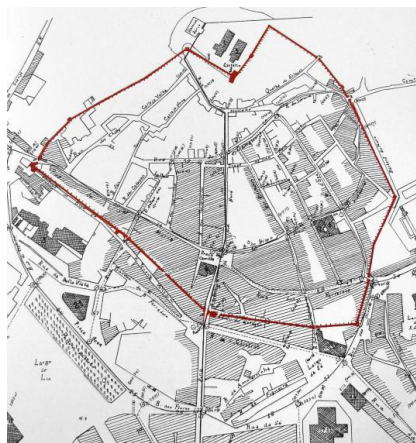


Figura 84 –Largura de ruas: medidas e hierarquias ²⁵

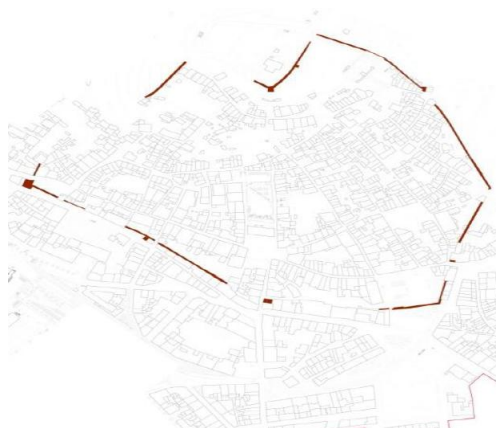


Figura 85 – Mapa contemporâneo do Centro Histórico de Castelo Branco²⁶

Atualmente o centro histórico de Castelo Branco mantém muitas características desenvolvidas ao longo da história, desde os arruamentos, praças, pormenores de arquitetura presentes nas casas quatrocentista, quinhentista e seiscentistas, contudo muitas marcas foram apagadas pelos tempos.

A muralha sendo o elemento predominante que acolhe toda a zona histórica de Castelo Branco, nalguns troços desapareceu e noutros encontra-se camuflada nas habitações.

A autarquia de Castelo Branco muito tem trabalhado para encontrar e recuperar estas partes da muralha.

As portas da muralha ainda prevalecem atualmente, nomeadamente:

- A Porta de Santiago, a norte pela Calçada da Alegria e dando acesso aos caminhos de Cafede e São Vicente da Beira (2), (figura 77);
- Porta do Ouro, em frente à Capela de São Brás, junto à alcáçova (3), (figura 77);
- Porta da Traição, a São Gens (4), (figura 77);
- Porta da Vila, à entrada da Rua dos Ferreiros (5), (figura 77);
- Porta do Esteval, em local indefinido, entre as portas de Santiago e da Traição (6 – duas localizações possíveis), (figura 77);
- Porta de Santarém, a poente, em frente à igreja de Santa Maria, fazendo a ligação aos caminhos de Sarzedas (7), (figura 77);
- Porta do Espírito Santo, dando entrada para a rua de Santa Maria, dos caminhos de Açafa e do Alentejo (8), (figura 77).

²⁵ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

²⁶ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

O urbanismo pouco se alterou, algumas casas ainda guardam a sua fisionomia quatrocentista/ quinhentista e seiscentista. O conjunto de portas e janelas em granito desses períodos tende a desaparecer pois a população tenta esconder o antigo, o que está em desuso.

Ainda prevalecem as portas duplas, uma larga e outra estreita (do cavalo e do cavaleiro; ou da loja ou oficina da família) típicas da arquitetura beirão em arco adintelado, com simples molduras chanfradas, e as janelas com o mesmo tipo de moldura, distribuídas harmoniosamente nas fachadas. Algumas destas portas receberam no lintel reto decoração variada, de feição manuelina na sua maioria, podendo ir desde uma simples cruz, passando pelo ondulado de arco em Querena Quinhentista aos enrolamentos: pinhas, bolos, alcachofas, elementos geométricos mais ou menos elaborados, mas denunciando um trabalho popular.

As ruas são calçadas de uma pedra dura e miúda denominada de *gorão* que incomoda bastante quem pisa. As ruas dispõem-se perpendicular e paralelamente à alcáçova do lado este da colina e acompanham, mais junto ao vale, as variações do terreno.

A organização do espaço era feita de acordo com as ocupações profissionais e propriedades privadas, pelo que se desprende da toponímica atual.

Na Rua da torre do Relógio, por exemplo, uma casa seiscentista mostra-nos uma janela com decoração tipicamente “manuelina”. Percebe-se a existência de dois tipos de construção: uma de **carácter popular** (relacionada com a simples repetição de modelos), outra **erudita** (os elementos são trabalhadas dando origem a novas composições, permitindo a penetração de novas estéticas e arquiteturas).

No percurso pedestre, ao centro histórico, ainda se percebem vários locais de vivência privada, nomeadamente: A casa, o quintal; vivência coletiva; o local de espaço religioso.

Na Praça Velha, atual Praça de Camões não existem vestígios anteriores ao século XVI. Pouco resta dos edifícios do paço do concelho e cadeia, que seria uma obra dos finais do século XV/ inícios do século XVI. Nesta praça encontram-se já algumas intervenções contemporâneas.



Figura 86 – Imagens da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha.



Figura 87 – Imagens da atual Praça de Camões, antiga Praça Velha.

“ Os centros históricos das cidades, das vilas e das aldeias têm de ser respeitados, salvaguardados e reanimados, pelo que a sua imagem urbana, que antanho os caracterizava, não pode, nem deve, ser desfigurada.

Nem muito menos deve ser aviltada ou destruída.

Reanimar esses tecidos urbanos e reabitar os imóveis degradados – quer habitacionais quer não – significa respeitar os valores histórico-culturais de uma urbe e significa promover o bem-estar dos habitantes que aí exercem atividade vária.”

José Luís Pinho Machado, Habitação Rural
Lisboa, 1987.p.7

15. Tipologia e Caracterização das casas existentes na Zona Histórica de Castelo Branco

As casas da zona histórica de Castelo Branco podem ser descritas, pelas palavras de Leonel Azevedo, como um estilo “Manuelino pobre” ou “Manuelino popular”, devido a uma arquitetura de pobres recursos, com dimensões reduzidas e materiais e técnicas construtivas simples. Os únicos elementos de destaque destas casas são, pois, o trabalho de cantaria e os lintéis de portados.

Estas casas correntes medievais são definidoras da imagem da cidade antiga e são reflexos autênticos das necessidades e atividades sociais e profissionais do homem da época, como se verifica, por exemplo, através da organização dos lotes.

O **lote** medieval era, normalmente, retangular, estreito e alongado. As edificações ocupavam o lote na totalidade da sua largura, e parcialmente o seu comprimento, sendo o fundo do lote destinado a um pequeno quintal ou logradouro.

Apesar das características gerais, comuns à maior parte das casas medievais de Castelo Branco, estas podem ser diferenciadas pela sua tipologia. Nos estudos já existentes acerca desta matéria é feita a distinção de seis tipologias:

- **Casa térrea** – habitação com apenas uma divisão, sendo possível fazer desta várias utilizações. São casas que carecem de uma definição de especialização e carecem, igualmente, de privacidade.
- **Casa térrea com duas divisões**
Casa dianteira – era um espaço aberto para a rua e, portanto de maior socialização;
Casa de dentro – compartimento com acesso ao quintal, essencialmente destinado ao repouso familiar. Em alguns casos, a área residencial adquire novamente o carácter unicelular; a outra divisão, ocupada com oficina ou espaço de armazenamento.
- **Casa de sótão e sobrado, com uma divisão por piso** – esta tipologia tem uma funcionalidade idêntica à do 2º tipo, mas num sentido vertical, onde existe um sótão ou uma loja como local de trabalho ou de armazém.

Segundo algumas necessidades e disponibilidades económicas eram, por vezes, acrescentadas divisões às casas, dando origem, então, a outras tipologias:

- **Casa de dois ou mais pisos, com duas ou mais divisões por piso** - Há uma maior diferenciação das áreas interiores, feita por divisões em materiais como a taipa, o tabique, a “tavoado” ou os panos de armar. A cozinha situa-se, normalmente, no último piso para uma melhor extração de fumos e também pelo receio do fogo e dos cheiros.
- **Casas sobradadas armadas sobre arcos ou esteiros** – comuns em áreas mais centrais e comerciais.
- **Casa térrea com pátio dianteiro cercado por muros** – esta é uma tipologia muito pouco representativa da época medieval no nosso país.

No que diz respeito à **estrutura**, a casa corrente de Castelo Branco tem, na maioria dos casos, dois pisos, justificados pelo sistema construtivo adotado e pela considerável densidade populacional. As habitações térreas são, portanto, escassas; os casos de casas com três pisos podem ser resultado de um acréscimo posterior.

Em Castelo Branco, a tipologia mais característica é a apresentada com dois ou mais pisos. No entanto, em zonas próximas da alcáçova, onde a topografia é bastante acentuada, vão aparecendo tipologias adaptadas, como é o caso de algumas com quintal à cota baixa e comunicam com a rua à cota alta. Assim, apesar de através do alçado parecerem casas térreas, têm um funcionamento interior em dois pisos. Encontram-se exemplos deste tipo sobretudo na rua dos Mercadores. Aqui encontram-se, ainda, soluções semelhantes mas em que o desnível do terreno não corresponde exatamente a um piso, correspondendo o nível da rua a uma cota intermédia entre o piso térreo e o sobrado.



Figura 88 – Tipologia habitacional da zona histórica.

15.1. As Fachadas da zona histórica



Figura 89 – Fachada tipo da zona histórica

Através da **fachada**, era possível ter conhecimento do ofício praticado pelo proprietário da casa ou o seu poder económico, pois, os lintéis das portas e janelas são decorados com motivos em alto e baixo-relevo, como tesouras que indicavam a casa de um peleteiro (tratador de peles) ou motivos manuelinos, ricamente trabalhados que indicavam que ali morava alguém de um estatuto socioeconómico elevado.

Por vezes, é possível observar dependendo da inclinação solar, na ombreira da porta, uma cruz latina escavada na pedra que simbolizava a conversão dos judeus ao cristianismo.

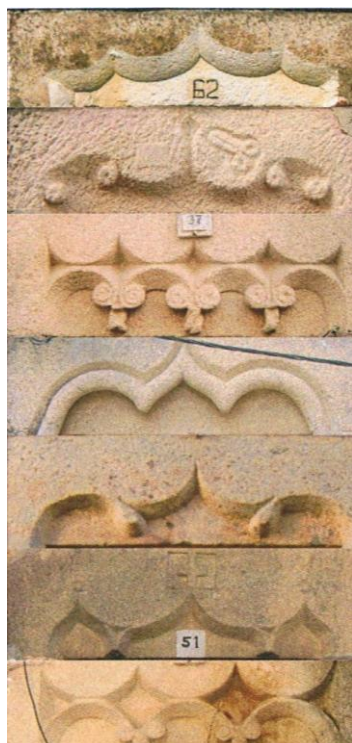


Figura 90 e 91 – Lintéis existentes na zona histórica de Castelo Branco²⁷

²⁷ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

15.2. Os Beirais da zona histórica

De grande relevância na fachada destas casas, surge ainda **o beiral**, sempre bastante saliente em relação ao plano da fachada com o objetivo de a proteger, devido à fragilidade dos materiais que a compõem.



Figura 92 e 93 – Imagens dos beirados da zona histórica de Castelo Branco.

O desenho tradicional dos beirados simples, duplo ou triplo, característico da zona histórica de Castelo Branco, terão de ser mantidos na íntegra, conforme os pré-existentes. No caso da existência de remates em madeira, estes terão que ser repostos de acordo com a traça original. O Beirado deve assentar diretamente nas paredes de alvenaria rebocadas ou em pedra aparente.



Figura 94 – Beirado Triplo e Beirado Duplo.²⁸



Figura 95 – Beirado assente em cimalha em alvenaria de pedra.²⁹

²⁸ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

²⁹ - Imagem fornecida pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

15.3. As portas da zona histórica

A **porta** (ou portada) é, normalmente, a única abertura existente no piso inferior, repetindo-se, por vezes, de modo a permitir acessos diferenciados ao piso térreo e ao sobrado.



Figura 96 e 97 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.³⁰

³⁰ - Imagens fornecidas pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco



Figura 98 e 99 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.³¹

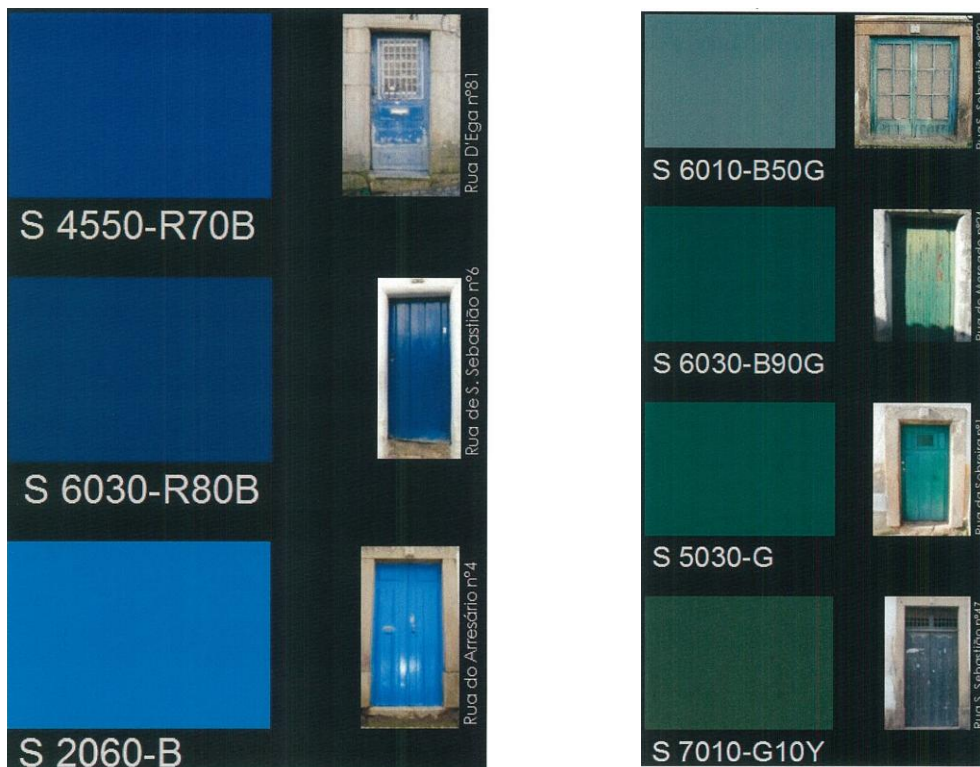


Figura 100 e 101 – Exemplos de caixilharias e respetivas cores.³²

³¹ - Imagens fornecidas pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

³² - Imagens fornecidas pelo Gabinete de Reabilitação do Centro Histórico de Castelo Branco

15.4. As janelas da zona histórica

No que diz respeito às **janelas**, existiam em número muito reduzido e limitavam-se, sobretudo, ao piso superior a fim de controlar a temperatura interior, proteger contra as intempéries, e por motivos higiénicos e de segurança; a escassez de janelas no piso inferior deve-se, maioritariamente, à necessidade de privacidade, pois na rua aconteciam inúmeras atividades quotidianas de trabalho e lazer e, na época medieval, a utilização de vidraças para proteção de janelas era inexistente, sendo estas protegidas, apenas, por portadas de madeira.



Figura 102 - Exemplo de janela – janela guilhotina.



Figura 103 - Exemplo de janela

15.5. Os Materiais da zona histórica

Os **materiais** que compunham estas habitações resumiam-se à pedra nas paredes exteriores, e à madeira nos vigamentos e compartimentos interiores. A utilização da pedra em detrimento de materiais mais frágeis deve-se à busca de uma maior robustez, longevidade e eficácia face aos agentes atmosféricos, no entanto, são edificações precárias de conforto muito reduzido



Figura 104 – Exemplo tipo das vigotas e vigas em madeira



Figura 105 – Exemplo tipo das paredes interiores duma habitação

15.6. Exemplos de fachadas e respetivas cores da zona histórica

“Abertura, alargamento ou fechamento de vãos nas fachadas.

1. Em regra, não é permitida a abertura de novos vãos no alçado principal, nem o alargamento ou fechamento dos existentes;
2. Não é permitida a passagem de vão de porta a janela com fechamento de parte do vão em alvenaria, sendo contudo de admitir quando necessário, a solução mista de “porta-janela”;
3. Apenas em situações excecionais devidamente comprovadas e justificadas por razões exclusivas de absoluta necessidade de higienização do interior do edifício existente, apresentando-se este com uma evidente falta de superfície de vãos que permitam a sua iluminação e ventilação interior, poderá ser admitido a abertura ou alargamento de vãos nas paredes exteriores



Figura 106 e 107 – Exemplo tipo de pinturas de fachadas

15.7. Exemplos de cozinhas da zona histórica

A cozinha era o local central da vida quotidiana, onde os habitantes cozinhavam, comiam e se reuniam depois do trabalho, principalmente no inverno por ser o compartimento mais quente devido a lareira ou forno de pão. Na ausência de chaminé, o fumo do braseiro escapava entre as poucas telhas levantadas para o efeito, tornando assim as paredes bastante escuras. O mobiliário mais comum era o escano (banco comprido de encosto com mesa articulada), a parrugueira (ou poial, banco comprido de pedra), e a mesa, entre outros complementos típicos.



Figura 108 e 109 – Exemplos de cozinhas das casas da zona histórica



Figura 110 – Exemplo duma cozinha em estado devoluto.

“Keep your thoughts positive because your thoughts become your words. Keep your words positive because your words become your behavior. Keep your behavior positive because your behavior becomes your habits. Keep your habits positive because your habits become your values. Keep your values positive because your values become your destiny.”

Mahatma Gandhi

16. Patologias em Edifícios Antigos

Os edifícios antigos são afetados por diversos tipos de anomalias, relacionadas com elementos estruturais e não estruturais. As patologias devidas ao deficiente comportamento de fundações e estruturas são muito importantes porque podem corresponder a problemas graves de segurança e a danos estruturais, incluindo o risco de colapso dos edifícios.



Figura 111 – Casa da Rua das Olarias



Figura 112 – Casa da Rua do Arressário 34
E Trav. Da rua Nova 7 e 9

As patologias mais importantes em edifícios antigos relacionam-se com:

- Problemas de fundações;
- Ação da água;
- Alterações estruturais inadequadas;
- Uso excessivo do edifício.

Os problemas de fundações podem ter diferentes origens:

- Efeito direto da água nas fundações;
- Efeito da água subterrânea no comportamento do solo;
- Efeito de novas construções adjacentes ao edifício antigo, nomeadamente quando implicam a realização de escavações importantes;
- Alteração das condições de carga nas fundações existentes devida a modificações no edifício antigo.

Estes efeitos podem produzir instabilidade ou colapso das fundações com consequências nas estruturas de todo o edifício.



Figura 113 e 114 – Interior da Casa da Rua do Arressário 34 e travessa da Rua Nova 7 e 9

A ação da água- A água pode entrar em contacto com o edifício sob diversas formas:

- Água ascendente do solo através das fundações (água subterrânea);
- Infiltração de água da chuva através das coberturas;
- Infiltração de água da chuva através das paredes exteriores, incluindo janelas;
- Repasses de água limpa ou de esgoto, proveniente das redes de abastecimento e de drenagem;
- Vapor de água produzido no interior do edifício;
- Água de construção transportada por novos elementos de betão e de argamassa.

A Ação da água é particularmente sentida nos velhos elementos de madeira.



Figura 115 – Casa da Rua das Olarias



Figura 116 – Casa da Rua do Arressário 34

E Trav. Da rua Nova 7 e 9

Alterações Estruturais inadequadas- A modernização dos edifícios, a sua adaptação a novas funções, ou a especulação imobiliária podem provocar alterações importantes:

- Criação de pisos subterrâneos para o estacionamento automóvel;
- Demolição de estruturas interiores nos primeiros pisos comerciais;
- Abertura de grandes portas e montras em zonas comerciais.
- Criação de novos pisos sobre os existentes;
- Criação de pisos intermédios;
- Alterações funcionais implicando a aplicação de novas cargas.

Estas alterações, quando mal projetadas e/ou mal executadas, podem provocar assentamentos de fundações, deformações excessivas de vigas e lajes, instabilidade de pilares e paredes, ou ainda redução inaceitável da capacidade de resistência sísmica de toda a estrutura.

“ Jam liber est Scriptus
Qui scripsit sit Benedictus”

Raul Lino

17. Identificação dos principais danos

Entende-se por dano toda a divergência negativa de funcionamento de um elemento construtivo que associado a uma causa deixa de cumprir parcial ou totalmente o que estava previsto na sua conceção. Existem variadas causas para este problema tal como a má execução, utilização de materiais inadequados ou de fraca qualidade, problemas entre o projeto e a construção entre muitos outros.

Para identificar os danos existentes num edifício, é necessário proceder-se a um levantamento fotográfico, utilização sempre que possível de uma fixa de caracterização do edifício, onde estejam identificados todos os materiais, sistema construtivo, zona e tipo de danos, identificação de áreas sujeitas a alterações, data e outros dados importantes.

A verificação de níveis de humidade, condensações e variação de temperaturas, os testes à permeabilidade e os testes à coesão dos materiais, são igualmente dados a recolher para a aferição de níveis de dano nas construções. O objetivo de todas as ferramentas disponíveis é a recolha de dados para uma caracterização adequada do problema, de forma que permita uma avaliação da situação e a definição de estratégias de intervenção eficazes.

17.1. Danos associados a problemas estruturais

Para além das condições alheias ao Homem, nomeadamente catástrofes, os sismos, é de especial preocupação os danos estruturais que são introduzidos nas construções, derivado a novas e inadequadas intervenções. As situações mais comuns reportam-se a:

- Alterações feitas nos edifícios, nomeadamente a ampliação da altura do edifício, comprometendo o equilíbrio e fundações do mesmo.
- Alterações ao nível do rés-do-chão com a demolição de paredes resistentes, normalmente associado a áreas comerciais ou escritórios, com uma substituição por vigas e pilares metálicos, mas que por erros de conceção e cálculo, de execução ou de adaptação adequada ao existente, potencia elevados danos na estrutura geral e fundações, visíveis por fissuras e deformações;
- A demolição de paredes interiores resistentes ou de tabique, com a introdução de arcos ou vigas metálicas que nem sempre se adaptam à função exigida nessa área da construção existente;
- Alterações funcionais de espaços, que com os tempos atuais introduzem lajes de betão armado, alterando a lógica estrutural e as características originais do edifício de forma irreversível.

17.2. Danos decorrentes da ação da água, humidade ou condensações

Os danos verificados nas estruturas surgem de ações mecânicas ou por influência das condições ambientais, nomeadamente do sol, chuva e vento.

Estas manifestam-se através de alterações no material e/ou alterações na geometria dos elementos por perda da sua capacidade funcional na estrutura.

Os danos provocados pela água ou humidade poderão ser derivados as humidades ascensionais, derivado da falta de drenagem, ausência de impermeabilização entre fundação e parede, utilização de materiais de parede de fundação com menor capacidade drenante ou derivado às humidades por infiltração normalmente associadas a danos na cobertura, problemas de impermeabilização do topo das paredes exteriores em construções com platibandas, na zona dos pisos ou em situações de menor cota do piso interior em relação com o exterior, ou junto aos vãos e que se tornam mais graves com o aparecimento de fissuras.

Outro dano que pode acontecer é a erosão, que consiste na perda das camadas superficiais, começando pela pintura. Este fator é muito comum atualmente devido à diminuição da espessura das paredes, que não retêm tanto a humidade como as paredes de grandes espessuras que eram feitas antigamente. Estas humidades manifestam-se sobretudo no interior através de bolores, fungos e a tão conhecida salitre.

17.3. Danos associados às madeiras

Os danos patentes na estrutura de madeira decorrem normalmente dos seguintes fatores:

- Empenamento ou torção de vigas de madeira devido a assimetria de cargas ou degradação de elementos estruturais nos seus pontos de apoio;
- Degradação da estrutura de madeira da cobertura nos pontos de ancoragem na parede devido a falta de ventilação e excesso de humidade leva a um apodrecimento gradual desses pontos

Os apoios das vigas nas paredes constituem assim um ponto fraco de qualquer estrutura de madeira, por um lado devido à necessidade do apoio acomodar os deslocamentos da viga e por outro pela possibilidade de retenção de água caso não exista arejamento suficiente. Por esse motivo é necessário que o apoio das vigas nas paredes seja realizado permitindo a circulação de ar, ou através de um orifício na parede no prolongamento do topo da viga ou deixando um espaço no topo e na parte superior da viga.

As madeiras mais frequentes nos edifícios antigos são o castanho, o carvalho e de uma forma geral o pinho nacional. Esta madeira é utilizada sobretudo para soalhos e caixilharias. Com o aumento de água existente na madeira, esta perde resistência e elasticidade. As madeiras expostas diretamente ao sol perdem componentes, começando pela lenhina, provocando uma mudança de cor. Esta se tiver contacto com a água favorecerá o aparecimento de fungos.

“Aquele que, com corpo robusto ao serviço da mente, dedica os seus poderes mortais
Ao trabalho honesto, sem buscar lucros, esse é um homem respeitável. “

In “Bhagavad – Gita”

18. Materiais e técnicas em Portugal

Os métodos construtivos tradicionais contêm uma história de costumes específicos, eram metodologias de construção que recorriam sobretudo a um pequeno número de materiais dominantes e pouco transformados. Manter estes materiais atualmente é uma tarefa árdua por diversos fatores climatéricos, pressões a que as construções estão sujeitas e principalmente a mentalidades ditas modernas que têm teorias de demolir, sem ter em conta a história que o imóvel detém.

“O **Adobe** é um bloco de terra, comprimido à mão, dentro de um molde de madeira, ao qual são adicionados outros materiais para melhorar a sua coesão, como a palha e a cal, sendo seco ao sol e por esse motivo associado a uma produção sazonal. As construções de adobe encontram-se em várias regiões de Portugal, mas com principal incidência na região litoral Centro. Apesar de ser um material difundido por várias regiões do mundo e ser atualmente reconhecido como tendo boas capacidades térmicas e acústicas, encontramos posturas diferentes em relação à conservação destas estruturas. Cresce em alguns países europeus o interesse pela investigação deste material, nomeadamente na Alemanha e nos Estados Unidos, com ensaios sobre as suas características mecânicas e tentativas de reabilitar a sua produção para aplicação em construção nova. Igualmente em países da América Latina e de África é usado como meio acessível de resposta ao défice de habitação. Em qualquer dos casos deve-se salientar as qualidades ambientais quase imbatíveis deste material, pelo facto de possuir níveis zero de consumo energético na fase de construção e ser de muito fácil reciclagem no final de vida útil do edifício. Em fase de utilização da construção esta apresenta menor consumo de energia pelas características do adobe, se existirem cuidados ao nível do reforço de isolamento térmico ao nível das coberturas e vãos. Estes são argumentos que têm vindo a ganhar peso na discussão internacional sobre a preservação destas construções, num período de crise energética e “volatilidade” económica.”³³



Figura 117 – Bloco de terra comprimido á mão

(imagem)³⁴



Figura 118 – Aplicação do adobe, como revestimento

(imagem)³⁵

³³ Segundo o “Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios - Guia de intervenção”, Junho 2011, INOVADOMUS, Departamento de engenharia civil da Universidade de Aveiro.

³⁴ - Imagem retirada de: <http://pensandopra frente.blogspot.pt/2009/06/adobe.html>

³⁵ - Imagem retirada de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Adobe>

A **Alvenaria** de pedra natural/bruta é formada de fragmentos irregulares sem preparo algum, é utilizado da mesma forma que são obtidos das pedreiras. Podem ser aplicadas a seco ou por meio de argamassas. A pedra oferece material resistente e pode apresentar certas vantagens econômicas quando os locais de utilização e extração são próximos. Convém determinar em cada caso o tipo de alvenaria mais adequada ao material e realizar sua colocação segundo a técnica particular que implica. O efeito estético oferece interessantes possibilidades como efeito decorativo e de suporte de cargas.

Em certas regiões a alvenaria de pedra é considerada artigo de luxo, devido à escassez de mão-de-obra qualificada, o preço dos transportes e a manutenção de um peso morto do trabalho na construção de alvenaria de pedra natural.

Para essa alvenaria deve se dar preferência às pedras de textura lamelar e às de dureza média, que se deixam trabalhar facilmente. Nas camadas sucessivas, as juntas verticais devem ser desencontradas, a fim de que a parede fique convenientemente amarrada. A maior ou menor uniformidade das fiadas, bem como as regularidades das faces dessas paredes dependem da qualidade da pedra.



Figura 119 e 120 – Alvenaria de pedra, parede exterior e interior, respetivamente.

O **Tabique** é uma das técnicas construtivas tradicionais que usa terra como material de construção e distingue-se das outras técnicas pelo facto de recorrer a uma estrutura de madeira, enquanto o Adobe e a Taipa utilizam somente a terra como material principal. Esta técnica consiste em aplicar terra sobre uma estrutura previamente concebida que geralmente é de madeira ou de cana. Forma-se deste modo uma estrutura mista em que a capacidade de resistência é-lhe dada pela estrutura de madeira e em que a terra funciona como um material de enchimento e de revestimento.



Figura 121 – Parede de Tabique ao descoberto na Casa da Rua do Arressário 34 e Trav. Da rua Nova 7 e 9

A **Taipa**- Esta técnica construtiva consiste em moldar no local um elemento que geralmente é uma parede de madeira onde posteriormente é depositada a terra em finas camadas e compactada. A descofragem ocorre quando a terra adquiriu a capacidade resistente adequada. Uma parede de Taipa, apresenta geralmente uma espessura considerável, o que lhe permite funcionar como elemento resistente e também contém excelentes propriedades térmicas.



Figura 122 – Preparação da construção de uma parede feita a partir de uma técnica construtiva- A Taipa

(imagem)³⁶

³⁶ - Imagem retirada de: <http://terrapalha.blogspot.pt/2008/11/construo-em-taipa-taliscas.html>



Figura 123 – Preparação da construção de uma parede feita a partir de uma técnica construtiva- A Taipa (imagem)³⁷

³⁷ - Imagem retirada de: http://www.cylex.pt/empresa-produto/constru%C3%A7%C3%A3o%20em%20taipa_53550.html

“A arte não é outra coisa senão a força de sugestão de um detalhe.”

Corrado Álvaro

19. Projeto Final – Projeto de Reabilitação da Habitação na rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7 /9

O espaço de intervenção proposto pelo Gabinete encontra-se situado em Castelo Branco na Rua do Arressário nº 34 e na Travessa da Rua Nova nº 7/9. Trata-se de uma habitação unifamiliar devoluta que apresenta um elevado grau de degradação, com elementos característicos que a datam para o Século XVI. Esta apresenta-se distribuída por dois pisos com entradas distintas (acesso por duas ruas), no entanto possui acesso interior entre eles, bem como um logradouro exterior, na qual foi construído um anexo recentemente, no âmbito do projeto “Casa Amiga”³⁸, levado a cabo pela Câmara Municipal em 2003, que serviu para solucionar problemas funcionais, não seguindo de todo, a legislação, nem quaisquer normas de reabilitação. Cada vez mais se nota que a população vive na zona Quinhentista com casas muito degradadas, fazendo para isso pequenas obras no interior e exterior das habitações, indo contra o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Histórica e da Devesa de Castelo Branco



Figuras 124 e 125 – Fachadas da habitação na Rua do Arressário nº 34 e Travessa da rua Nova nº 7/9

19.1. Enquadramento na Zona Histórica



O ponto preto que se encontra no mapa ao lado diz respeito à localização geográfica da habitação, situa-se no meio do centro histórico da cidade de Castelo Branco, tendo como ponto de referência o Museu do Cargaleiro ou então a atual Praça de Camões. Os acessos a habitação por meio de transporte fazem-se pela porta de Santa Maria, ou Rua de Santa Maria, partindo pela Rua dos Chões e cortando para a Rua do Arressário onde se localiza a entrada principal para a habitação.

Figuras 126 – Excerto da planta da zona histórica com a localização da habitação

³⁸ Projeto “Casa Amiga” foi um projeto levado a cabo pela Câmara Municipal de Castelo Branco para solucionar alguns problemas funcionais das famílias mais carenciadas, fazendo obras e pequenas reparações nas habitações dos mesmos.

A sua localização privilegiada permite aos seus ocupantes uma vista única sobre a cidade e do lado oposto, para o Castelo que se encontra no topo da colina.

A rua onde se situa, segundo o modelo Dionísio já referido neste trabalho, apresenta um maior declive juntamente com a paralela Rua de Santa Maria com acesso ao antigo mercado.

Este tipo de Rua apresentava uma maior importância pois facultavam um acesso mais rápido e facilitado ao castelo e às portas principais da muralha, apresentando um maior tráfego em tempos remotos.

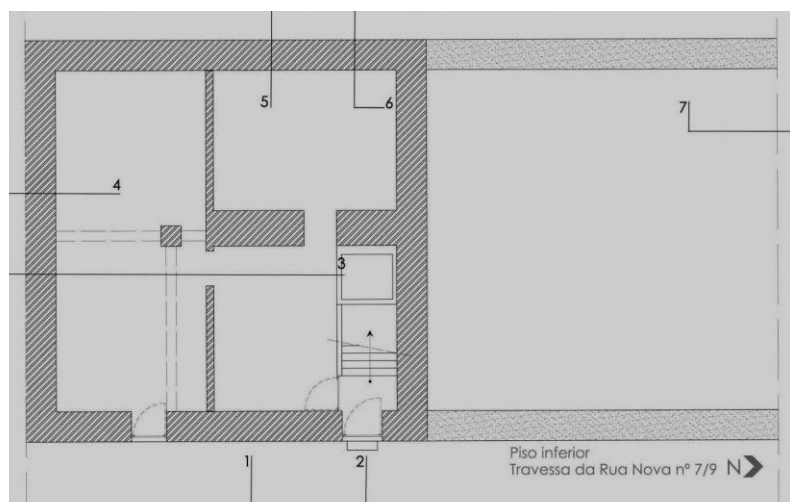
Presentemente apresenta uma boa localização e de acesso rápido a vários pontos históricos da cidade, bem como espaços atuais de interesse e necessidade (cafés, supermercados, farmácias, estacionamento, entre outros) sem esquecer da regalia para os seus ocupantes de ter tipo de vida divergente do habitual numa habitação com história.

19.2. Levantamento do Espaço

A primeira função tida após a atribuição deste projeto foi a primeira visita á habitação, onde se teve o primeiro contacto com a realidade do espaço fazendo um levantamento fotográfico do mesmo, bem como, a avaliação do estado em que se encontrava a habitação. Foram avaliados os materiais, os elementos construtivos, o espaço residencial, a localização, a história, entre outros aspetos.

Sendo este o primeiro contacto com a casa, era importante olhar com olhos de ver para todos os pormenores que poderiam encaminhar para uma ideia de projeção.

Ao voltar para o Gabinete, através da memória visual da visita e do levantamento fotográfico, partiu-se para a elaboração do desenho técnico do mesmo, desenhando uma planta do r/chão e outra do primeiro andar (figuras 127 e 142). Este exercício de desenho serviu para se perceber o espaço que existia dentro da habitação, quantos compartimentos eram e como se comportavam, posteriormente serviu como base para comparar com a planta desenhada posteriormente com as medidas tiradas.



Figuras 127 – Desenho recorrendo á memória visual/fotográfica do espaço (Travessa da Rua Nova)



Na travessa da Rua Nova encontra-se a entrada para o r/chão, este vão não é original pois as ombreiras encontram-se mais largas do que a largura da porta existente. Aqui decerto existiria um portão. Esta porta também não é original, pois de acordo com o regulamento do plano de pormenor da zona histórica de Castelo Branco, as portas exteriores deverão manter o desenho original e deverão ser construídas em madeira, pintadas ou envernizadas e não em metal como esta se encontra.

Figura 128 – Entrada principal pela Travessa da Rua Nova



No R/chão contém quatro espaços distintos, uma delas com maior área, que se encontra logo a entrada, da porta número 7. Aqui possivelmente encontrava-se uma zona de lavandaria e de estendal, devido ao facto de existirem muitos fios pendurados, dá a sensação que aqui estendiam roupa e serviria de sala de arrumos. As paredes exteriores da casa são em alvenaria de pedra e apresentam uma espessura de sensivelmente 60 a 70 cm. Estas paredes sem aparelhamento ou ordinárias são paredes de pedra toscas, angulosas e irregulares em forma e dimensão, ligadas entre si por argamassas ordinárias. Esta foi rebocada para ser protegida dos agentes atmosféricos, nomeadamente a água.

Figuras 129 – Vista Interior da entrada do Rés- do - chão



Mesmo á frente existe outro espaço que é diferenciado do primeiro, somente por um pequeno desnível de 10cm no pavimento e por um pilar quebrado nos vértices que se defronta na direção da porta de entrada. Todo o pavimento é feito em cimento e está estalado. As paredes de alvenaria de pedra como se pode verificar estão todas desniveladas e apresentam-se muito degradadas, havendo zonas mesmo em decomposição.

Figuras 130 – Zona mais baixa do Rés- do - chão.



Passagem para a terceira zona existente no R/chão, esta contém um pequeno degrau de 10 cm e o vão é revestido por uma moldura em madeira pintada.



Existe na mesma parede esta pequena abertura que serve como janela de um espaço para o outro. Esta também contém uma moldura em madeira.

Figuras 131 – Passagem que leva á sala da Tulha no Rés- do – chão.

Figuras 132 – Pequena Janela que conduz á sala da Tulha no Rés- do – chão.



Figuras 133 – Tulha existente no Rés- do – chão.

Figuras 134 – Parede que divide as escadas que dão acesso ao primeiro andar.

Figuras 135 – Escadaria que dá acesso ao primeiro andar - vista por baixo.

Nesta assoalhada identificou-se um tanque ou uma tulha, que se encontra por baixo da escadaria, esta serviria em outros tempos para a colocação do vinho, da azeitona ou mesmo de cereais. No mesmo correr da tulha existe uma parede que esconde a escadaria que vai para o primeiro piso e que foi aproveitado em outros tempos para arrumos. Esta parede de fundo é feita também em alvenaria de pedra mas sem reboco, isto pode ser comprovado na figura 154. Nesta mesma imagem, vê-se que a escadaria é feita em madeira, contendo duas vigas estruturais.

No final desta parede existe uma porta em madeira ripada, pintada de branco, que dá acesso á escadaria que nos conduz para o primeiro piso.



Mesmo em frente á sala que contém a tulha encontra-se mais uma assoalhada, contendo somente um vão, este tem uma espessura de 60 cm. Esta parede é estrutural e ao entrar do lado esquerdo encontra-se uma parede mas esta de tabique.

Figuras 136 – Pequena sala, a mais escura da cave.

A cobertura é constituída por vigas e vigotas em madeira e coberta com soalho também de madeira, este apresenta-se muito estragado em algumas zonas devido a problemas de infiltrações.

O pavimento do rés-do-chão é de cimento, mas encontra-se todo rachado, necessitando de uma intervenção obrigatória.

As paredes interiores todas irregulares são feitas em tabique



Figuras 137 – Vista interior do primeiro andar – as Namoradeiras (Rua do Arressário)

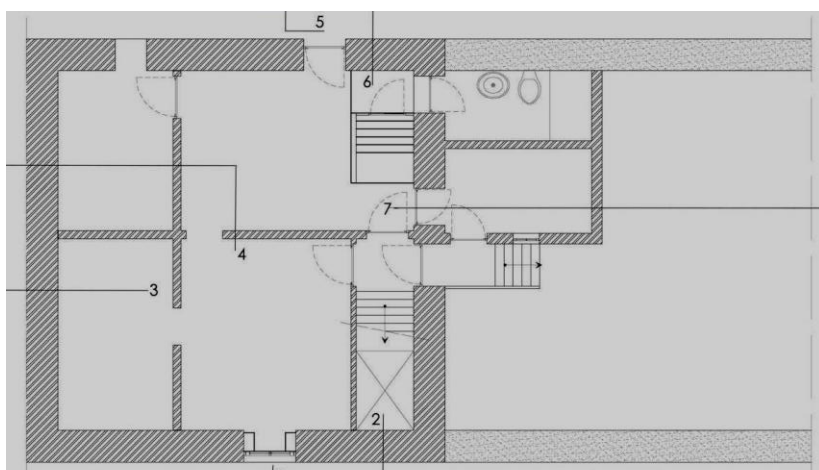
Figuras 138 – Vista interior da cozinha do primeiro andar (Rua do Arressário)



Figuras 139 – Vista interior do primeiro andar – Armários Embutidos (Rua do Arressário)

Figuras 140 – Vista interior do primeiro andar – Escadaria para o r/chão (Rua do Arressário)

Figuras 141 – Vista interior do primeiro andar – Casa de Banho (Rua do Arressário)



Figuras 142 – Desenho recorrendo á memória visual/fotográfica do espaço (Rua do Arressário)

O primeiro andar tem acesso pela Rua do Arressário, contém quatro áreas distintas, nomeadamente três quartos e uma sala de estar/jantar, contém também a escadaria que vem do rés-do-chão para este mesmo andar. Para além destas quatro zonas, existe uma pequena cozinha e casa de banho construídas posteriormente e de uma forma ilegal pelo projeto já referido “Porta Aberta”.

O soalho encontrado, bem como a cobertura são uma continuidade do visualizado no piso inferior: vigamentos em madeira, recoberta com soalho também de madeira, no entanto, neste piso encontram-se zonas pintadas com tons de verdes e brancos. É nesta parte superior da casa, que se encontram os materiais mais danificados, principalmente o pavimento, que ameaça desabar devido ao uso da habitação, pelas várias infiltrações analisadas e também pelo ataque do bicho da madeira.

Dois dos quartos contêm iluminação natural proveniente de duas janelas, tendo um elemento característico a manter: as namoradeiras. Existe, ainda, outra escadaria, mas esta é de acesso ao sótão, igualmente em madeira.

Toda a habitação apresenta portas interiores de madeira (figuras 143, 144 e 145), que já foram alvo de intervenção relativamente à pintura. Trata-se de elementos que possuem características e fatores históricos, por isso é importante mantê-los no espaço.

Em relação às portas exteriores e janelas (figuras 146,147,148) existe uma mistura de elementos provenientes das más intervenções feitas no passado (portas em ferro, alumínio, entre outros), como tal só existe uma porta original de madeira no rés-do-chão, com acesso a escadaria principal.



Figuras 143, 144 e 145 – Imagens das diferentes tipologias de portas existentes na habitação



Figura 146 – Imagem da porta adulterada de entrada – rés-do-chão

Figura 147 – Imagens duma janela de inox que é “ilegal” segundo o regulamento da zona histórica

Figura 148 – Imagens da única porta que está de acordo com as normas da zona histórica

Quanto ao exterior, a fachada é constituída por alvenaria de pedra rebocada de cor branca, em que algumas paredes estruturais apresentam uma forte inclinação. O muro envolvente da zona exterior é também edificado por esse material. A cobertura apresenta-se em vigamentos de madeira revestida pela característica telha de canal. As cantarias são constituídas por pedra e determinam um fator identificativo a manter, principalmente a da porta de acesso para a Rua do Arressário, que apresenta a inscrição de um dos presumíveis habitantes (figura 151).



Figuras 149 e 150 – Imagens da fachada da habitação, vista pela Travessa da Rua Nova



Figura 151 – Imagem da porta de entrada pela Rua do Arressário com a inscrição de um dos presumíveis habitantes.

Ao visitar a casa pela segunda vez, procedeu-se, ao primeiro levantamento das medidas da fachada da Travessa da rua Nova, tendo já um desenho técnico base, apesar de não ser rigoroso, foi mais fácil executar o levantamento, pois já existia um desenho guia para a colocação das medidas.

Desta forma fez-se o levantamento real das fachadas, recorrendo ao metro de madeira e a fita métrica, além de ser um trabalho um pouco complexo pois o declive acentuado de ambos os arruamentos dificultou a medição das diferentes alturas das fachadas e o desenho das mesmas. Para além disso as paredes bastante irregulares fizeram com que tivéssemos de conferir as medidas muitas vezes indo vários dias ao local. Em simultâneo realizou-se o desenho técnico em Autocad conforme representado em Anexo.

A primeira quinzena de volta destas medições e de volta do trabalho de reabilitação foi deveras importante para uma consciencialização do nosso papel enquanto designers em projetos desta ordem.



Figura 152 – Levantamento da Fachada da Travessa da Rua Nova nº 7 e 9

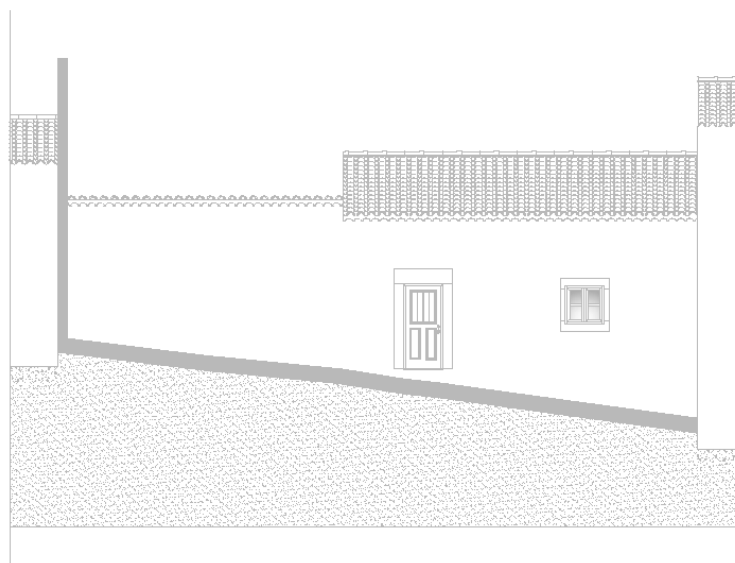


Figura 153 – Levantamento da Fachada da Rua do Arressário nº 34

Após ter feito o levantamento das fachadas da habitação seguiram-se os levantamentos interiores do imóvel e respetivos desenhos técnicos de ambos os pisos. Começou-se pelo rés-do-chão e demorou cerca de uma semana até se conseguir chegar ao resultado final apresentado na figura 154, isto devido á incoerência de algumas medições, que resultavam em sucessivas visitas ao local, para retificação de medidas.

Este levantamento foi realizado pelos quatro estagiários e acompanhado pelo arquiteto José Paulo Leite, que se dirigia sempre ao local durante a fase inicial, a fim de explicar os métodos de medições utilizados, o funcionamento dos aparelhos e chamar a atenção para os problemas inerentes ao levantamento de uma construção devoluta e com as paredes bastante danificadas e a cederem diariamente. A ajuda do arquiteto foi deveras importante pois não sabíamos muito bem como deveríamos fazer o levantamento de paredes completamente tortas e deformadas pelo tempo e destruídas devido às humidades, para além disso, esta habitação não tem medidas comuns e os ângulos da mesma eram muito estranhos.

O método utilizado para as medições foi a triangulação (figura 155), medições com fita métrica e aparelho de medição laser, tendo em conta o espaço irregular.

A principal dificuldade encontrada foi obter as medidas exatas, devido ao estado de degradação das paredes, pavimentos, entre outros. A degradação, causada pelo tempo, foi danificando e alterando a forma das paredes e outros elementos. Esta realidade dificulta a aquisição das medidas certas, havendo discórdia entre várias dimensões, tanto no interior, como na sua relação com o exterior.

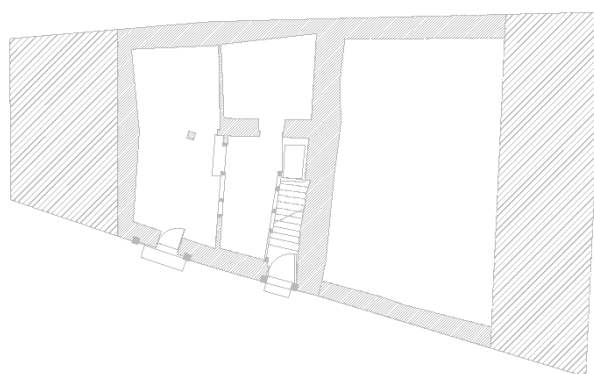


Figura 154 – Levantamento rigoroso do Rés-do-chão

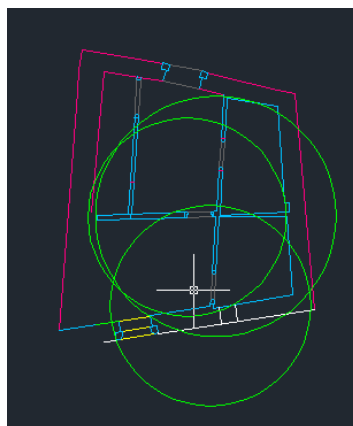


Figura 155 – Triangulações feitas para chegar ao levantamento rigoroso do Rés-do-chão

Nesta fase também foi utilizado o levantamento fotográfico, que foi mais uma ferramenta importante e fundamental para ajudar a chegar ao resultado final, pois o desenho técnico em CAD não pode ser realizado no local.

O levantamento do primeiro andar diz respeito ao piso situado na rua do Arressário nº 34 e apresenta maior dificuldade na medição pois contem mais compartimentos divididos por várias portas de madeira, apesar de conter a mesma área que o rés-do-chão.

Os utensílios de medição deste piso foram os mesmos utilizados no rés-do-chão, sendo que cada divisão foi medida individualmente. Isto dificultou um pouco o trabalho final de junção de todas as áreas pois como não existiam informações concretas da espessura das paredes, não se conseguia juntar todas as “peças do puzzle”, para além disso havia paredes que tinham uma espessura num lado e outra completamente diferente mais a frente. Por ser um espaço com mais cortes, divisões e sótão, requeria mais atenção no desenho técnico e isso levou a uma grande dificuldade de execução.

Com as plantas de ambos os pisos completamente terminadas, seguiu-se para a sobreposição de ambos e concluiu-se que a parede estrutural entre ambos os pisos apresenta várias divergências.

Tal ocorrência é habitual neste tipo de habitações antigas, no entanto, em alguns casos é mais acentuada. Neste caso é notável a inclinação das paredes-mestras exteriores, que se justifica pela degradação que sofreram ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, da tipologia de construção.

Mesmo sendo quatro pessoas a fazer o levantamento de uma habitação quinhentista, este foi o primeiro contacto tido com esta realidade e o facto da irregularidade e degradação da construção, contribuiu para a demora do trabalho.

Mesmo com todas as dificuldades encontradas no decorrer deste projeto, foi um trabalho muito enriquecedor, que proporcionou noções do trabalho no terreno, a dificuldade que é projetar para espaços diferentes em vários aspetos e só assim se conseguiu adquirir novas competências.

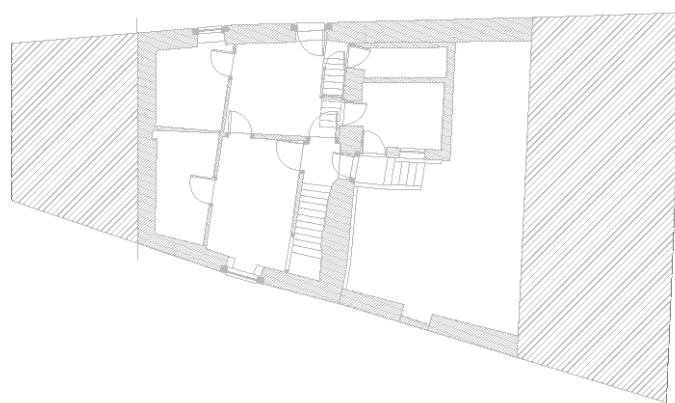


Figura 156 – Levantamento rigoroso do Primeiro Andar



Figura 157 – Levantamento Métrico do piso Inferior



Figura 158– Levantamento Métrico do piso Inferior

A habitação possui um logradouro, onde se chega através de umas escadas existentes no primeiro andar ou então pela porta da cozinha. Aqui existe um pequeno jardim/quintal com vista privilegiada da cidade de Castelo Branco.

As medições deste espaço foram sensivelmente fáceis, pois era um espaço amplo, somente o abandono do local é que dificultou a passagem para as medições. As inclinações das paredes da habitação também dificultaram um pouco o alinhamento da planta do logradouro á restante planta.



Figura 159, 160 e 161 – Imagens do logradouro

Após concluída a fase do levantamento métrico das fachadas e das plantas, iniciou-se o desenho técnico dos cortes. Foi necessário mais umas idas á casa para tirar todas as alturas necessárias para se desenhar os cortes. Este processo também demorou um pouco pois tanto as paredes como portas, janelas e outros elementos não tinham as mesmas medidas de um lado e do outro, a falta de paralelismo e perpendicularidade das paredes entre si dificultava este trabalho de levantamento, e para se fazer um levantamento rigoroso era necessário ter-se todas as medidas bem tiradas.

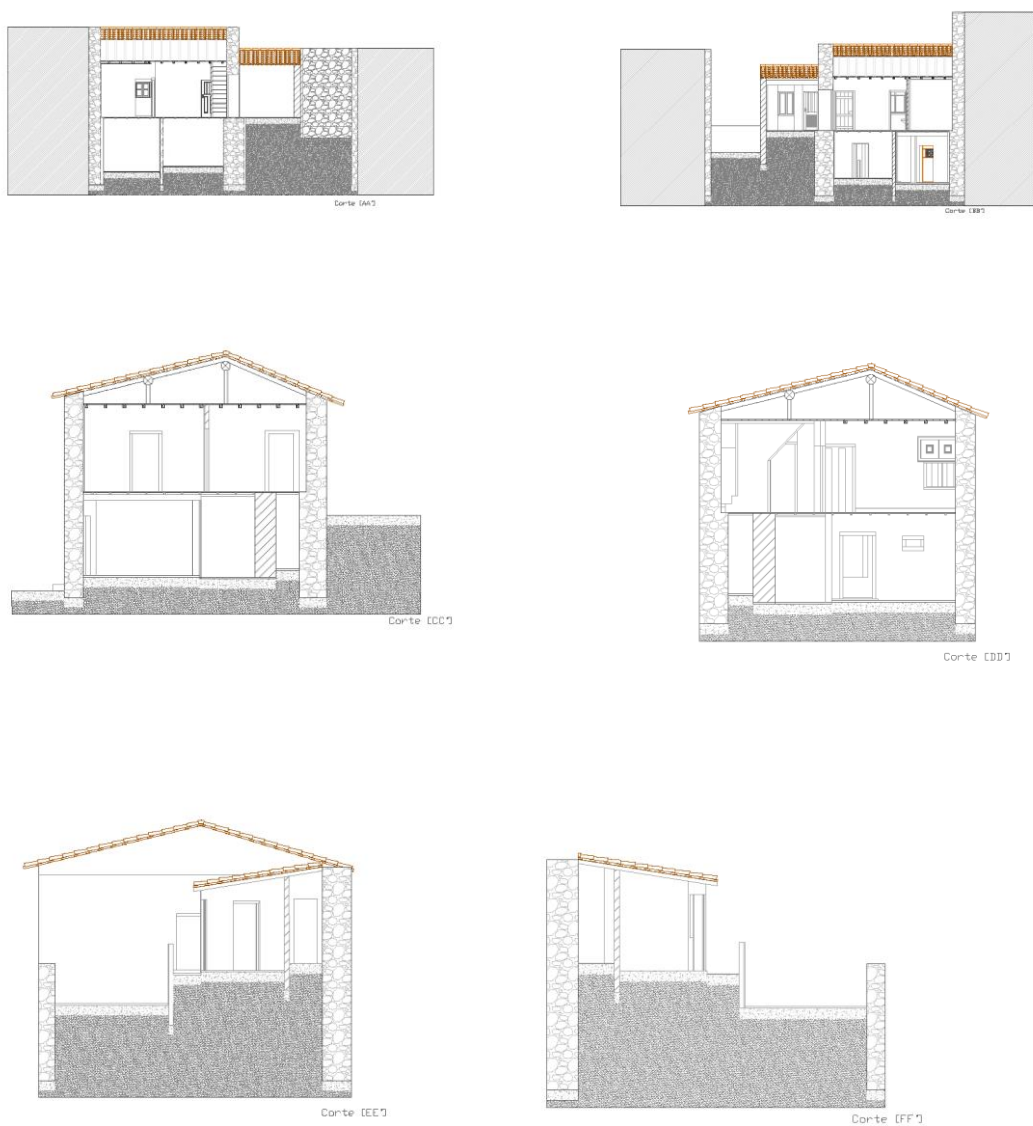


Figura 162,163,164,165,166 e 167 – Cortes do existente

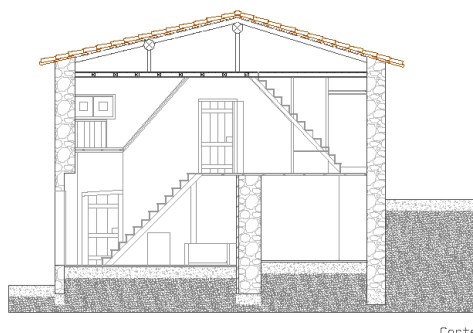


Figura 168- Corte do existente

Corte [GG7]

19.3. Pesquisa para a definição de conceito e tipologia

Após todo o trabalho exaustivo do levantamento efetuado na casa quinhentista, desenhos técnicos iniciais concluídos, era necessário chegar a uma ideia para aplicar no respetivo espaço, e para tal chegar a um tema era essencial.

Quando se desenvolve um projeto de intervenção como este deve-se ter em conta o que é que este, trás de novo para a zona e população em redor. Estes são:

- Divulgação da iniciativa para o Município, de intervenções em espaços com história e a sua recuperação;
- Exemplo de reabilitação e intervenção do Design de Interiores;
- Criação de um diferente tipo de espaço de alojamento;
- Dinamismo para a zona e para os moradores;

Em primeiro lugar fiz uma análise visual das ruas da zona histórica, para perceber o que fazia falta naquela zona e uma coisa que me preocupou foi a existência maioritariamente de população idosa. Estes têm dificuldade em se deslocar ao centro da cidade e acabam por se manter na zona histórica isolados da juventude e muitas vezes isolados de tudo. Uma das preocupações que tive, foi a de levar a cidade para a zona histórica. Este processo não se faz de um dia para o outro, mas este projeto seria um dos muitos que gostaria de propor á Camara Municipal de Castelo Branco. Sendo o estágio de nove meses, nunca conseguiria propor e executar tudo o que gostaria, mas queria pelo menos apresentar uma proposta viável que dinamizasse a zona histórica e que levasse mais população jovem á mesma.

Nesta análise efetuada cheguei a várias soluções possíveis para serem desenvolvidas no espaço em questão, nomeadamente uma casa de chá, onde a decoração fosse asiática, com um ambiente delicado, requintado, simples e com alguns brilhos. Outra solução seria uma casa de chocolate, que seria um espaço para servir variados tipos de chocolates quentes e levaria a população á zona histórica. A decoração baseava-se em elementos africanos, com tons de laranja, vermelho e castanhos.

Um centro de turismo também era uma solução e por fim uma casa de habitação para um casal jovem.

Todas estas ideias estavam em cima da mesa e todas elas seriam a meu ver projetos inovadores para a zona histórica. Propus as quatro ideias no meu Gabinete de estágio e a ideia que se enquadrava mais no trabalho desenvolvido pelo mesmo, era de facto a casa de habitação. Decidi deslocar-me á Casa do Arressário para estar em contacto com a casa para começar a ter ideias e projetar o espaço.

No caminho para a casa passei por vários idosos e dois deles tinham dificuldades de locomoção. Foi aí que me surgiu a ideia para o meu projeto.

Projetar uma casa na zona histórica, com dimensões reduzidas, ângulos estranhos, com regulamentos específicos já era um desafio, então projetar uma casa na zona histórica de castelo Branco para pessoas com mobilidade reduzida, aí sim era uma aventura.

Era um desafio muito grande que tinha á minha frente, mas decidi testar os meus limites e apostar num tema que muitas vezes é esquecido ou posto de lado pelos designers e população em geral, por ser uma abordagem se ter, difícil de projetar e muitas vezes pessoas que são discriminadas no meio social.

Tendo já a tipologia definida, nomeadamente uma casa para um casal jovem em que um deles tem mobilidade reduzida, faltava a definição do conceito.

A tipologia a desenvolver responde a uma necessidade que é a de levar juventude para a zona histórica e adaptar uma casa não só para este casal, mas no futuro para a população idosa, pois ninguém está livre de ficar sem mobilidade.

A zona histórica de Castelo Branco tem um percurso histórico muito importante, tratando-se de uma zona protegida devido á sua história e características, daí ser importante contemplar essas características, nomeadamente os moradores e as habitações. Para além destas características, somos brindados todos os dias quando passeamos pela zona histórica com elementos característicos desta região, tais como portados quinhentistas, paredes de pedra, portas e janelas de madeira, lintéis e ombreiras trabalhados, pedaços de muralha entre tantos outros.

O Conceito do meu projeto foi baseado portanto na zona histórica de Castelo Branco e o seu castelo, as namoradeiras, elemento tradicional das casas quinhentistas de Castelo Branco, soalho, vigas e vigotas de madeira, paredes de tabique, também comum das casas de Castelo Branco e por fim as paredes de pedra. Estes elementos todos remetem para a palavra-chave do conceito: ORIGENS (figura 169)



Figura 169 – Painel de Conceito - ORIGENS

Pretende-se desenvolver um espaço habitacional para pessoas com mobilidade reduzida, adaptando a casa às necessidades dos mesmos mantendo os elementos históricos da casa e da zona histórica.

Tipologia do espaço: Habitação destinada a albergar pessoas com mobilidade reduzida.

Conceito: Conservação do espaço habitacional, mantendo a sua historicidade através de pormenores característicos da zona histórica de Castelo Branco – “ORIGENS”

Problemática a deliberar: Casa devoluta, má distribuição das áreas habitacionais, desrespeito ao Património e ao Regulamento da zona histórica de Castelo Branco, falta de luz natural e não aproveitamento do espaço

Função: Trazer “sangue novo” para a zona histórica de Castelo Branco, criar formas de incentivar a população juvenil a deslocar-se mais vezes á zona histórica ou morando nesta zona.

Tipo de utilizadores: Os utilizadores serão pessoas com mobilidade reduzida ou com menos capacidades.

Funcionalidades do Espaço: Tendo em conta a tipologia do espaço, as áreas criadas na habitação foram:

➤ **Rés-do-chão**

Entrada
Sala de estar
Casa de banho
Zona de trabalho e estudo
Acesso ao primeiro piso

➤ **Primeiro Andar**

Hall de Entrada
Quarto do Casal
Casa de Banho privativa
Cozinha
Jardim Interior

➤ **Logradouro**

Rampa de acesso
Jardim

Sendo uma casa para um casal, o rés-do-chão será uma zona mais comum, onde poderão receber visitas e estar em convívio, o primeiro andar será a zona privada onde o casal terá o seu espaço de privacidade. É a partir deste andar que se tem acesso ao logradouro a partir da porta da cozinha.

Elementos a Manter: Toda a estrutura é para manter, assumindo as inclinações e cortes existentes no espaço, alguns puxadores e outros elementos também. Namoradeiras (primeiro andar) e tulha (rés-do-chão), são elementos históricos que não podem ser alterados neste projeto e algumas portas aproveitadas e restauradas.

Materiais a Manter/ Utilizar: Nestas habitações é necessário manter/ conservar dois tipos materiais, nomeadamente a pedra e madeiras, por serem dois elementos fundamentais nas habitações quinhentistas da zona histórica de Castelo Branco.

19.4. Painel de Conceito

No painel de conceito está representado como imagem base uma parede de tabique, este foi o tema escolhido para este projeto, por ser um elemento muito característico na habitação a projetar, nomeadamente nas paredes interiores.

Para além de fazer esta representação do tema faço alusão também a dois materiais fulcrais nas casas quinhentistas, nomeadamente as madeiras e as pedras por se tratar de elementos construtivos importantes, visíveis no ripado do tabique e o enchimento da mesma.

As cores escolhidas para o meu painel foram as cores terra pois são elas que me vão dar a paleta de cores para o meu projeto. As paredes de pedra e o granito existente nos peitoris, ombreiras, lintéis, namoradeiras entre outros exemplos, as variadas tonalidades de castanhos para as madeiras existentes no soalho, vigas, vigotas, asnas e respetivo mobiliário. Alguns apontamentos de cor vão ser utilizados no projeto para dar algum destaque a uma peça ou pormenor, mas a base será sempre o branco para tornar o espaço maior e muitas cores terra.

O painel está dividido em três partes distintas, onde a primeira diz respeito a remodelações feitas pelo Gabinete como em outros pontos do mundo. Estas imagens são uma janela aberta do que poderei vir a fazer, tirando algumas ideias do que o Gabinete já fez ou o que é praticando em outros pontos do mundo.

A segunda parte do painel diz respeito a pontos essenciais para o meu projeto, isto é, o ripado do teto que quero manter, tendo que substituir as madeiras por já estarem num estado de degradação avançado. Os pormenores existentes na casa, nomeadamente maçanetas de portas, paredes de tabique entre outros são elementos decorativos que darão um grande destaque ao meu projeto e que remeteram para a história da habitação. A Tulha e as Namoradeiras, elementos essenciais a manter no projeto, as ruas de Castelo Branco com as suas características específicas que nos levam a toda a zona histórica e nos fazem atravessar por todas as casas quinhentistas e por fim o castelo que é o ponto de chegada das ruas todas existentes pela zona histórica.

A última parte do meu painel diz respeito ao meu público-alvo, pessoas com mobilidade reduzida. Por serem sempre excluídos pela sociedade e por ser um projeto ambicioso, elaborar uma casa na zona histórica com medidas reduzidas e ainda adaptá-la para esta realidade. É um projeto ambicioso mas que dará "luta" e gosto projetar.

Estas imagens foram todas colocadas nas pedras pois na zona histórica com o passar dos anos a população aproveitou pedras da muralha para construir as suas próprias casas, quem sabe alguma das que se encontra nesta habitação não será oriunda da muralha.

No canto inferior direito encontra-se o nome do conceito do meu projeto: ORIGENS...

ORIGENS... nos elementos a manter na casa;

ORIGENS... nas tonalidades;

ORIGENS... nos materiais utilizados na reconstrução;

ORIGENS... na recuperação de elementos essenciais da história da casa;

ORIGENS... voltando a dar vida...

19.5. Legislação Aplicável

“ A promoção da acessibilidade constitui um elemento fundamental na qualidade de vida das pessoas, sendo um meio imprescindível para o exercício dos direitos que são conferidos a qualquer membro de uma sociedade democrática, contribuindo decisivamente para um maior reforço dos laços sociais, para uma maior participação cívica de todos aqueles que a integram e, conseqüentemente, para um crescente aprofundamento da solidariedade no estado social de direito.

São assim, devidas ao Estado ações cuja finalidade seja garantir e assegurar os direitos e assegurar os direitos das pessoas com necessidades especiais, ou seja, pessoas que se confrontam com barreiras ambientais, impeditivas de uma participação cívica ativa e integral, resultantes de fatores permanentes ou temporários, de deficiências de ordem intelectual, emocional, sensorial, física ou comunicacional.

Do conjunto das pessoas com necessidades especiais fazem parte pessoas com mobilidade condicionada, isto é, pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos.”³⁹

“Quando em algum momento da nossa vida experimentamos a diferença e vivenciamos a distância que nos separa do homem idealizado, jovem, saudável, de estatura média e com capacidades de utilização dos espaços e dos equipamentos, e aí, nesse momento, que as adversidades e as barreiras do meio em que vivemos se sentem mais fundo...

No entanto a cidade e os seus espaços não precisam de ser adversos, não é inevitável que aconteça. É possível desenhar e equipar sem barreiras e adequar a sua utilização para um número grande de pessoas com diferenças na sua mobilidade.

Promover a acessibilidade dos edifícios e dos espaços públicos com ganhos de funcionalidade, e garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos. Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos mas principalmente para as pessoas com deficiência, incapacidades e dificuldades na mobilidade.

Com a elaboração deste Guia, o SNRIPD pretende atribuir a importância devida ao cidadão com mobilidade reduzida, ao contribuir para a eliminação das barreiras arquitetónicas, criando no seu dia-a-dia maior mobilidade, maior segurança e conseqüentemente melhor qualidade de vida. Cabe agora aos responsáveis técnicos a aplicabilidade das normas técnicas, contribuindo assim para o avanço firme que garante a plena acessibilidade a todos os cidadãos, condição indispensável para o integral exercício dos seus direitos.”⁴⁰

Nota de apresentação

Luisa Portugal

Presidente do SNRIPD

³⁹ Regime da Acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais – decreto – Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto

⁴⁰ Guia de Acessibilidades e Mobilidade para todos. – Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto

19.6. Pontos de Interesse á volta da habitação

A habitação situa-se no “coração” do centro histórico Albicastrense, como referido anteriormente, tendo como ponto de referência o Museu do Cargaleiro ou a atual Praça de Camões.

Devido á sua localização histórica, existem vários pontos de interesse para quem visita a cidade pela primeira vez.

- **Museu do Cargaleiro** – Trata-se de um espaço cultural municipal, cujo objetivo central é a divulgação, estudo e conservação das peças que integram o acervo da Coleção de Arte da Fundação Manuel Cargaleiro. Constituído por dois edifícios contíguos – o Solar dos Cavaleiros, um palacete construído no séc. XVIII, e um edifício contemporâneo – o Museu Cargaleiro situa-se no coração da Zona Histórica da cidade, nas imediações da Praça de Camões, popularmente conhecida como Praça Velha;
- **Jardim do Paço Episcopal** – Este jardim revela-se como um dos mais originais exemplares do barroco em Portugal. Em especial no que respeita à estatuária: aos aspetos simbólicos e à disposição dos seus elementos em percursos temáticos. De forma retangular, é dominado por balcões e varandas com guardas de ferro e balaústres de cantaria. Dispõe de cinco lagos, com bordos trabalhados, nos quais estão montados jogos de água;
- **Igreja de São Miguel, Sé de Castelo Branco** – Originalmente de traçado medieval, foi construída e sofrendo alterações ao longo de vários séculos, sendo hoje maioritariamente visível os elementos da arquitetura barroca e rococó. A fachada principal é dominada por três portais no nível térreo (laterais com frontão triangular e central mais elevado com frontão curvo interrompido), duas janelas a ladear um nicho com uma estátua de São Miguel no nível intermédio, óculo circular no nível superior, e duas torres sineiras laterais. No interior, a nave longitudinal apresenta seis altares laterais em talha dourada. A igreja foi classificada pelo IPPAR como Imóvel de Interesse Público em 1978;
- **Miradouro de S.Gens e Castelo** - Inaugurado em 1941, a proporcionar uma bela vista panorâmica sobre a zona histórica da cidade. Situado perto do castelo, percorre-se uma longa subida para o alcançar, mas o esforço é recompensado pela bela paisagem que dali se avista. Os bancos de jardim e os muitos recantos à sombra convidam ao merecido descanso;
- **Docas** - Zona agradável para um passeio de família possui um espaço amplo sem obstáculos e sem viaturas motorizadas. Possui vários cafés com esplanadas, bares, pubs e um restaurante. Possui uma zona verde e um pequeno espelho de água e também algumas lojas. Trata-se de ponto de encontro preferencial para os albicastrenses, durante todo o dia e noite. Nas proximidades existem também a biblioteca municipal e o teatro municipal;

Existem muitos mais pontos de interesse nas redondezas da habitação, devido a sua boa localização, facilmente se chega e encontra sítios de interesse e precisão.

19.7. Esboços e Concepções de Percurso

Após a fase da pesquisa terminada iniciaram-se os primeiros esboços para resolver o primeiro problema: a organização do espaço. É essencial que se faça uma correta distribuição tendo em conta as paredes estruturais e as que podem ser demolidas. Neste caso para além destes cuidados tinha de ter em conta as dimensões dos vãos e as normas de acessibilidade pois sendo uma habitação projetada para pessoas com mobilidade reduzida, todas as passagens e espaços tinham de seguir a legislação de acessibilidades e terem de entrar em concordância com as normas existentes de construção da zona histórica de Castelo Branco.

Nesta habitação, a ideia era demoler todas as paredes interiores que não eram estruturais, de forma que ficasse um espaço amplo para ser mais fácil a mobilidade da pessoa com mobilidade reduzida.

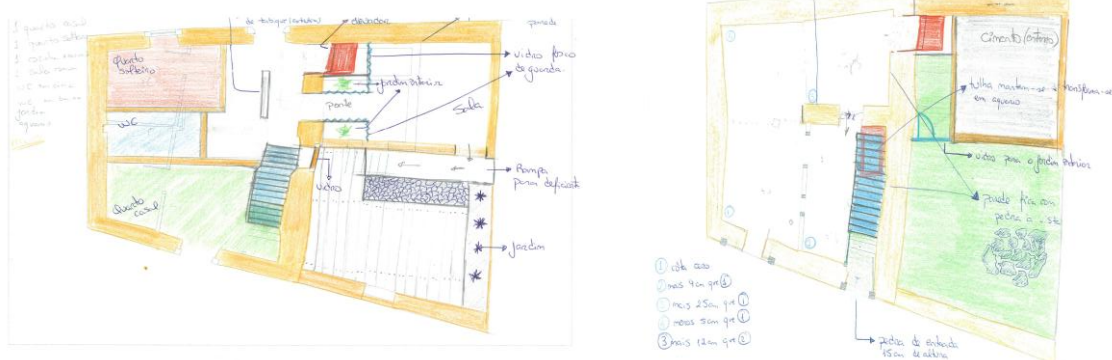


Figura 170 e 171 – Desenhos de estudo da distribuição do espaço

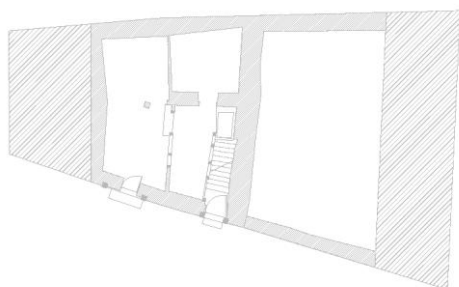


Figura 172 – Planta do piso O atual

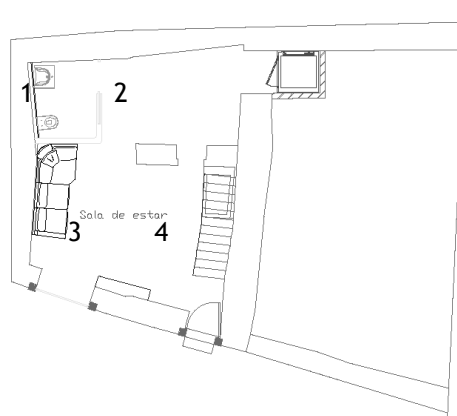


Figura 173 – Planta do piso O inicial

Desta forma no piso 0 ficaram definidas quatro zonas, nomeadamente: 1- casa de banho de serviço, 2- zona de estudo e de trabalho, 3- sala de estar e 4- escadas que dão acesso ao piso de cima. Para o desenvolvimento das áreas, foi necessário uma consulta constante dos desenhos técnicos para que tudo ficasse resolvido de uma forma coerente.

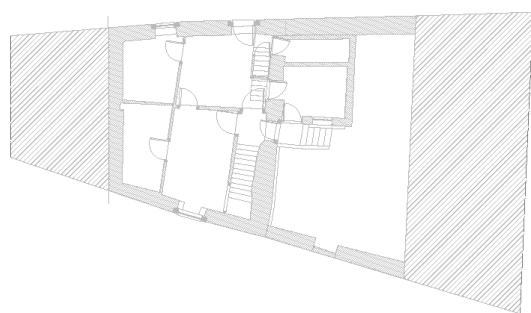


Figura 174 – Planta do piso 1 atual

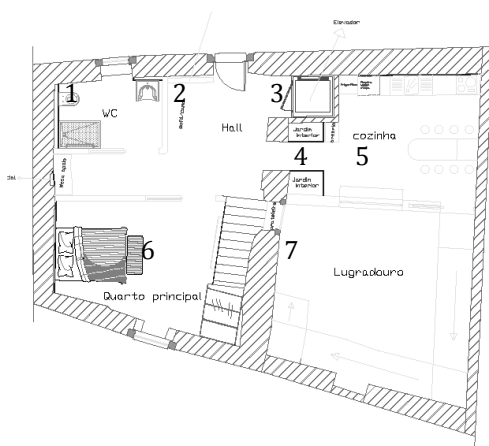


Figura 175 – Planta do piso 1 inicial

No piso 1 ficaram definidas sete zonas, nomeadamente: 1- casa de banho de serviço, 2- Hall de entrada, 3- Elevador que vem do piso 0 para o piso 1, 4- Jardim interior, 5- Cozinha, 6- Quarto principal e 7- Logradouro. Na zona 4 e 5 existia já uma construção ilegal de uma cozinha e casa de banho e o que fiz foi o aproveitamento dessa construção, prolonga-la até ao fim do terreno, para ter o maior aproveitamento desse canto e mantive o resto do espaço do logradouro para lazer.

Todo o espaço ia sendo reformulado e desenhos e mais desenhos iam sendo feitos para poder chegar a um resultado final. Foi um trabalho deveras difícil pois tendo dois regulamentos para cumprir e fazer com que ambos estivessem em concordância um com o outro era complicado. Este processo demorou alguns dias pois no Gabinete onde estagiei este projeto não avançava, pois não concordavam com o facto de querer projetar uma casa na zona histórica para pessoas de mobilidade reduzida, ao contrário do meu orientador e coorientador estes apoiaram-me sempre para que esta ideia resultasse e conseguisse chegar a um resultado coerente e funcional para os utilizadores.

Ceguei a um resultado final, onde as quatro zonas do piso 0 se mantiveram da mesma forma, menos a disposição do equipamento que ficou de uma forma mais harmoniosa. Em relação ao piso 1 houve uma mudança maior em semelhança ao que estava projetado anteriormente, pois existiam

muitas barreiras e a pessoa de cadeira de rodas tinha dificuldades em se movimentar dentro de casa. Desta forma o resultado final obtido é o seguinte:

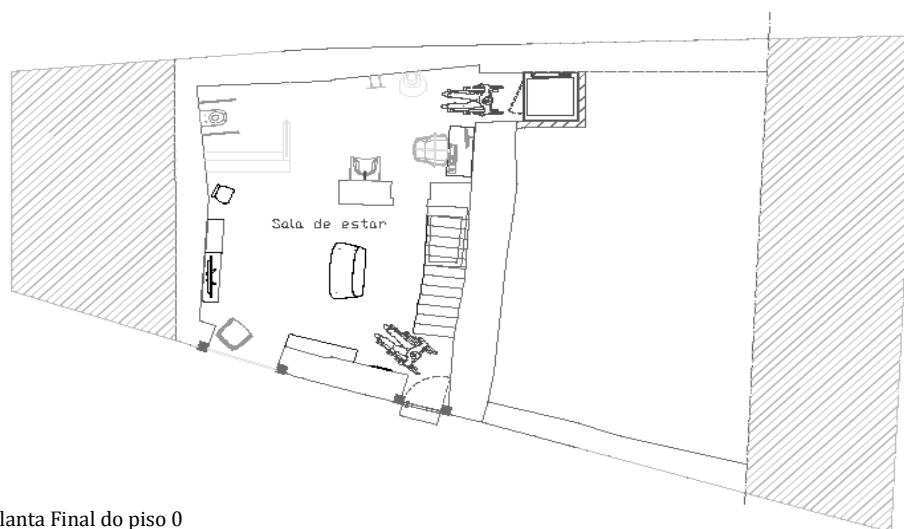


Figura 176 – Planta Final do piso 0

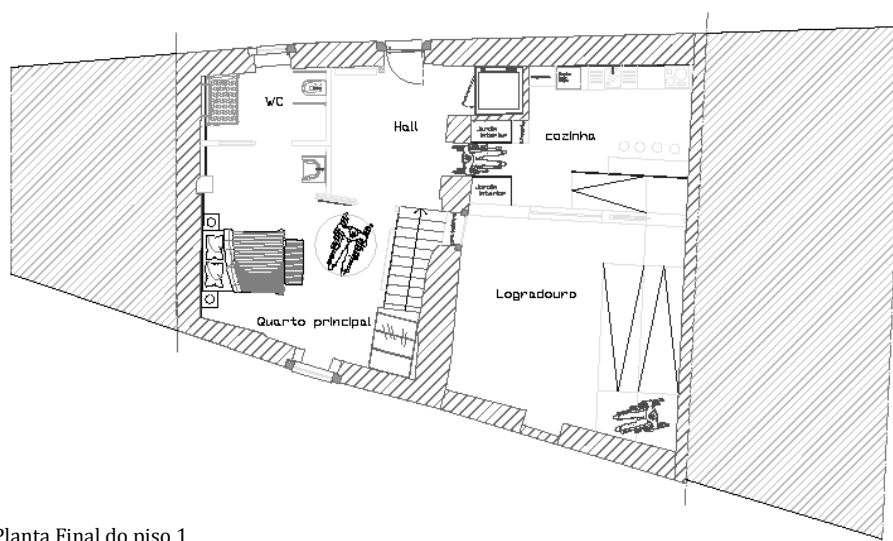


Figura 177 – Planta Final do piso 1

Nesta fase do projeto era necessário ter em atenção a parte técnica, pois ao distribuir as áreas pelo espaço existente tinha-se de ter em conta onde iam passar as tubagens, saídas de águas pluviais, cabos de eletricidade entre outros. As primeiras áreas definidas foram a cozinha e as casas de banho, pois são os locais onde existem mais tubagens e cabelagens. A partir desta distribuição foram definidas as outras áreas pela casa e tentou-se organizar o espaço aproveitando ao máximo todos os recantos existentes, deixando sempre o local o mais amplo possível para as pessoas com mobilidade reduzida.

A casa está devoluta, com paredes tortas e com muitas irregularidades. Por opção mantive tudo irregular, assumindo paredes tortas, com pequenos recantos e só assim aproveitei ao máximo o potencial que a casa tem. No primeiro andar retirei o sótão e ficou uma divisão muito mais ampla tornando o vigamento do telhado visível.

19.8. Explicação das opções tomadas no interior

Como já referenciado anteriormente o tema do meu projeto são as ORIGENS, isto é, a ideia é pegar em elementos históricos de Castelo Branco e da casa, recriá-los e transpô-los para uma realidade atual. Como tal a utilização de dois materiais muito presentes nas habitações Albicastrenses era essencial, nomeadamente a madeira e a pedra. Estes dois elementos estão presentes em todo o meu projeto de uma forma simples e mantendo a historicidade da habitação.

A casa encontrava-se muito devoluta, com paredes irregulares, ângulos diferentes do comum e o que fiz foi assumir esta realidade, deixando á vista o estado atual das paredes, fruto da vivencia e história da habitação, como tal foi necessário fazer uma limpeza aprofundada as paredes, lintéis e ombreiras, pois com o passar dos anos, os utilizadores da habitação foram danificando a história da casa, rebocando algumas paredes com muita essência e escondendo lintéis e pormenores que achei por bem estarem a vista.

Foi-me pedido por parte do Gabinete manter alguns elementos existentes na casa e que fazem parte integrante da história da mesma e da própria cidade de Castelo Branco. Foram estes, a tulha existente no piso zero e as namoradeiras existentes no primeiro andar. Estes dois elementos foram essenciais para o meu projeto, pois para além de serem “ícones” das casas de Castelo Branco, trouxeram uma beleza natural e histórica á minha habitação.

Como já referenciado, mantive as paredes em pedra a vista, e utilizei vidro para paredes interiores, assumindo toda a canalização que ficava visível por traz do vidro. Isto facilitava algumas zonas a nível de limpeza que é o caso das casas de banho e cozinha. As atuais paredes interiores da casa são em tabique e na minha proposta final demoli-as todas, visto ser um projeto para pessoas com mobilidade reduzida, não poderia conter obstáculos para os mesmos. O que fiz foi uma reinterpretação de uma parede de tabique que falarei mais a frente. Em relação ao sótão existente na casa também o retirei, visto que não fazia qualquer sentido se manter, devido á tipologia de casa definido. Isto fez com que a casa se tornasse maior e que fosse visível toda a estrutura do telhado, nomeadamente os vigamentos, asnas e vigotas. No meu projeto mantive o soalho em madeira, tal como as vigas e vigotas, quis manter a tipologia existente na habitação.

Em relação ao piso do rés-do-chão, este sendo atualmente em cimento, tornava o espaço frio e impessoal, decidi utilizar o material do tipo viroc para revestir todo o chão, criando uma uniformidade do piso. Sendo um material não tóxico, bom isolante acústico e térmico, resistente a cargas, hidrófugo e fácil de instalação, foi uma mais-valia para o meu projeto.

A escadaria existente foi mantida no mesmo sítio, a única coisa que alterei foi o início dela, pois entrando uma cadeira de rodas na porta de entrada, necessitava de espaço para passar para o interior da casa.

19.8.1. Piso do rés-do-chão

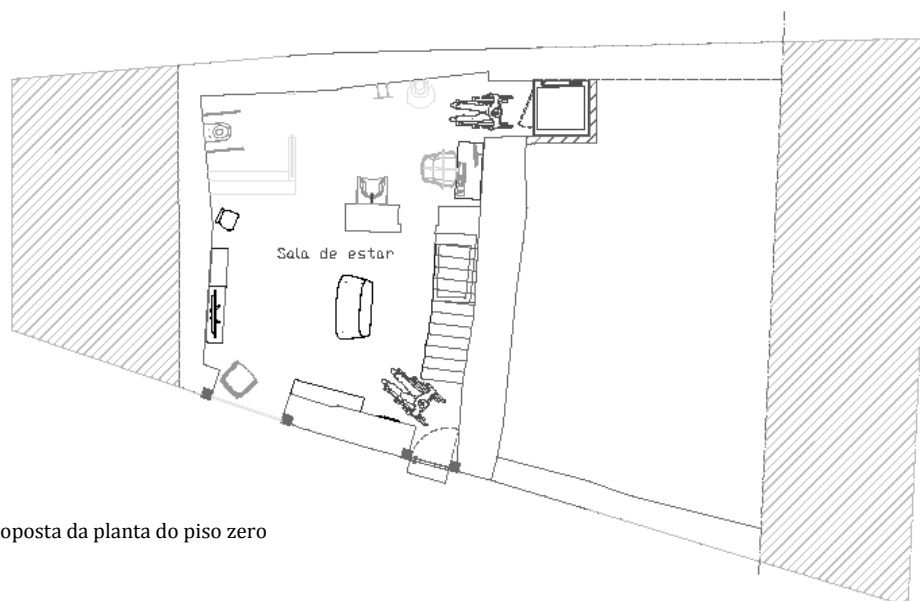


Figura 178 – Proposta da planta do piso zero

No piso zero da habitação existiam duas portas na fachada, a do lado direito que dava acesso aos dois pisos da casa e a do lado esquerda ao piso zero. Esta porta em tempos terá sido adulterada, pois diminuíram o vão, colocando cimento á volta da porta existente. O que fiz foi retirar todo o cimento colocado e abrir o vão tal como estava na sua origem, transformando este numa janela de portas de correr para que este piso tivesse o máximo de luz natural possível. A porta da direita manteve-se como a porta de entrada para o piso de cota mais baixa.

Ao entrar na habitação logo a nossa frente encontramos uma escadaria de madeira com suportes em aço corten que nos encaminha para o andar de cima. Todo o teto deste andar é constituído pelo soalho do piso 1, por vigotas e vigas em madeira. Estas estão cravadas nas paredes estruturais da casa em pedra para garantir a estabilidade do mesmo. (figura 179)

Olhando para o lado esquerdo ao entrar, encontramos uma sala de estar com móvel para a televisão, estante para livros, um sofá sem braços para facilitar a vida as pessoas com mobilidade reduzida, o chão feito em material do tipo viroc cortado em ripas, para haver uma ligação harmoniosa com o ripado do soalho do piso de cima. O material do tipo viroc foi o material escolhido para este piso por ser um material resistente, de fácil colocação, um bom isolante acústico e térmico, resistente a insetos e não tóxico (Figura 180)

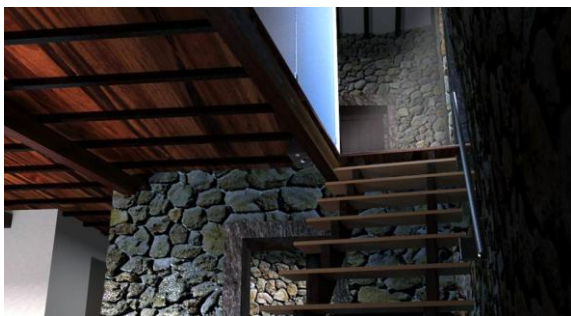


Figura 179 – imagem da entrada do piso zero



Figura 180 – imagem da sala de estar no piso zero

Nesta mesma sala recriei um pequeno espaço de leitura ou mesmo para apanhar sol, que fica na janela projetada onde antes era uma porta adulterada. Aproveitou-se toda a sua largura e transformou-se numa janela com portas de correr. Esta é uma mais-valia para este piso pois deixa entrar muita luz natural (figura 181)



Figura 181 – imagem da janela da sala

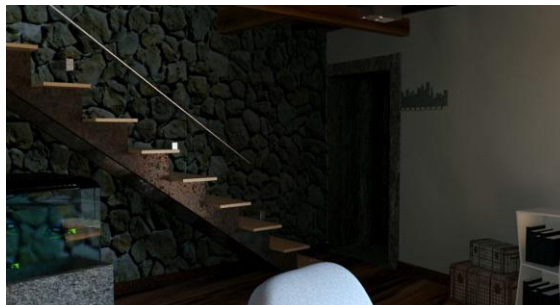


Figura 182 – imagem da porta de entrada do piso zero

Na imagem 182 dá para ver a porta de entrada do piso zero, a escadaria que dá acesso ao piso um, e por baixo deste encontra-se a tulla, elemento a reter neste projeto. Transformei-a num aquário, tendo feito uma caixa de vidro á medida da tulla e inserindo-a dentro da mesma. Por cima coloquei iluminação para o aquário, inserido na tampa do mesmo. O aquário inicialmente era para ter ficado sem tampa, mas como poderia cair algo na agua ao subir as escadas, decidi tapá-lo,



Figura 183 – imagem da zona de trabalho do piso zero

No piso zero existia uma parede estrutural que não podia ser demolida, esta contém um vão a meio que o aproveitei como passagem, não para a pessoa com mobilidade reduzida por não ter as medidas necessárias para a sua passagem, mas outra pessoa poderá lá passar. A pessoa com mobilidade reduzida basta dar a volta e consegue chegar ao mesmo espaço.

Esta zona foi criada para trabalhar contendo para isso uma secretária com computador e respetiva cadeira de trabalho e contém também uma lareira vertical que para além de aquecer os habitantes da casa, ajudará a eliminar as humidades da casa, visto que este piso encontra-se abaixo da cota da estrada do andar de cima. Por baixo da lareira coloquei uma placa de aço corten, enquadrando-a com a métrica das paredes e com as ripas de material do tipo viroc existentes no chão. Ao fundo existe um elevador interno, que conduz a pessoa com mobilidade reduzida para o primeiro andar da casa. Este rasgo na parede foi feito com a autorização do arquiteto responsável pelo Gabinete, pois era impossível a colocação de outro elevador para se ter aceso ao piso de cima e vice versa, e não fazia sentido ter de sair de casa e dar a volta á mesma para se deslocar á porta de entrada do piso um para poder entrar em casa no piso superior.

Neste mesmo piso existe uma casa de banho de serviço e um lavatório colocado na parede estrutural da habitação

19.8.2. Piso um

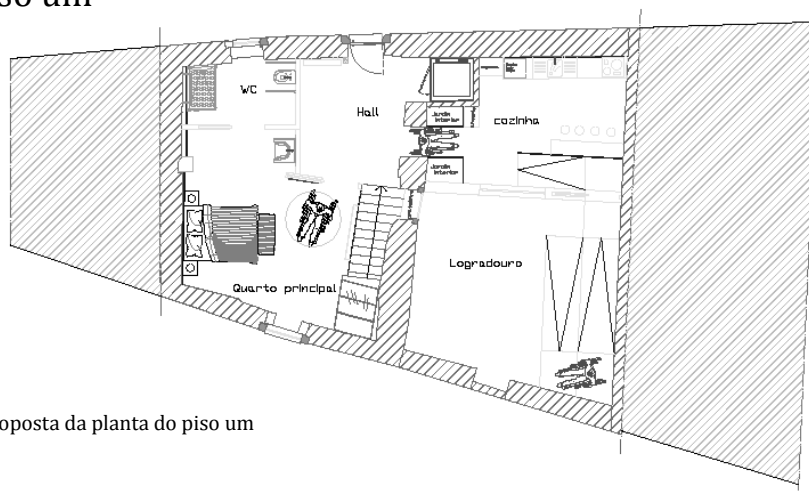


Figura 184 – Proposta da planta do piso um

O piso um caracteriza-se por ser o mais íntimo para os utilizadores. É aqui que se encontra o quarto do casal, a casa de banho privada, a cozinha e o jardim.

Tal como no piso zero, a madeira e a pedra são os materiais utilizados que permitem uma boa reflexão da luz para o espaço. Neste andar existe um hall de entrada que nos dá posteriormente uma ligação com todas as áreas existentes neste andar.

Como as paredes interiores desta habitação eram feitas em tabique fiz uma reinterpretação de uma parede de tabique utilizando-a como elemento decorativo. É uma estrutura feita em madeira e aparafusado a parede com uns perfis metálicos e dependendo da ocasião, os moradores da casa poderão colocar no interior da parede elementos decorativos ou então deixam ficar vazio vendo-se as pedras da parede (figura 185). Ao lado deste elemento decorativo existe uma parede de pladur que divide o hall de entrada com a casa de banho privada, nesta parede coloquei uns azulejos contemporâneos criados pelo Afonso Gil e que remetem para a nossa história, contendo elementos tipicamente portugueses criando um padrão multicolorido (figura 187). Todo o piso deste andar é em soalho, imitando o que anteriormente aqui se encontrava.

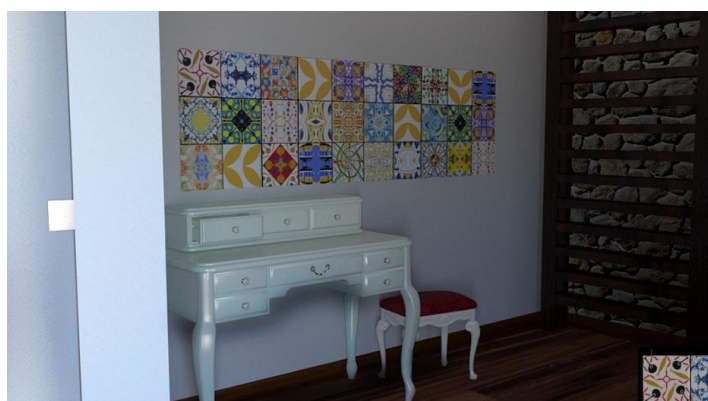


Figura 185 – Imagem do hall de entrada do piso 1



Figura 186 – puxadores em porcelana



Figura 187 – Azulejos contemporâneos do Afonso Gil

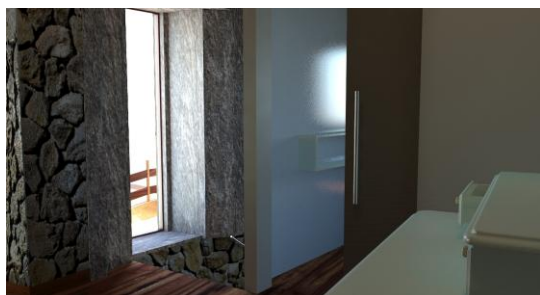


Figura 188 – Imagem da hall com vista para o logradouro

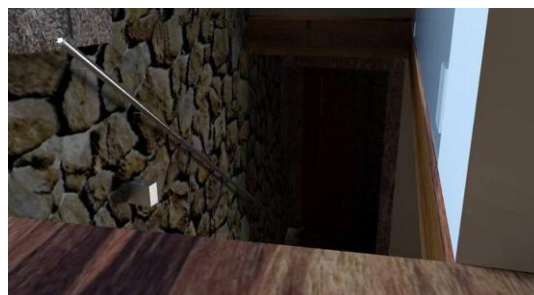
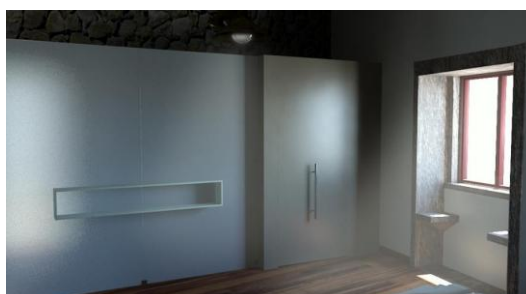
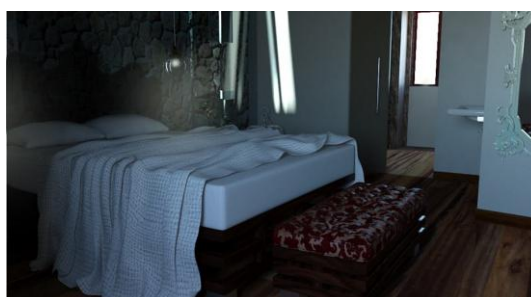
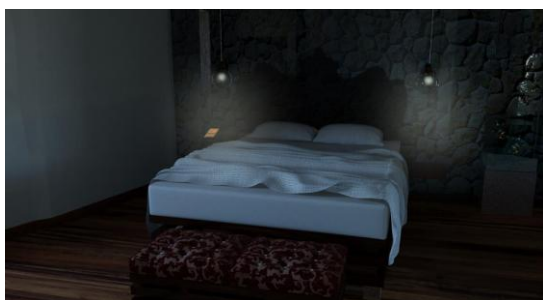


Figura 189 – Imagem da hall com vista para o rés-do-chão

As tonalidades das paredes são iguais na casa toda, as paredes de pedra com a sua cor natural e todas as restantes são da cor tipo “Grão de Areia E157” da CIN. As portas são de correr para facilitar a locomoção das pessoas com mobilidade reduzida, tem puxadores tubulares na vertical para facilitar a abertura e existem variados pormenores em inox escovado, que é o caso do corrimão (figura 189), puxadores das portas (figura 188) luminárias e outros elementos.

O vão envidraçado que se encontra na figura 188, anteriormente era a porta que dava acesso para o logradouro, transformando este em janela, permitiu que houvesse mais luz nesta nova habitação. O granito existente nas ombreiras e lintéis foi mantido, teve de sofrer uma limpeza profunda pois com o passar dos anos os moradores foram cobrindo os mesmos com argamassas, tapando toda a história da habitação quinhentista.



Figuras 190,191,192, e 193 – Imagens do quarto existente no piso 1

O Quarto existente no piso de cima ocupa a área dos três quartos existentes anteriormente, isto acontece pois sendo um casal em que um deles tem mobilidade reduzida, precisava de ter espaço para se movimentar a vontade dentro de casa, daí a opção de ter menos paredes possíveis. A parede de fundo da cama é de pedra e é coberto por um vidro transparente, dando para ver toda a pedra através do mesmo. Nas costas da cama foi feito um vinil com a imitação de uma testeira duma cama vintage e colado diretamente sobre o vidro. A cama foi criada por mim, fazendo mais uma vez uma reinterpretação das paredes de tabique. Toda a estrutura é feita em madeira e os apoios são em inox escovado. As mesas-de-cabeceira estão integradas na cama e para completar o conjunto, existe um banquinho colocado a frente da cama que segue os mesmos moldes de materiais que a cama. A única diferença é que este banco contém duas almofadas com um tecido trabalhado aveludado. A iluminação das mesas-de-cabeceira são uns candeeiros vindo diretamente das asnas projetando luz sobre essa zona.

Como a parede de origem era irregular, existia uma reentrância em toda altura, aproveitei este pormenor, fazendo um fosso de luz diretamente da cobertura, utilizando para isso uma velux. Este fosso de luz para além de dar um ar cénico ao quarto com uma luz pontual, vai iluminar um pequeno aquário posto por baixo deste fosso de luz em cima de um pequeno móvel de apoio.

Do lado direito da cama existe uma casa de banho com louça sanitária da Sanindusa, direcionada para pessoas com mobilidade reduzida, esta casa de banho teve de ser fechada com paredes de pladur, para evitar que os cheiros invadissem o quarto. Aqui também existem paredes de vidro, que facilita a nível de limpeza e transmitem um ar industrial, pois toda a tubagem da água e cabelagem de eletricidade é visível a partir do vidro. Foi colocado ao lado da porta um espelho vintage com uma inclinação para que a pessoa de cadeira de rodas pudesse se ver por completo.

Estando de costas para a cama existe uma parede do quarto envidraçada que divide o vão das escadas para o piso inferior e o piso 1. Este contém uma prateleira de apoio para o quarto, ao lado existe o armário que tem umas roldanas e que se puxa para fora. Quer isto dizer que é um armário com alguma profundidade, e ao puxar para fora a pessoa com mobilidade reduzida consegue arrumar toda a sua roupa sem dificuldade. Neste quarto existem as namoradeiras (figura 193), estas sendo um elemento a manter na casa, dão-lhe um toque especial e remetem para a história quando se sentavam nelas a namorar. Estando sentado nestas namoradeiras consegue-se ter uma visão privilegiada da cidade de Castelo Branco



Figura 194– Imagem a partir do quarto de toda a estrutura do teto

Inicialmente na habitação existia um sótão, mas como a realidade projetada para esta casa era outra decidi retirar o sótão e fazer um open space. Desta forma consegue-se ver todo o vigamento e asnas da estrutura. As paredes do quarto têm dois metros e vinte de altura em que só a casa de banho é fechada mesmo até cima por causa de cheiros e privacidade. Desta forma consegue-se ter uma perceção de todo o espaço, e sendo uma casa para um casal não haverá problemas com privacidade.

Aquando da intervenção do programa da porta aberta, já explicada anteriormente, foram feitas duas aberturas na parede e construiu-se uma cozinha e casa de banho nessa nova construção. O que fiz neste projeto foi aproveitar esses mesmos vãos e um ficou para o elevador e o outro de passagem para a cozinha, como se pode verificar na figura 195.

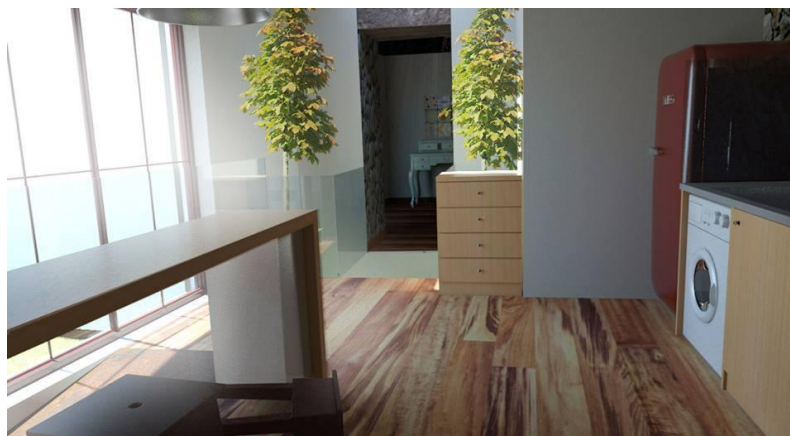


Figura 195– Imagem da cozinha, vendo o jardim interior

Neste espaço criei um jardim interior, aproveitando que o logradouro se encontra a uma cota mais baixa que esta construção, a passagem é feita por uma ponte em que foi colocado uma grade no chão, para se ter o máximo de proveito possível do jardim. No telhado foi colocado uma velux para dar mais luz ao jardim e a própria cozinha. O chão em material do tipo viroc e a mesa, armário de gavetas e portas da bancada em madeira. As guardas do jardim interior são em vidro, tal como a guarda existente atrás da mesa.

Entre a mesa e a janela, existe uma rampa que nos conduz ao logradouro.



Nesta perspetiva da cozinha pode-se ver a bancada de refeição que tem dois metros e meio de comprimento e que tem numa extremidade um espaço para arrumação. Por traz encontra-se uma guarda de vidro que separa a mesa e a rampa que conduz ao logradouro.

Figura 196 – Imagem da cozinha, vendo o Logradouro

A janela com uma vista fantástica sobre o logradouro e a cidade de Castelo Branco. Tanto as janelas como as portas exteriores da casa são em madeira, e pintadas na cor S 5040 – Y90 R, segundo as cores existentes no Guia Regulamentar de Intervenção no Património Municipal de Castelo Branco, existente nos anexos. Os bancos criados para esta cozinha também são em madeira e a cor deles é a mesma das caixilharias. Decidi deixar um banco caído na cozinha, como sinal de brincadeira, pois dá a sensação de uso da mesma.



Todo o equipamento da cozinha foi pensado para pessoas com mobilidade reduzida. As bancadas tinham de ser abertas em baixo, para facilitar o encaixe da cadeira de rodas, o forno, micro-ondas tinha de ser colocado a uma altura mais baixa e o espaço entre os móveis tinha de ser superior para que o sujeito pudesse girar com a cadeira de rodas.

Figura 197 – Imagem da cozinha, vendo toda a área de confecção

A parede atrás da bancada de trabalho também é de pedra, decidi por isso colocar vidro com 60 cm de altura a toda a volta, incluindo do lado do frigorífico, isto facilitava a limpeza e não salpicava a parede com gorduras e água. Por cima deste vidro encontram-se três spot lights, postos na parede para facilitar a visibilidade quando se estiver a trabalhar na bancada.

Tanto a bancada como as luminárias são em inox, condizendo com o resto do equipamento da casa.

19.8.3. Logradouro



Figuras 198 e 199 – Imagens do logradouro

O Logradouro é o espaço existente na parte exterior da casa. Aqui projetei a rampa para a pessoa com cadeira de rodas onde a inclinação está de acordo com os 6% previstos na lei. Sendo este um espaço muito reduzido e tendo ocupado uma parte com a rampa decidi deixar o restante espaço com relva e um pequeno passeio junto a casa. Do lado esquerdo da casa, está uma porta de vidro que dá acesso ao jardim interior. Tive de colocar uma porta pois se assim não fosse toda a sujidade e o frio entravam diretamente para a cozinha. É a partir desta porta que se faz a manutenção do jardim interior.

“ Se entendermos que o produto atende a sua função de uso e sua estética, podemos entender que possam existir produtos onde a sua função seja simplesmente á de nos dar prazer”

Guillermo, 2002:32

20. Conclusão

De facto cada vez mais, nós Designers de Interiores e Equipamento somos chamados para executar os mais diferentes trabalhos, mas nem sempre os cuidados a ter perante os diferentes espaços é tido em conta. O futuro designer, gosta da individualidade e demonstra uma atitude altruísta, em que só o seu projeto está correto e que contém as melhores soluções, mas de facto ao chegar ao mundo do trabalho, denotam-se algumas mudanças, pois um bom projeto de design efetua-se quando o trabalho é executado por várias pessoas de áreas distintas, isto é, além do design de interiores abranger várias áreas de estudo, os designers não são sabedores de toda a matéria que envolve um projeto, daí fazer sentido existirem vários profissionais de áreas distintas, para darem o seu parecer sobre a matéria de estudo, parecer este pessoal e profissional. Só assim, depois de todas as ideias dadas e discutidas, parte-se para o trabalho em questão, tendo de antemão todas as questões gerais levantadas e resolvidas.

Neste caso no espaço reabilitado, onde as dimensões dos compartimentos são extremamente pequenos e onde a olhos nus não é possível sequer intervir naquele espaço o designer tem de recorrer a leis e normas, impostas, para poder implementar um projeto viável de ser aprovado. Outro passo a ter em conta são as acessibilidades, isto é, o distanciamento em corredores e zonas de passagem, para pessoas com mobilidade reduzida, a existência de rampas para as mesmas se poderem deslocar dentro do imóvel, a altura dos equipamentos e outros acessórios que poderão ser uma arma para alguém nestas condições.

O design tem de ter uma preocupação de se adaptar aos diferentes espaços e utilizadores e nunca o contrário, daí existirem cada vez mais designers inquietados com estes casos mencionados e com preocupações ambientais.

Ao escolher um projeto de reabilitação para trabalhar, é crucial fazer-se um estudo prévio de outras realidades com a mesma tipologia. Desta forma, é possível analisar a disposição e zonamentos dos mesmos e como foi a sua evolução ao longo do tempo. Também através desta pesquisa, incluindo a recolha de informação de várias áreas, nomeadamente legislações, tipologias semelhantes, e aliando à conversa com o cliente, podem começar a surgir alguns conceitos e ideias para o espaço a desenvolver.

Procura-se obter um espaço criteriosamente dividido e que permita a aplicação das várias funções existentes na área, através de equipamentos, pavimento e tetos que se relacionem entre si.

Por vezes enquanto aluno, não se tem a experiência suficiente para projetar tudo da melhor forma, pois na realidade algumas coisas não são exequíveis, mas o tempo leva à perfeição. Os espaços por vezes são aparentemente fáceis de resolver, enquanto designers, mas depois começando a ter noção do que se pretende, e o que a lei obriga, as coisas tornam-se mais complexas e aí começam os problemas. Nestes casos cabe ao designer a função por vezes complexa de fazer ver ao seu cliente de que a solução que pretende não é a mais viável e que não vai resultar, e logo de seguida apresentar-lhe uma que o convença e que ate melhore a ideia que este tinha inicialmente.

Tal como o médico que está no seu posto de trabalho e lhe aparecem doentes com as mais variadas doenças e este tem a obrigação de encontrar uma cura, o designer tem um papel semelhante ou ate igual ao médico, pois aparecem projetos de variadas áreas e com diferentes abordagens, e este tem de ter a capacidade de solucionar esse mesmo projeto, é quase como uma cura para um problema existente num espaço, daí se dizer que o design é uma ciência muito complexa e completa, pois quem trabalha com ele tem de ter noções base em variadíssimas áreas para poder apresentar a tal “cura” ao problema apresentado.

O projeto desenvolvido permitiu o conhecimento de diversas etapas e componentes que no meio escolar não é perceptível. Fases importantes como: o levantamento e medição do espaço, reconhecimento da habitação, acompanhamento de obras, contato e reconhecimento de materiais, orçamentação, pormenores técnicos, matéria-prima, entre outros.

A pesquisa teórica e prática de campo foram etapas muito importantes por se tratar de uma tipologia de intervenção diferente, permitindo diferentes perceções.

A pesquisa e aprendizagem sobre a legislação existente e aplicável naquele tipo de projeto e zona, foi um ponto de partida elementar, bem como, a componente histórica presente em todo o percurso, sendo o seu reconhecimento enriquecedor não só a nível cultural, mas também, técnico e contextualizado.

Para além destes componentes de projeto, a experiência no mundo do trabalho, o contacto com projetos reais, a colaboração em equipa com prazos estipulados, entre outros, ditaram uma experiência num tipo de trabalhos que enriquece o conhecimento profissional.

Apesar de ser um projeto complexo tendo em conta os elementos finais a entregar com a exigência já estipulada, este tipo de projeto habitacional foi de dimensões diminutas tendo em conta a duração do estágio, sendo um projeto direcionado para pessoas com mobilidade reduzida; podendo ter sido ajustados prazos e mais acompanhamento permitindo assim maior complexidade e possivelmente outros projetos exigindo mais trabalho e treino. Contudo, os objetivos estabelecidos foram cumpridos de forma enriquecedora conforme era previsto, tendo em conta tipologia de estágio e a área em que se insere.

Tratou-se de um suplemento de um conhecimento e aprendizagem histórico-técnica que positivamente se enquadra e complementa ao Design de interiores.

Em suma, o património tem que ser protegido. Cabe às pessoas impedir a sua degradação e ruína e cuidar daquilo que ainda existe nos centros históricos e restantes espaços. Apesar da vida atual impor outras exigências funcionais e estéticas como foi verificado ao longo desta investigação, isso também pode ser conseguido nos edifícios antigos, como foi comprovado no projeto da habitação aqui apresentado.

A recuperação de um edifício requer muita paciência, moderação, vontade e trabalho. Enquanto portugueses e profissionais, é um compromisso que se tem com o nosso País, contribuindo assim para conservação de recursos que constituem a nossa herança construída.

“O Restauro constitui o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com vistas a sua transmissão ao futuro”

Cesane Brandi

21. Bibliografia

- AGUIAR, José. - **Cor e cidade histórica (estudos cromáticos e conservação do Património)**. Faup publicações, (1999)
- ALMEIDA, Álvaro Duarte; BELO, Duarte. - *Património – Guia/Inventário. Volume V – Castelo Branco*. 1ª Edição. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Setembro 2007.
- ALMEIDA, Álvaro Duarte; BELO, Duarte; SOARES, Júlia Mateus. - **Portugal – Atlas do Património**. 1ª Edição. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Setembro 2008.
- APPLETON, João. **Reabilitação de edifícios e sustentabilidade**. Évora: VI ENEEC 2010 da Universidade de Évora, (Abril 2010).
- AZEVEDO, Leonel. **Foral Manuelino de Castelo Branco**. Castelo Branco: Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, (Junho de 2010).
- AZEVEDO, Leonel; SILVEIRA, António; OLIVEIRA, Pedro Quintela. - **O Programa Polis em Castelo Branco**. 1ª Edição. Edição Sociedade Polis de Castelo Branco, (Dezembro de 2003)
- BELO, Duarte. - **Portugal – Olhares sobre o Património**. 1ª Edição. Rio de Mouro: Printer Portuguesa, Julho 2008.
- CALADO, J.H. - **Dicionário de termos de Arte e Arquitetura**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, Março 2005.
- *PORTUGAL*. – Direção Geral dos edifícios e Monumentos Nacionais. - **Caminhos do Património, 1929-1999**. 1ª Edição. Lisboa: Livros Horizonte
- CANZINHA, João Carlos Gonçalves. - **Reabilitação de edifícios, metodologia de diagnóstico e intervenção**. Covilhã: Fundação nova Europa UBI, (2009).
- CORREIRA, Miguel Brito; LOPES, Flávio. - **Património arquitetónico e arqueológico – Cartas, recomendações e convenções internacionais**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- CRUZ, Pedro Casto; MOURA, Ana Luísa; MOURA. - **Carlos Casa Quinhentista de Castelo Branco**. 1ª Edição. Castelo Branco: Edição Câmara Municipal de Castelo Branco, Machado (Março 2009).
- CUITO, Aurora. - **Pequeños espáacios domésticos**. 1ª Edição. Barcelona: Loft Publications, 2001.
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge. - **Património e Comunicação – políticas e práticas culturais**. 1ª Edição. Lisboa: Veja, (1997).

- GALHANO, Fernando; OLIVEIRA, Ernesto Veiga. - **Arquitetura Tradicional Portuguesa**. 4ª Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Fevereiro 2000
- LANZINHA, João Carlos Gonçalves. - **Reabilitação de Edifícios, Metodologia de diagnóstico e intervenção**. Covilhã: Nova Europa, 2009
- LEITE, Ana Cristina. - **Cidades e vilas de Portugal**. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, (1991).
- LOPES, Flávio; Miguel Brito Correia. - **Património arquitetónico e arqueológico (cartas, recomendações e convenções internacionais)**. Livros Horizonte, (2004). IFBN 9789724413077
- MACHADO, José Luís Pinto. - **Habitação Rural – Sugestões para a renovação ou construção – Métodos construtivos e elementos tradicionais**. 3ª Edição. Lisboa: Livraria popular Francisco Franco, Fevereiro 1987
- MENDES, Laurinda Gil. - **Marcas Judaicas no urbanismo e na arquitetura de Penamacor**. Arquivo Municipal. Câmara Municipal de Penamacor, 2011
- MARTINS, Manuela de Moraes. - **Castelo Branco Um Século na vida da cidade 1830-1990- Volume II**. Edição Câmara Municipal de Castelo Branco.
- MOURA, Maria Margarida. - **A inserção sócio profissional dos adultos desempregados de longa duração (estudo de avaliação do programa incentivos ao emprego/conservação do património cultural)**, 1ª parte, Novembro 1995.
- MUNARI, Bruno. - **Das coisas nascem coisas**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- NEUFERT, Ernest. - **Arte de projetar em Arquitetura**. Tradução da 21ª, edição Alemã. 5ª Edição. São Paulo: Gustavo Gili, 1976. ISBN 84-252-1691-5.
- NORMAN, Donald. - **The Design of Every Day Things**. New York, First Doubleday: Currency Edition, 1990
- **Regulamento Geral das Edificações Urbanas**. Porto: Porto Editora, Novembro 2009. IFBN 978-972-0-01309-5
- NUNES, António Pires; RIBEIRO, João Henriques. - **Castelo Branco e sua região - História de Arte Etnográfica**. Coimbra Epartur, Edições Portuguesas de Arte e turismo, 1980.
- SAMPAIO, Jorge Pereira. - **Casas com Tradição em Portugal**. 1ª Edição. Lisboa: ESTAR Editora, 1998
- SIMÕES, José Falcato; BISPO, Renato. - **Design Inclusivo – Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes**, Lisboa, Centro Português de Design, 2006
- TOMÉ, Miguel. - **Património e restauro em Portugal (1920-1995)**. Porto, 1ª Edição. FAUP Publicações, 2002
- **Experiências no ensino de Design Inclusivo em Portugal**, volume 1 e 2. Lisboa: Centro Português de Design, 2006, IFBN 978-972-9445-32-3

“ Não é a lei que vai proteger o portador de deficiência. É a consciência.”

Gonçalo Borges

22. Web grafia

- http://www.todosnos.unicamp.br/Diferencas/Artigos/design_inclusivo_html
- <http://www.arquitecturaacessivel.com/homepage/aduniversal.html>
- <http://www.acessibilidade.net/design/index.php>
- <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=94>
- <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=32&Cod=511>
- Blog Albi castelhano – Recolha de imagens e informação: www.albicastelhano.blogspot.pt
- Blog Castelo Branco Cidade – Recolha de imagens: www.castelobrancocidade.blogspot.pt
- Camara Municipal de Castelo Branco – Recolha de imagens e informação: www.cm.castelobranco.pt
- ICOMOS, Comité Científico Internacional para a Analise e Restauo de Estruturas do Património Arquitetónico – Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do património arquitetónico: www.icomos.fa.utl.pt/
- IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico: www.igespar.pt
- <http://www.cm-castelobranco.pt/pdf/ppormenor/regulamento.pdf>
- <http://www.cm-castelobranco.pt/pdf/ppormenor/relatório.pdf>
- <http://www.tracosdarq.pt/2009/07/interiores-reconstrucao-de-predio.html>
- <http://viveremorartribem.blogspot.com/2010/02/seu-espaco-para-trabalhar-e-estudar.html>
- <http://omundodasartessedadecoracao.blogspot.com/2011/06/decore-com-o-coracao.html>
- <http://vidrariamultiglass.com/>
- http://issuu.com/jularmadeiras/docs/jularapresenta_ogeral/106
- http://www.inovadomus.pt/fh/images/documentos/article/5/MANUAL_INOVADOM_US.pdf

“ Preservar um Património histórico não é apenas manter de pé um passado mumificado, é, antes de tudo, conservar a cidadania de um povo”

André Raboni

23. Definições

- **Identificação do Edifício**

Edifício de habitação, comércio, escritórios ou misto; número de pisos; existência de caves, sótãos e espaços de uso comum.

- **Local do edifício**

A localização permitiria aferir se se localiza numa via de grande tráfego ou não, o nível freático da zona, a orientação solar do edifício e o tipo de solos onde está assente.

- **Datas do edifício**

Possibilitariam a verificação da data de construção que já poderia dar indicações sobre o sistema construtivo e tipo de materiais utilizados, se o edifício já foi anteriormente intervencionado, as datas, o tipo e a amplitude das intervenções com identificação dos danos ocorridos e eventual reincidência.

- **Caracterização construtiva**

Descrição dos materiais e sistema construtivo. Identificação da introdução de novos materiais, respetiva localização e objetivos. Em anexo deviam existir levantamentos ou os projetos de arquitetura e especialidades (desenhos e memórias descritivas).

- **Caracterização funcional**

Identificação das funções do edifício presentes e do passado.

BENS CULTURAIS - Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o património cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais.

Para efeito desta recomendação, são considerados bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância para o património cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos

etnológicos, os espécimens-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais. ⁴¹

- **Defeito**

Não cumprimento de um requisito pretendido ou expectável, incluindo em termos de segurança. ⁴²

- **Deformação**

Alteração na forma do material ou elemento devido à aplicação ou indução de uma força. ⁴³

- **Diagnóstico**

Procedimento que determina a natureza de um defeito através da análise dos seus sintomas. ⁴⁴

- **Durabilidade**

Capacidade de um edifício ou parte deste para desempenhar as funções exigidas por um período de tempo sob influência de agentes externos ou internos ou mecanismos de deterioração e decadência. ⁴⁵

- **Elasticidade**

Propriedade de um material que lhe permite retornar à sua forma original e estado assim que a tensão que produziu a deformação for retirada. ⁴⁶

- **Identidade**

É entendida como a referência comum de valores atuais, emanados de uma comunidade, e os valores do passado identificados na autenticidade do monumento. ⁴⁷

⁴¹ «in Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura 13 Sessão - 19 de Novembro de 1964 - RECOMENDAÇÃO SOBRE MEDIDAS DESTINADAS A PROIBIR E IMPEDIR A EXPORTAÇÃO, A IMPORTAÇÃO E A TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE ILÍCITAS DE BENS CULTURAIS.»

⁴² - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

⁴³ - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

⁴⁴ - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

⁴⁵ - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

⁴⁶ - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

⁴⁷ - « in CARTA DE CRACÓVIA 2000 – Anexo – Definições»

- **Identidade cultural**

Princípio de afirmação, de criação e de livre determinação, através da qual cada povo exprime a continuidade entre o seu passado, o seu presente e o seu futuro, ao mesmo tempo que se constitui em medida de poder contribuir para enriquecer e fecundar o património comum da Humanidade.⁴⁸

- **Patologia**

A referência deve ser feita englobando dados de identificação, investigação e diagnóstico dos defeitos/danos. Inclui o prognóstico dos danos e recomendações no que concerne à intervenção a implementar no edifício, definição do seu futuro e definição dos meios disponíveis e a utilizar. A sua caracterização inclui desenho, especificação, implementação e supervisão de programas apropriados de trabalhos, com monitorização e avaliação em termos funcionais, técnicos e económicos do seu comportamento em uso.⁴⁹

⁴⁸ - Definição do antigo Diretor Geral da UNESCO – Sr. Amadou – Mahtar M´Bow

⁴⁹ - In Building maintenance and preservation: a guide for design and management, Mills, Edward, 1996

“O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra...”

Aristóteles

24. Anexos

- Anexo 1 – Declaração do Gabinete de Reabilitação da Zona histórica e da Devesa de Castelo Branco;
- Anexo 2 – Carta de Veneza sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios;
- Anexo 3 – Carta de Cracóvia (Polónia), 26 de Outubro de 2000;
- Anexo 4 – Glossário de Termos de Património (compilação de conceitos e definições);
- Anexo 5 – Portaria nº 243/84 de 17 de Abril do Rgeu;
- Anexo 6 – Artigo Publicado no Jornal Reconquista sobre as intervenções por parte da Camara Municipal na zona histórica de Castelo Branco;
- Anexo 7 – Breve História da teoria da conservação e do restauro;
- Anexo 8 – Resolução da Assembleia da Republica n.º 5/91
Convenção para a salvaguarda do património Arquitetónico da Europa;
- Anexo 9 – Plano de pormenor da zona histórica e da devesa – PPZHD/CB
Regulamento do plano de pormenor;
- Anexo 10 – Construções em Tabique na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Anexo 11 – Guia Regulamentar de Intervenção no Património Municipal de Castelo Branco;
- Anexo 12 – Esboços do meu projeto final;
- Anexo 13 – Esboços do trabalho do Levantamento das muralhas;
- Anexo 14 – Esboços do trabalho do mapa turístico da zona quinhentista;
- Anexo 15 – Pormenorização tipo;
- Anexo 16 – Guia de Acessibilidade e Mobilidade para todos;
- Anexo 17 – Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais;
- Anexo 18 – Decreto-lei nº 123/97 de 22 de Maio;
- Anexo 19 – Desenhos Técnicos do existente;
- Anexo 20 – Desenhos técnicos finais do meu projeto;
- Anexo 21 – Pannel de Conceito;
- Anexo 22 – Imagens 3D do projeto;
- Anexo 23 – Folder;
- Anexo 24 – Produtos da Sanindusa da série WCcare;
- Anexo 25 – catálogo da Domestica rift (plataformas elevatórias);
- Anexo 26 – catálogo de viroc by Investwood;

- Anexo 27 – Catálogo viroc Portugal (industrias de madeira e cimento S.A);
- Anexo 28 – Viroc soluções contemporâneas (catálogo 2009);
- Anexo 29 – A luz certa em sua casa – Ministério da economia e da inovação;
- Anexo 30 – Manet – Single- point fixings for internal applications;
- Anexo 31 – Isolamento Térmico de fachadas pelo exterior – ETICS;
- Anexo 32 – Fixa Técnica (isolamento térmico de fachadas pelo exterior);
- Anexo 33 – Velux – Crie espaço para viver;
- Anexo 34 – Jular madeiras – Paineis Sandwich em Madeira;
- Anexo 35 – Sistema Pladur, gama de produtos – Pladur uralita;
- Anexo 36 – Vitrina – A Vitrina como estratégia sedutora nos espaços de consumo

